



PREFEITURA DE  
**CAMPINAS**

Um novo tempo  
para nossa cidade.

**2014**  
1º Semestre

## RELATÓRIO DE ATIVIDADES



O ano de 2014 reflete uma visão estratégica e planejada, marcada por investimentos do Governo Municipal em fortalecer a Pasta de Meio Ambiente, do ponto de vista estrutural e técnico, com a marca de um incremento significativo de recursos humanos qualificados.

Com esse norte de uma nova Secretaria fortalecida, apresentamos o presente relatório geral, que passa a ter periodicidade semestral, no qual registram-se dados, informações e relatos das atividades da Secretaria Municipal do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SVDS) de forma clara e com o objetivo de conferir transparência e facilitar o acompanhamento das políticas públicas e o acesso às informações de cunho ambiental a cargo da SVDS pelos campineiros.

A Lei de Acesso à Informação (Lei Federal nº 12.527/2011) tem como objetivo permitir o acesso dos cidadãos a qualquer documento, registro administrativo e atos de governo. Nesse sentido, a Lei Complementar nº 59, de 09 de janeiro de 2014, que cria a SVDS atribui à Pasta a responsabilidade por fomentar a publicidade e a participação da comunidade nos processos de formação e gestão de políticas públicas ambientais, bem como seu controle social.

Assim, é que a referida Lei Complementar institucionaliza uma estrutura robusta para a condução das ações de formação de políticas e execução da gestão ambiental, de forma a substituir uma estrutura administrativa incipiente e desatualizada, sem competências definidas objetivamente e desconectadas dos anseios e demandas da sociedade, encontrada no início desta gestão.

Portanto, neste ano, a SVDS passou a contar com Assessoria de Gabinete especializada, 3 Departamentos, 13 Coordenadorias e 8 Setores aptos a tratar de assuntos estratégicos do meio ambiente (Planejamento, Educação Ambiental, Verde, Licenciamento, Fiscalização Ambiental e Proteção à Fauna).

Ganhou relevo nessa nova estrutura o desafio de criar e estruturar o Departamento de Proteção e Bem-Estar Animal com apoio do Conselho Municipal de

Proteção e Defesa dos Animais (CMPDA) e do Conselho de Defesa do Meio Ambiente (CONDEMA), visando atender ao clamor de vários segmentos da sociedade, principalmente das entidades que se dedicam à proteção animal.

Destaca-se também a especialização do licenciamento ambiental em assessorar os órgãos públicos municipais na condução dos seus processos de licenciamento ambiental, para que os serviços e obras públicos ganhem celeridade e qualidade, dado a intervenção preventiva que se dá pelos técnicos ambientais desde a concepção dos projetos.

Além da criação das novas ferramentas jurídicas de trabalho, a SVDS chamou, por meio de concurso público, servidores de carreira para a ampliação de seu quadro de funcionários, com a chegada de 14 técnicos (entre engenheiros, arquitetos, biólogos e ecólogos) neste governo. E, neste ano, o aumento da equipe se deu de forma qualificada, com a vinda de novos 17 servidores (transferidos, contratados, comissionados ou emprestados) e a disponibilidade de mais 3 estagiários e 1 patrulheiro. Esse investimento confere à Pasta Ambiental uma estrutura administrativa robusta para dar azo com eficiência, rigor e celeridade aos pedidos de licenciamentos ambientais em nível local, subsidiar o Estado e a União nos licenciamentos de sua competência, bem como planejar políticas públicas ambientais muito mais apropriadas.

Assim, a SVDS dispõe hoje de 92 servidores, correspondendo desde 2012, um acréscimo de 70 % em relação a dezembro de 2012.

A seguir, apresenta-se, a Equipe da SVDS, um Quadro-Resumo com a síntese de avanços alcançados nesse primeiro semestre de 2014, em relação ao ano anterior, bem como as atribuições, ações e o “estado da arte” da Secretaria Municipal do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, de forma a retratar, de forma clara e transparente, a produtividade de cada uma de suas áreas específicas.

***Rogério Menezes***  
**Secretário Municipal do Verde, Meio Ambiente e  
Desenvolvimento Sustentável**

## GABINETE DO SECRETÁRIO

*Rogério Menezes*

Secretário  
Oceanógrafo, MSc.

*Andréa Cristina de O. Struchel*

Supervisora Departamental  
Advogada, MSc.

*Véra Regina Custodio Rebutti*

Assistente do Secretário  
Magistério

## Assessoria de Gabinete - AG

*Ângela Cruz Guirao*

Bióloga, MSc.

*Cezar Augusto Machado Capacle*

Arquiteto

*Jana Rafaela Dal Colletto Franco*

Pedagoga

*Nilce Rosinalva da Silva*

Advogada

*Ricardo Moreira Casetta*

Economista

*Sylvia Regina Domingues Teixeira*

Engenheira Química, MSc.

*Vagner dos Santos*

Gestor Público (cursando)

## **Aprendiz**

*Mikaely Cristiny da Cruz Ribeiro*

## **Estagiárias**

*Aline Pianca Batista*

Estagiária Técnica em Administração de Empresas

*Fernanda Santos Oliveira*

Estagiária Técnica em Administração de Empresas

*Gislaine Martins Molina*

Estagiária Técnica em Administração de Empresas

## **Coordenadoria Executiva de Suporte aos Conselhos e Fundos Municipais - CESC FM**

*Dagildo de Jesus Rodrigues* (Coordenador)

Administrador de Empresas e Contador

*Ronaldo Luiz Sartório*

Advogado

## **Coordenadoria Financeira - CF**

*Antonio José Rocha* (Coordenador)

*Paulo Roberto Fernandes Estopa*

Advogado

*Raquel Gimenez Rodrigues*

## **Coordenadoria Administrativa e de Expediente - CAE**

*Veronilda Ribeiro da Silva* (Coordenadora)

*Antonio Roberto Pagliatto* (Expediente)

## **Motoristas**

*Antonio Marcos De Souza*

*Paulo Roberto Andrade*

*Edson Roberto Gonzaga da Silva*

## **DEPARTAMENTO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL - DLA**

*Leandro A. S. Arruda Melo* (Diretor)  
Engenheiro Civil

## **Coordenadoria Setorial de Apoio ao Departamento de Licenciamento Ambiental - CADLA**

*Ana Luiza Ahern Beraldo* (Coordenadora)  
Bióloga, Dra.

## **Coordenadoria de Apoio ao Licenciamento de Obras, Atividades e Empreendimentos Municipais (CT-ALPS)**

*Rebeca Veiga Barbosa* (Coordenadora)  
Bióloga. MSc.

## **Coordenadoria de Suporte Geológico (CSG)**

*Rafaela Bonfante Lançone* (Coordenadora)  
Geóloga

*José Carlos Borges*  
Geólogo

## **Coordenadoria Setorial de Licenciamento de Atividades e Empreendimentos de Impacto Local - CLA**

*Patrícia Neves* (Coordenadora)  
Engenheira Ambiental

## **Anexo I – Empreendimentos Imobiliários**

*Lindenberg Casimiro Damasceno* (Líder)  
Engenheiro Ambiental

*Alexandre Costa*  
Engenheiro Civil

*Daniel Prenda de O. Aguiar*  
Engenheiro Civil. MSc.

*Ariane Furlanes da Silva*  
Engenheira Ambiental

## **Anexo II - Infraestrutura**

*Gustavo Fabrício D'Estefano* (Líder)  
Engenheiro Civil

*Fernando G. de Martino*  
Engenheiro Ambiental

*Heloíse Mara Geraldino Maia*  
Engenheira Ambiental

*Glauco David Froio Cabral*  
Engenheiro Civil

### **Anexo III – Áreas Verdes**

*Juçara Aparecida André (Líder)*  
Engenheira Agrônoma

*Carlos Eduardo de S. Martins*  
Engenheiro Agrônomo

*Everaldo de Carvalho Conceição Telles*  
Engenheiro Agrônomo. Dr.

*Maria Carolina Brunini Siviero*  
Bióloga. MSc.

### **Anexo IV – Atividades Poluidoras**

*Carla de Souza Camarneiro (Líder)*  
Engenheira Ambiental

*Mário Jorge Bonfante Lançone*  
Engenheiro Ambiental

### **Apoio Administrativo**

*Irani Candida dos Santos*

*Rosana Reiko Ito*

### **Estagiários**

*Caio Henrique Silva*  
Estagiário em Engenharia Ambiental

*Flavia Cristina Souza*  
Estagiária em Biologia

*Maria Eduarda Losi Gonçalves*  
Estagiária em Engenharia Ambiental

*Nathalie Amorim Borges*  
Estagiária em Engenharia Ambiental

## DEPARTAMENTO DO VERDE E DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - DVDS

*Marcos Roberto Boni* (Diretor)  
Advogado

### Coordenadoria Setorial de Projetos e Educação Ambiental -CPEA

*Roberto Santos Alberto* (Coordenador)  
Artista Plástico

*Maria Eugênia Mobrize*  
Assistência Social

*Márcio Cristian Ferreira*  
Técnico em Meio Ambiente

*Maria Amélia Fernandes de Castro*  
Pedagoga e Administradora de Empresas

*Cláudia Esmeriz Gusmão*  
Engenheira Agrônoma

*Sueli Aparecida Thomaziello*  
Geógrafa

### Coordenadoria Setorial de Tecnologia de Informações Ambientais - CTeIA

*Guilherme T. N. P. de Lima* (Coordenador)  
Oceanógrafo, Dr.

*Paulo Ricardo E. de C. Neto*  
Engenheiro Agrônomo

*Ricardo Simão Amon*  
Engenheiro Agrônomo, MSc.

*Vitor Moraes Ribeiro*  
Geógrafo

### Coordenadoria Setorial de Planejamento e Gestão Ambiental - CPGA

*Isadora Rebelo Salviano* (Coordenadora)  
Bióloga, MSc.

*Phillip de Souza Cardoso*  
Engenheiro Ambiental



*Geraldo Ribeiro de Andrade Neto*  
Engenheiro Ambiental

*Ivie Emi Sakuma Kawatoko*  
Engenheira Ambiental, MSc.

*Cláudio Pacheco de Oliveira*  
Geógrafo, Dr.

*Celso Ribeiro de Freitas Jr*  
Engenheiro Sanitarista

*Maria Stela Belluzzo Prado*  
Engenheiro Sanitarista

*Juliano Braga*  
Ecólogo

## Coordenadoria Setorial do Verde - CV

*Mariana Ferreira Cisotto* (Coordenadora)  
Geógrafa, Dra.

*Alethea Borsari Peraro*  
Ecóloga

*Danilo José Alves Peixoto*  
Engenheiro Agrônomo

*Vinicius Leite de Campos Menegale*  
Engenheiro Agrônomo, MSc.

## Apoio Administrativo

*Adriano José Gomes*

### Estagiários

*Ana Carla D'Arc dos Santos*  
Estagiária em Engenharia Ambiental

*Bruno Nicolau Ignácio Alves*  
Estagiário em Engenharia Ambiental

*Ana Jéssica dos Santos*  
Estagiária em Biologia

*Adriana Felipe de Araújo*  
Estagiária em Biologia

## **DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO E BEM-ESTAR ANIMAL - DPBEA**

*Paulo Anselmo Nunes Felipe* (Diretor)  
Veterinário, Dr.

### **Coordenadoria Setorial de Gestão de Animais - CGA**

*Lara Sofia Frigeri* (Coordenadora)  
Pedagoga

*Ana Karina Marangoni Cosive Paula* (Chefe de Setor)  
Bióloga

*Maria Eunice Rodrigues*  
Jornalista

### **COORDENADORIA DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL - CFA**

*Helóisa Fava Fagundes* (Coordenadora)  
Tecnóloga em Controle Ambiental, Bióloga (cursando)

*Adilson Cláudio de Bairo*  
Fundamental

*Guilherme Demori Estevam*  
Engenheiro Ambiental

*Janete do Prado Alves Navarro*  
Tecnóloga em Controle Ambiental

*Luiz Omena Ferro*  
Técnico em Trânsito e Transporte

*Maria Carolina Neves Quadros*  
Administradora, Bióloga (cursando)

*Rodrigo dos Santos Santana*  
Engenheiro Civil (cursando)

### **Apoio Administrativo**

*Elaine de Fátima Leite Simplicio*

# Quadro Resumo

	<b>Dez/2012</b>	<b>Dez/2013</b>	<b>Jun/2014</b>
<b>da SMMA à SVDS</b>	Secretaria criada por Decreto, apenas o Departamento único da antiga SEPLAMA com organização informal em 4 departamentos virtuais.	Projeto de Lei de reestruturação da SVDS em 3 Departamentos, com a criação das áreas do Verde, Proteção e Bem-Estar Animal finalizado.  Estrutura discutida com CMPDA e COMDEMA  Envio à Câmara em 02/12/2013  Audiência Pública realizada em 10/12/13  PL aprovado em dezembro/2013	Publicação da Lei Complementar nº 59, de 01 de janeiro de 2014, criando a nova Secretaria do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, com 3 Departamentos, 13 Coordenadorias e 8 Setores
<b>Meio Ambiente como tema transversal</b>	SMMA: Meio Ambiente como política setorial, com pouca participação no planejamento da PMC.	Prefeito Jonas Donizette criou o Grupo Gestor do Programa Cidades Sustentáveis por Decreto sob a coordenação da SVDS.  75 indicadores divulgados e 68 desses com metas assumidas até 2016.  Sistema desenvolvido pela IMA permite monitoramento dos indicadores  12 Eixos de sustentabilidade incorporados na elaboração do PPA 2014/2017	Em elaboração sob coordenação do Gabinete do Vice-Prefeito o Observatório do Programa Cidades Sustentáveis, ferramenta que garantirá transparência aos indicadores de sustentabilidade.  Secretário do Verde escolhido como Vice-Presidente da Associação Nacional de Órgãos Municipais – ANAMMA (Estado de São Paulo)
<b>Um novo tempo para o financiamento das ações ambientais</b>	SMMA sem apoio para fortalecimento institucional e financiamento da gestão ambiental municipal.	SVDS com nova estrutura aprovada e previsão de fortalecimento.  Destramento do PROAMB pela Secretaria Municipal de Finanças com retomada dos repasses.  Lei nº 14.748, de 20 de dezembro de 2013, que institui a TCFA, proporcionará a retenção no Município a partir de 2014 de cerca de 600 mil reais de receita adicional para o PROAMB	Incremento da equipe com setor financeiro e de compras, com 01 contador, 02 advogados, 01 economista e 02 administrativos.  Ordem de Serviço nº 01/2014 nomeia técnicos especializados para a elaboração de Termos Referências, necessários às contratações.

<p><b>PROAMB nasce após 15 anos</b></p>	<p>Fundo Municipal de Recuperação, Manutenção e Preservação do Meio Ambiente (PROAMB) criado há 15 anos, sem funcionamento por falta de regulamentação, de estrutura administrativa e de vontade política</p>	<p>Legislação destravou o fundo</p> <p>Conselho Diretor já realizou 5 reuniões em 2013 e aprovou plano de investimentos de R\$7,8mi</p> <p>Recursos disponíveis da ordem de R\$9,8mi em 2013</p> <p>PROAMB conta agora com contador, setor administrativo e de compras, com funcionários de carreira.</p> <p>Publicada OS 04/2013 que designa funcionários para a execução dos Planos de Trabalho, das ações previamente aprovadas pelo Conselho Diretor</p>	<p>Novo Plano de Trabalho (2014) aprovou mais R\$ 6,3 mi em 16 ações</p> <p>As primeiras ações começaram a ser licitadas, com 43% das ações já na Secretaria de Administração, em execução ou concluídas</p> <p>SEMEIA deste ano e primeiros cursos de capacitação dos funcionários da SVDS realizados com recursos do PROAMB</p>
<p><b>Informatização da SVDS</b></p>	<p>Técnicos sem computadores, utilizando equipamentos pessoais (laptops) trazidos de suas casas.</p>	<p>Todos os técnicos do setor de licenciamento com computadores novos</p> <p>Estação gráfica adquirida</p> <p>Doações de computadores em parcerias público-privadas</p> <p>26 computadores em processo de aquisição com recursos SVDS</p>	<p>Todos os técnicos da SVDS com computadores</p> <p>Foram entregues mais 20 computadores 2 notebooks</p>
<p><b>Um novo tempo no Licenciamento Ambiental</b></p>	<p>Licenciamento ambiental com apenas 8 técnicos no setor</p> <p>Gargalo por falta de pessoal e de equipamentos, prejudicando a análise dos empreendimentos</p> <p>De 11 a 17 PTAs por mês enviados ao COMDEMA</p> <p>Ausência de descrição clara sobre o conteúdo dos documentos técnicos</p>	<p>Licenciamento fortalecido pela contratação de técnicos de carreira, hoje com 17 técnicos e 05 estagiários, e novas contratações em andamento</p> <p>Licenciamento Online implantado (primeiro documento emitido em 04/Set)</p> <p>Técnicos com computadores novos</p> <p>Publicadas resoluções contendo os termos de referência dos documentos exigidos no Licenciamento Ambiental</p>	<p>Novo Decreto de Licenciamento Ambiental aprovado (Decreto nº 18.306, de 25 de março de 2014), registrando vários avanços na gestão ambiental, eis que traz procedimentos objetivos de controle ambiental (licenciamento e fiscalização), bem como internaliza critérios de sustentabilidade de forma a incentivar empreendimentos mais sustentáveis.</p>

<p><b>Água para o desenvolvimento</b></p>	<p>Campinas ausente nas atividades do PCJ, apesar do cenário de escassez de água na Bacia Hidrográfica</p>	<p>Campinas com protagonismo nas articulações e discussões sobre ampliação da reserva hídrica (novas barragens) e renovação da outorga do sistema Cantareira.</p> <p>Representação ativa com participação direta do Prefeito Jonas Donizette, vice-prefeito Henrique Magalhães Teixeira e Arly de Lara Romeo e Rogério Menezes.</p> <p>SVDS preside Conselho de Controle Social da ARES-PCJ</p>	<p>Além da continuidade das ações anteriores destacamos a participação junto com a SANASA no Pacote da Crise Hídrica, com 12 ações que localmente se integram as políticas regionais e nacionais de enfrentamento dessa crise.</p> <p>Neste pacote, destaca-se a elaboração da Resolução da SVDS nº 06/2014, que estabelece diretrizes para a utilização da água de reuso.</p>
<p><b>Plano de Saneamento garante investimentos</b></p>	<p>Plano Municipal de Saneamento Básico paralisado, indefinição sobre contratação ou elaboração pelos técnicos da PMC.</p>	<p>Fases de diagnóstico e prognóstico concluídas, já com realização de audiências públicas.</p> <p>Conclusão do plano em Dez/2013</p> <p>Publicação do Decreto nº 18.199 de 19 de dezembro de 2013, validando o plano</p>	<p>Nomeação do Grupo de Acompanhamento Permanente do Plano publicada.</p> <p>Plano de Trabalho do Grupo em elaboração.</p>
<p><b>A APA sob nova direção</b></p>	<p>Conselho Gestor da APA vinculado à SEPLAN em crise institucional após renúncia do ex-presidente e denúncias.</p> <p>Plano de Manejo da APA com contratação paralisada pela Petrobrás</p> <p>Análise de protocolados paralisada</p>	<p>Prefeito Jonas Donizette decretou alteração da vinculação da SEPLAN para a SVDS</p> <p>Conselho em pleno funcionamento sob a presidência do representante da SANASA</p> <p>Unidade de procedimentos CONGEAPA/COMDEMA nas análises de processos</p> <p>Análise de protocolados em dia</p> <p>Regimento interno sob revisão</p> <p>Retomada a contratação do Plano de Manejo</p>	<p>Renovação do conselho concluída em 29/07/2014, com a posse dos novos conselheiros das entidades eleitas em 15/07/14</p> <p>Termo de Referência do Plano de Manejo elaborado e encaminhado para a Coordenadoria Financeira da SVDS para prosseguimento. Será contratada a sua elaboração com recursos do PROAMB/2014</p>

<p><b>Mansões Santo Antônio Solução a caminho</b></p>	<p>Impasse no caso Mansões Santo Antônio</p> <p>Estudos técnicos da Consultoria AECOM interrompidos sem previsão por falta de pagamento por parte da construtora CONCIMA</p> <p>Prejuízos à cidade após congelamento das áreas do entorno por Decreto desde 2002</p>	<p>Através de TAC, Prefeitura viabiliza R\$370 mil para retomada dos estudos técnicos da pluma de contaminação</p> <p>Divulgação do Estudo Técnico - Relatório Síntese</p> <p>Lei nº 14.753, de 20 de dezembro de 2013, que cria o FUNDIF (Fundo Municipal de Interesses Difusos)</p> <p>Através de outro TAC, a Prefeitura viabiliza mais R\$ 813 mil para instalação do sistema de extração de vapores logo abaixo do Bloco A, prédio habitado no Residencial Parque Primavera e destinação correta dos resíduos</p> <p>03 novas ações aprovadas no Plano de Trabalho do PROAMB</p> <p>Criação do Grupo de Trabalho Técnico de análise das situações de risco nas áreas contaminadas no município de Campinas pelo Decreto nº 18161/13 e o Decreto nº 18.356/14.</p>	<p>Implantação do sistema de extração de vapores (SVE – Soil Vapor Extraction) de compostos orgânicos voláteis – VOC.</p> <p>Sistema de extração de vapores no contrapiso do Bloco A em operação 24 horas por dia. Esse sistema refere-se a medida mitigadora visando a diminuição do risco a saúde dos moradores (45 famílias diretamente beneficiadas) e baseia-se em uma unidade de tratamento dos vapores extraídos, via drenos horizontais e torres verticais com filtros de carvão ativado.</p>
<p><b>Educação para a sustentabilidade</b></p>	<p>Educação Ambiental com ações isoladas e eventuais</p> <p>SEMEIA com formato centralizado</p>	<p>Prefeito Jonas Donizette criou por Decreto GT específico para propor Política e Plano Municipal de Educação Ambiental.</p> <p>Proposta de Política até Março/2014.</p> <p>Plano até 2º semestre de 2014.</p> <p>SEMEIA com descentralização das atividades e forte envolvimento dos mais diversos setores da PMC (5 mil participantes em mais de 60 atividades).</p>	<p>Projeto de Lei de Educação Ambiental concluído e com previsão de Audiência Pública para 25/07/14</p> <p>Plano Municipal de Educação Ambiental em elaboração</p>

<p><b>O desafio de ampliar as áreas verdes</b></p>	<p>Banco de Áreas Verdes (BAV) com apenas 01 técnico em cargo comissionado</p>	<p>BAV com 03 novos funcionários de carreira</p> <p>Novos TCAs e TACs assinados com projetos inovadores</p> <p>Arborização Piloto na Cidade Judiciária: árvores com códigos de barras</p> <p>Termo de cooperação assinado com EMBRAPA</p> <p>Ordem de serviço conjunta SMSP/SVDS</p>	<p>Incremento da equipe do BAV, com uma Coordenação específica e aquisição de mais dois servidores de carreira.</p> <p>Mais de 39 mil árvores plantadas.</p> <p>Áreas degradadas recuperadas, praças construídas ou equipadas com compensações ambientais de cerca de R\$ 5 milhões</p> <p>Aditamento do Termo de cooperação firmando com EMBRAPA</p>
<p><b>GT estuda áreas verdes de Barão Geraldo</b></p>	<p>Manifestações no Orçamento Participativo solicitam plano para a preservação de áreas verdes de Barão Geraldo</p> <p>Movimento reivindica criação do Parque de Barão na Fazenda Rio das Pedras</p>	<p>Prefeito Jonas Donizette cria por Decreto GT específico para estudar áreas de preservação permanente no distrito e propor estratégias para sua preservação.</p> <p>Os trabalhos do grupo estão em fase final</p> <p>Apresentação do Plano de Trabalho em Jan/14</p>	<p>Plano de Trabalho concluído no início do ano com entrega para a Câmara de Compensação Ambiental do Estado, para a busca de financiamento dos próximos passos e envio ao ICMBIO solicitando apoio.</p>
<p><b>Plano Municipal da Mata Atlântica</b></p>	<p>Plano Municipal da Mata Atlântica inexistente e previsto apenas como meta.</p>	<p>Plano Municipal da Mata Atlântica em contratação</p> <p>Será elaborado com metodologia de participação on-line em parceria com a SOS Mata Atlântica (uma das mais importantes ONGs do Brasil)</p> <p>Abre possibilidades de novos recursos federais, conforme prevê a Lei da Mata Atlântica</p>	<p>Ação em contratação pelo PROAMB.</p>

<p><b>Fazendo a lição de casa</b></p>	<p>Campinas sem realizar Conferência de Meio Ambiente desde 2003, na oportunidade, coordenada pela SANASA.</p>	<p>Realizada a 2ª Conferência Municipal de Meio Ambiente de Campinas em conjunto com COMDEMA, com significativa participação, em importante momento de definição sobre a Gestão Integrada de Resíduos Sólidos</p> <p>Participação dos delegados representantes de Campinas nas Conferências Estadual (2ª quinzena/Set) e Nacional (2ª quinzena/Out) de Meio Ambiente</p>	<p>Considerando que as conferências são bianuais, a próxima será realizada em 2015.</p>
<p><b>Tecnologia aplicada à fiscalização</b></p>	<p>Setor de Fiscalização sem espaço físico próprio</p> <p>Fiscais "presos" nos plantões de Atendimento ao Cidadão</p> <p>Nenhuma multa aplicada</p> <p>Fiscalização sem uso de modernas tecnologias</p>	<p>Setor instalado no 19º andar em espaço próprio</p> <p>Fiscais livres para fiscalização preventiva e corretiva</p> <p>Operações periódicas em articulação com a Guarda Municipal</p> <p>R\$890mil em multas aplicadas até 03/Dez/2013</p> <p>Planejada aquisição de modernos equipamentos para Setor de Fiscalização</p>	<p>Setor transformado em Coordenadoria, resultando em melhor organização do trabalho.</p> <p>Continuidade das operações periódicas com a Guarda Municipal.</p> <p>Mais R\$913mil em multas aplicadas até julho 2014</p> <p>Aquisição de novos computadores.</p> <p>Novos veículos atendem melhor a demanda de trabalho.</p>
<p><b>Conselhos com autonomia</b></p>	<p>COMDEMA sem verba para funcionamento conforme prevê legislação</p>	<p>Destinado ao COMDEMA R\$ 100 mil PROAMB/ 2013, mediante apresentação de plano de trabalho</p> <p>CONGEAPA com R\$ 60 mil para definir aplicação</p>	<p>Plano do PROAMB 2014 destina ao COMDEMA mais R\$ 150 mil e ao CONGEAPA mais R\$30 mil.</p>
<p><b>Censo da Economia Verde</b></p>	<p>Lei municipal que criou o censo da economia verde sem regulamentação</p>	<p>Prefeito Jonas Donizette publicou Decreto regulamentador nº 17.85, de 23 de janeiro de 2013, realizado Seminário e o Portal do Censo da Economia Verde está no ar</p>	<p>Aprovada ação no Plano de Trabalho do PROAMB/2014, que prevê R\$500 mil para a contratação da busca ativa para o Censo.</p>



<p><b>PMC Solar</b></p>	<p>Prédio da Prefeitura com gasto anual de R\$ 550 mil em energia elétrica, sem ideia de aproveitar lajes e fachadas para captação de energia</p>	<p>Estudo de viabilidade e projetos básicos para instalação dos painéis solares nas lajes do 3º e 19º em contratação</p>	<p>Licitação deserta. Contratação não realizada. O projeto básico está em elaboração em parceria com SEINFRA/SMDEST</p>
<p><b>Município VerdeAzul</b></p>	<p>Campinas em 220º lugar no ranking, com 61,17 pontos</p> <p>Informações não apresentadas e ações não executadas por falta de coordenação e metodologia</p>	<p>Prefeito Jonas Donizette cria GT específico para o Programa Município VerdeAzul, sob coordenação da SVDS</p> <p>Cerca de 18 órgãos da administração trabalham em conjunto na elaboração do Plano de Ação</p> <p>Plano de Ação de Campinas entregue em final de Set/2013</p> <p>Campinas em 14º lugar, com 89,5 pontos</p>	<p>Campinas contemplada com um triturador de galhos, como premiação, no valor de R\$ 200 mil, destinado à Secretaria de Serviços Públicos</p> <p>Realizadas 5 reuniões setoriais e uma geral para apresentação do Ciclo 2014 do Programa.</p> <p>Novas ações e projetos de lei em estudo para atendimento das diretivas</p>
<p><b>Cuidando e protegendo os animais</b></p>	<p>Ação vinculada à Secretaria de Saúde.</p>	<p>Inícios das tratativas para essa ação integrar uma das funções da SVDS.</p>	<p>Com a Lei Complementar nº 59, de 01 de janeiro de 2014, criando a nova Secretaria do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, o Departamento de Proteção e Bem-Estar animal pôde iniciar suas atividades no antigo prédio do CCZ, de forma a garantir um novo olhar no atendimento das demandas envolvendo os animais domésticos e selvagens do município.</p> <p>Inauguração do Portal Animal, com ferramentas destinadas a prestarem vários serviços aos munícipes.</p> <p>Elaboração de um sistema informatizado municipal de cadastramento animal.</p>

# Sumário

Apresentação .....	2
Equipe.....	4
Quadro Resumo .....	11
Relatório.....	21
<b>1. GABINETE DO SECRETÁRIO.....</b>	<b>22</b>
<b>1.1. SUPERVISÃO DEPARTAMENTAL - SD.....</b>	<b>22</b>
1.1.1. Acompanhamento das Atividades da SVDS.....	23
1.1.2. Juntas Administrativas .....	25
<b>1.2. ASSESSORIA DE GABINETE - AG.....</b>	<b>27</b>
1.2.1. Parcerias .....	28
1.2.2. Investindo em Ciclovias.....	31
1.2.3. Orçamento Participativo e Meio Ambiente.....	32
1.2.4. Fórum Brasil-Portugal .....	35
1.2.5. Comunicação, Transparência e Atendimento ao Público.....	36
1.2.6. Atividades Ordinárias do Gabinete .....	38
1.2.7. Representações.....	38
1.2.8. Equacionamento de áreas contaminadas.....	41
1.2.9. Pacote da Crise Hídrica.....	45
<b>1.3. COORDENADORIA EXECUTIVA DE SUPORTE AOS CONSELHOS E FUNDOS MUNICIPAIS - CESC FM .....</b>	<b>46</b>
1.3.1. Conselho Municipal de Meio Ambiente de Campinas - COMDEMA.....	46
1.3.2. Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental de Campinas - CONGEAPA .....	48
1.3.3. Conselho de Regulação e Controle Social da ARES-PCJ no Município de Campinas .....	51
1.3.4. Fundo de Recuperação, Manutenção e Preservação do Meio Ambiente - PROAMB.....	54
1.3.5. Fundo Municipal de Prevenção e Reparação de Direitos Difusos e Coletivos - FUNDIF .....	57
<b>1.4. COORDENADORIA SETORIAL FINANCEIRA - CF.....</b>	<b>58</b>
1.4.1. Orçamento.....	58
<b>1.5. COORDENADORIA SETORIAL ADMINISTRATIVA E DE EXPEDIENTE - CAE .....</b>	<b>59</b>
1.5.1. Expediente.....	59
1.5.2. Recursos Humanos.....	59

2. DEPARTAMENTO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL - DLA.....	61
2.1. PRODUTIVIDADE GERAL DO DEPARTAMENTO.....	63
2.1.1. Licenciamento Ambiental do Aeroporto Internacional de Viracopos .....	65
2.2. LICENCIAMENTO AMBIENTAL <i>ONLINE</i> – L.A.O.....	67
2.3. ELABORAÇÃO DOS TERMOS DE REFERÊNCIA DE SUSTENTABILIDADE.....	72
2.4. COORDENADORIAS DO D.L.A. ....	74
2.4.1. Coordenadoria Setorial de Licenciamento de Atividades e Empreendimentos de Impacto Local - CLA .....	74
2.4.2. Coordenadoria Setorial de Apoio ao Licenciamento de Obras, Atividades e Empreendimentos Municipais – CT-ALPS.....	82
2.4.3. Coordenadoria de Suporte Geológico - CSG.....	85
2.4.4. Coordenadoria Setorial de Apoio ao Departamento de Licenciamento Ambiental - CADLA.....	85
3. DEPARTAMENTO DO VERDE E DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - DVDS ..	88
3.1. COORDENADORIA SETORIAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO AMBIENTAL	88
3.1.1. Elaboração de Planos e Políticas Públicas .....	88
3.1.2. Implementação de Políticas Públicas (Diretrizes, Análises Prévias e GAPE) ....	94
3.1.3. Desempenho Ambiental .....	95
3.1.4. Interfaces .....	99
3.2. COORDENADORIA SETORIAL DE PROJETOS E EDUCAÇÃO AMBIENTAL (CPEA) .....	99
3.2.1. Política Municipal de Educação Ambiental .....	99
3.2.2. Plano Municipal de Educação Ambiental .....	100
3.2.3. Educação Ambiental com Escolas.....	101
3.2.4. Educação Ambiental articulado com outros órgãos ou entidades .....	102
3.2.5. Atendimento de Municípios, ONG e Escolas .....	108
3.2.6. Estação Ambiental de Joaquim Egídio .....	108
3.3. COORDENADORIA SETORIAL DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÕES AMBIENTAIS (CTeIA) .....	110
3.3.1. Estruturação Interna e Atendimento a Demandas .....	110
3.3.2. Relação com as Coordenadorias da DVDS .....	111
3.3.3. Relação com outros Departamentos da DVDS.....	111
3.3.4. Relação com outras Secretarias da Prefeitura.....	112
3.3.5. Público Externo .....	112
3.4. COORDENADORIA SETORIAL DO VERDE - CV .....	113
3.4.1. Banco de Áreas Verdes - BAV .....	113
3.4.2. Solicitação de Áreas .....	116
3.4.3. Georreferenciamento.....	116
3.4.4. Banco de Dados .....	116
3.4.5. Sistema de Identificação Digital (SID).....	116

3.4.6. Unidades de Conservação .....	117
4. DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO E BEM-ESTAR ANIMAL - DPBEA.....	122
4.1. INVESTIMENTOS NA ESTRUTURA E FINANCIAMENTO DAS AÇÕES DO DEPARTAMENTO.....	122
4.1.1. Resultados previstos no PROMAB 2013 e 2014, para o DPBEA.....	122
4.2. PARTICIPAÇÃO DO DEPARTAMENTO JUNTO A OUTRAS ÁREAS DA SECRETARIA.....	125
4.3. PARTICIPAÇÃO DO DEPARTAMENTO EM PROJETOS CONJUNTOS EXTERNOS À PREFEITURA .....	126
4.4. COORDENADORIA DE GESTÃO DE ANIMAIS - CGA.....	127
5. COORDENADORIA DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL - CFA.....	129
5.1. FISCALIZAÇÃO CORRETIVA.....	129
5.1.1. Vistorias .....	130
5.1.2. Autos de Infração.....	130
5.1.3. Infraestruturas Básicas para Telecomunicações .....	132
5.2. FISCALIZAÇÃO PREVENTIVA.....	132
5.2.1. Operação Verão.....	133
5.2.2. Operação Estiagem .....	133
5.2.3. Operação Perigo Aviário.....	133
5.2.4. Áreas Contaminadas .....	134
5.2.5. Parceria com a Guarda Municipal de Campinas.....	134
5.2.6. Projeto Amigos do Céu .....	135
5.3. CANAIS DE ACESSO À COORDENADORIA SETORIAL DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL - CFA .....	135
Conclusão.....	136

# Relatório





## 1. GABINETE DO SECRETÁRIO

### 1.1. SUPERVISÃO DEPARTAMENTAL - SD

Compete à Supervisão Departamental do Gabinete da SVDS coordenar e acompanhar as atribuições relativas aos Departamentos, Assessorias, Coordenadorias e Setores da Secretaria Municipal do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, bem como auxiliar o Secretário no acompanhamento e coordenação de todas as ações, estabelecendo-se parâmetros de qualidade na boa gestão, sistematizando e atualizando os relatórios gerenciais semestrais, bem como conferindo a devida publicidade.

Com o acompanhamento dos relatórios gerenciais, esta área auxilia o Secretário na execução dos projetos estratégicos na área ambiental no âmbito da SVDS, bem como na construção de parcerias internas e externas. Dessa forma, afere o andamento dos Programas estabelecidos no Planejamento Estratégico de Atividades da SVDS de 2014, elaborado em 16 de dezembro de 2013, com a participação de todos os servidores.

Também faz parte das atribuições da função representar e responder pelo Secretário Municipal do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável em eventuais ausências, bem como proceder outras medidas tendentes ao bom andamento dos trabalhos.

Uma das atuais responsabilidades da Supervisão Departamental é presidir a Junta Administrativa de Recursos (JAR) e Junta Técnico-Administrativa (JTA), por força da nova regulamentação a respeito do licenciamento e fiscalização ambiental.

Com o intuito de melhorar a gestão ambiental municipal, a área recebe sugestões, reclamações, denúncias e propostas de qualquer cidadão ou entidade da sociedade civil, especialmente ligadas ao meio ambiente e mantém arquivo atualizado de todos os documentos encaminhados à Ouvidoria Geral, por escrito ou por outros meios de comunicação.

### 1.1.1. Acompanhamento das Atividades da SVDS

A SVDS se utiliza de diversas ferramentas de gestão para acompanhar as atividades planejadas e os compromissos assumidos. Além das duas listadas a seguir, existe também o acompanhamento das ações do Fundo de Recuperação, Manutenção e Preservação do Meio Ambiente - PROAMB, que está mencionado em capítulo próprio do Fundo.

#### 1.1.1.1. Planejamento 2014

Em 16 de dezembro de 2013, no Centro de Conhecimento das Águas, foi realizada reunião geral da SVDS, com a participação de todos os servidores da Secretaria, oportunidade em que foi elaborado o Planejamento Estratégico de Atividades da SVDS. Desde o início do ano, o Gabinete da SVDS vem efetuando o acompanhamento periódico das ações e, de forma sistemática, apresentando o resultado desse acompanhamento para que seja possível atuar sobre um eventual atraso de uma entrega.

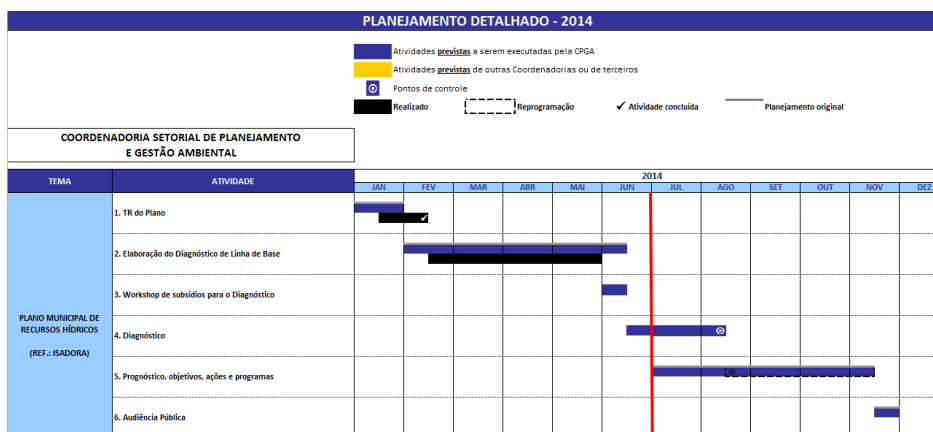


Verde reúne funcionários para avaliação de avanços e planejamento de 2014  
Fonte: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=21580>

Como resultado desse acompanhamento, constata-se que 43% das atividades estão dentro do prazo, com praticamente nenhum atraso. Outros 31% possuem relativo atraso, mas sempre inferior a 3 meses em relação ao planejado e que não deve comprometer a entrega final. Os restantes 26% possuem um atraso relevante, em geral acima de 3 meses e com comprometimento quase certo do prazo previsto de conclusão da atividade.

A partir do 2º semestre de 2014, o acompanhamento será realizado diretamente pelas áreas responsáveis pelas ações (sempre com o suporte do Gabinete

e da Supervisão Departamental) como forma da própria área se apropriar desse importante instrumento de gestão.



### 1.1.1.2. Indicadores de Metas de Governo - IMG

Com o intuito de acompanhar as metas estipuladas e divulgadas no Programa de Governo Jonas Donizette, foi desenvolvido pela Informática de Municípios Associados - IMA, ainda em 2013, o Sistema IMG - Indicadores de Metas do Governo, funcionando em uma plataforma intranet para acesso dos servidores e técnicos responsáveis por cada ação em cada Pasta.

Macro-eixo	Programa	Ação	Orgão	Peso	Data do último Apontamento	Concluído(%)
DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL	1. FORTALECER A GESTÃO AMBIENTAL	EQUACIONAMENTO DAS ÁREAS CONTAMINADAS	SVDS	3	14/02/2014	39,29%
DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL	1. FORTALECER A GESTÃO AMBIENTAL	PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	SVDS	3	14/02/2014	51,15%
DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL	1. FORTALECER A GESTÃO AMBIENTAL	PLANO MUNICIPAL DE MOBILIDADE SUSTENTÁVEL - Acompanhamento	SVDS	3	14/11/2013	90,00%
DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL	1. FORTALECER A GESTÃO AMBIENTAL	PLANO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E BEM-ESTAR ANIMAL	SVDS	3	14/02/2014	19,29%
DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL	1. FORTALECER A GESTÃO AMBIENTAL	PLANO MUNICIPAL DE RECURSOS HÍDRICOS	SVDS	3	14/02/2014	12,35%
DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL	1. FORTALECER A GESTÃO AMBIENTAL	PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO	SVDS	3	20/02/2014	100,00%
DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL	1. FORTALECER A GESTÃO AMBIENTAL	PLANO MUNICIPAL DO VERDE	SVDS	3		0,00%
DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL	1. FORTALECER A GESTÃO AMBIENTAL	POLÍTICA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	SVDS	3		0,00%

Todos os órgãos da Administração Pública Municipal se comprometeram a manter atualizados os programas, ações e atividades sob sua responsabilidade, obedecendo a um cronograma estipulado pelo Gabinete do Prefeito.

A SVDS possui um programa cadastrado no IMG, intitulado *Fortalecer a Gestão Ambiental*. Sob este programa, estão incluídas 08 ações, listadas abaixo com suas respectivas porcentagens de cumprimento (de acordo com a última atualização realizada em 14 de fevereiro de 2014):



- ✓ Equacionamento das Áreas Contaminadas - 39,29%
- ✓ Plano Municipal de Educação Ambiental - 51,15%
- ✓ Plano Municipal de Mobilidade Sustentável - Acompanhamento - 90,00%
- ✓ Plano Municipal de Proteção e Bem-Estar Animal - 19,29%
- ✓ Plano Municipal de Recursos Hídricos - 12,35%
- ✓ Plano Municipal de Saneamento Básico - 100,00%
- ✓ Plano Municipal do Verde - 0,00%
- ✓ Política Municipal de Meio Ambiente - 0,00%

A conclusão destas ações é prevista até dezembro de 2016.

Para uma nova atualização do sistema, contemplando os avanços realizados no último semestre, aguardamos a publicação pelo Gabinete do Prefeito do Relatório 2013, a partir do qual serão definidas novas datas para a inserção de informações, bem como será aberta a possibilidade de reprogramação de atividades que demandarem revisão de cronograma.

Além das ações sob o Programa *Fortalecer a Gestão Ambiental*, a SVDS participa de ações sob responsabilidade de outras pastas. O Sistema IMG apresenta as atividades com as quais a SVDS tem interface, seja como responsável direta, seja como participante de um grupo, permitindo assim acompanhar possíveis demandas advindas de outros órgãos da administração direta ou indireta.

## 1.1.2. Juntas Administrativas

### 1.1.2.1. Junta Administrativa de Recursos - JAR

A Junta Administrativa de Recursos (JAR) foi criada pelo artigo 173 do Decreto nº 18.036, de 25 de março de 2014, com regulamentação da Ordem de Serviço SVDS nº 02/2014. Compete à JAR proferir parecer opinativo em pedidos de reconsideração e recursos administrativos sobre atos infracionais dirigido à autoridade que lavrou o auto, no prazo de 15 dias, bem como no recurso administrativo, no prazo de 30 dias.

A referida Junta tem a missão de conferir o duplo grau de jurisdição administrativo aos atos conduzidos em sede de controle ambiental. Os membros

titulares e suplentes da JAR são servidores de carreira, nomeados pela Portaria nº 82121/2014.

A cada recurso, a JAR é constituída por um Presidente, um Relator e três membros, sendo que as funções do Relator e Membro são rotativas entre os quatro componentes dos órgãos julgadores, devendo ocorrer esse rodízio ou troca de atribuições a cada apresentação de defesa ou impugnação em face do conteúdo da matéria a ser apresentada.

Após a distribuição do processo, o Relator terá o prazo de 15 dias para estudar o caso para votação, com posterior publicação de súmula no Diário Oficial do Município e encaminhamento de e-mail ao requerente que poderá manifestar-se em alegações finais, no prazo máximo de 5 dias. Após a finalização dos procedimentos descritos no artigo anterior, o recurso é apreciado pelo Secretário da SVDS que, de forma fundamentada, profere decisão de deferimento, indeferimento ou indeferimento parcial, também com posterior publicação em Diário Oficial do Município e envio por e-mail ao recorrente, para conhecimento.

#### **1.1.2.1.1. Processos Analisados**

No primeiro semestre de 2014, a JAR realizou 05 reuniões de julgamento, sendo analisados e julgados até o final do mês de junho 15 recursos administrativos em face das ações de poder de polícia conduzidas pela Coordenadoria de Fiscalização Ambiental da SVDS.

#### **1.1.2.2. Junta Técnico-Administrativa - JTA**

A Junta Técnico-Administrativa (JTA) aprecia indicação de exigências de outros estudos, projetos e documentos necessários à instrução do processo de licenciamento ambiental, além dos constantes do Decreto Municipal 18.306/14, remetendo sua deliberação opinativa à decisão final do Secretário da Pasta.

A JTA tem por função aferir a pertinência material e procedimental de pedidos suplementares de documentos em sede de licenciamento ambiental. Os membros titulares e suplentes da JAR são servidores de carreira e foram nomeados pela Portaria nº 82122/2014.

#### 1.1.2.1.1. Processos Analisados

No primeiro semestre de 2014, a JTA não realizou reuniões uma vez que não houve demanda de documentos suplementares em sede de licenciamento ambiental.

### 1.2. ASSESSORIA DE GABINETE - AG

A Assessoria de Gabinete é composta por gestores e assessores técnicos e administrativos especializados.

As principais funções administrativas consistem em expedir memorandos, ofícios e demais correspondências oficiais, manifestações de rotina dos expedientes (interno e externo), preparar materiais impressos ou digitais publicados nos site e página social, bem como dar encaminhamentos de atendimento das solicitações e questionamentos feitos por telefone, e-mail e por meio do procedimento de Lei de Acesso à Informação (LAI).

As principais funções técnicas consistem em elaboração de minutas de projetos de lei, decretos e demais instrumentos normativos de interesse, proceder a análise e encaminhamentos de processos administrativos.

A fim de promover a melhoria da Gestão Ambiental no Município, a assessoria pesquisa, conhece, sistematiza, internaliza, consolida e integra estudos, informações, pesquisas e inovações tecnológicas ambientais, organiza eventos, fóruns e cursos de capacitação para difusão do conhecimento nas diversas áreas, bem como realiza a articulação institucional com órgãos de governo, agências, Poder Legislativo, Ministério Público, Conselhos Municipais e iniciativa privada, visando monitorar o surgimento de demandas, bem como identificar as interfaces desses órgãos com as atividades da Prefeitura Municipal de Campinas na questão ambiental.

## 1.2.1. Parcerias

### 1.2.1.1. Gestão do Parque Ecológico

Está em fase de formalização o convênio que objetiva a conjugação de esforços entre a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e a Prefeitura Municipal de Campinas com vistas à execução de atividades voltadas à gestão do Parque Ecológico Monsenhor Emílio José Salim, instituído pelo Decreto Estadual nº 27.071, de 08 de junho de 1987, situado em Campinas, de propriedade do Estado de São Paulo e sob administração da Secretaria de Meio Ambiente - SMA, cujo uso foi outorgado ao Município de Campinas por meio de Termo de Permissão de Uso, a Título Precário e Gratuito assinado, pelo Governador do Estado, em 17 de fevereiro de 2014, objeto do Processo SMA nº 5.502/2011.

O convênio estabelecerá a gestão plena pelo município e contemplará um conjunto de ações e procedimentos voltados à execução do Plano de Vigilância, do Plano de Manutenção e Conservação e do Plano de Revitalização e Reformas, e atividades de Educação Ambiental, Esporte, Lazer, Cultura, Inclusão e Promoção Social, Desenvolvimento Sustentável e Turismo Ecológico.

Para elaboração do documento, cronograma físico-financeiro e Planos de Trabalhos e definição das condicionantes do convênio, foram realizadas diversas reuniões internas da PMC, que envolveram as Pastas de Serviços Públicos, Infraestrutura, Administração e Gabinete do Sr. Prefeito e também com o Secretário de Estado de Meio Ambiente.

O convênio irá prever repasse do Governo do Estado de São Paulo para as obras de revitalização e, a partir de sua assinatura, o Município assumirá despesas de custeio do Parque.

### 1.2.1.2. Ações Conjuntas com as Universidades

Está em fase de formalização a parceria entre a SVDS e a Pontifícia Universidade Católica de Campinas – PUCC, por meio de Termo de Cooperação Técnica. Também encontra-se em fase de tratativas parceria com a Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP para ações na área de Proteção animal e corredores ecológicos.

Os Termos prevêem a conjugação de esforços entre as partes, sendo que, no caso da PUCC, abrangerá três linhas de atuação, que correspondem à três Pró-Reitorias: Graduação, Pesquisa e Pós-Graduação e, ainda, Extensão e Assuntos Comunitários, respeitando as modalidades normalmente ofertadas pela instituição.

Tendo essa abrangência e integrando as diversas unidades da instituição, a transversalidade e a multidisciplinaridade serão característica dos trabalhos desenvolvidos, o que é desejável na área ambiental.

A minuta já foi analisada pela Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos da Prefeitura Municipal de Campinas e pela Pró-Reitoria de Graduação. O documento foi protocolado à Reitoria da PUCC em 26/06/2014, para análise final e anuência por parte da Magnífica Reitora. A expectativa é de que o Termo seja assinado em breve e tenha uma vigência de 5 anos, a partir da sua assinatura.

Atualmente estão em andamento 7 propostas junto à graduação, conforme o Quadro abaixo, e em tratativas o desenvolvimento de uma proposta junto à Extensão e outra junto à Pós-graduação, como projeto de Mestrado em Infraestrutura Urbana.

Propostas em Andamento (Graduação)

Item	Proposta	Detalhamento	Unidade (PUCC)	Modalidade
<b>RECURSOS HÍDRICOS</b>				
RH 5	Calcular a taxa de impermeabilização do solo	Desenvolver metodologia para estimar e calcular a taxa de impermeabilização do solo por Bacia Hidrográfica (definidas no Plano Diretor) e atualizar periodicamente	Engenharia Ambiental	TCC
<b>ÁREAS VERDES E FAUNA</b>				
AVF 1	Levantamento da fauna e da flora das UC's e principais fragmentos	Fragmento escolhido: Fazenda Santana	Ciências Biológicas	PET Biologia
AVF 2	Projetos de parques Lineares	Elaboração dos projetos dos parques lineares previstos no Plano Diretor, incluindo ciclovias, as infraestruturas, passagens de fauna, bacias de contenção de cheias, etc. Escolhido: Trecho do São Marcos.	Arquitetura	PET Arquitetura
AVF 8	Arborização Urbana X Vias Verdes e Polígono de Multiplicidade Ambiental (Lei Complementar nº 15/06 – Plano Diretor Municipal)	Simulação animada (vídeo-mídia) de “cenário futuro” da arborização urbana e sua máxima valoração sem a interferência das vias aéreas.	Arquitetura	PET Arquitetura

EDUCAÇÃO AMBIENTAL				
EA 3	Conscientização sobre descarte irregular de resíduos sólidos	Identificar os descartes irregulares e conscientizar sobre o descarte correto	Engenharia Ambiental	TCC
EA 6	Diagnóstico Sócio-econômico da APA Campo Grande		Ciências Sociais	Monitoria
			Serviço Social	Monitoria

As propostas em desenvolvimento envolvem as modalidades de monitoria, TCC e PET - Programa de Educação Tutorial e contemplam 5 unidades de ensino (Arquitetura, Engenharia Ambiental, Ciências Biológicas, Ciências Sociais e Serviço Social).

Os resultados obtidos poderão ser utilizados para subsidiar as atividades da SVDS: em planejamento e gestão ambiental, educação ambiental, fiscalização, licenciamento e proteção e bem-estar animal.

### 1.2.1.3. Inventário de Áreas Verdes

Encontra-se em tratativas com a EMBRAPA a delimitação de Termo Referência para contratação de serviços especializados de levantamento e análise dos espaços verdes do município por meio de geotecnologias.

Esse projeto contribuirá de forma significativa para as atividades de planejamento, educação ambiental, fiscalização e gestão (indicadores de desempenho), especialmente para o Plano Municipal do Verde, a ser finalizado em 2015.

### 1.2.1.4. Arborização Urbana

Em 05/06/2014 foi efetivado e aditado o termo de cooperação técnica com a EMBRAPA Monitoramento por Satélite, para continuidade dos trabalhos do projeto denominado “Árvores de Campinas: banco de dados cadastral”, iniciado em 2013.

Esse diagnóstico está sendo realizado através do uso de geotecnologia e visitas a campo e o objetivo será catalogar a arborização do sistema viário, identificando sua qualidade, lista de espécies e distribuição espacial.

### 1.2.2. Investindo em Ciclovias

Em 2014, com o apoio do Vice-Prefeito Henrique Magalhães Teixeira, foi formado um grupo de trabalho para alavancar as ações relativas a implementação do futuro sistema o sistema ciclovitário de Campinas; com a participação do Sr. Carlos José Barreiro (Secretário Municipal de Transportes e Presidente da EMDEC), Sr. Carlos Augusto Santoro (Secretário Municipal de Urbanismo), Sr. Rogério Menezes (Secretário Municipal do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável) e Sr. Ernesto Paulella (Secretário Municipal de Serviços Públicos), que designaram técnicos e assessores para os trabalhos. O objetivo é definir os projetos necessários a implementação das ciclovias no município de Campinas, para se atingir a meta de 100 km até 2016, conforme o plano de metas do governo.

Inicialmente, o Secretário de Transportes apresentou um conjunto de trajetos que já possuem os projetos funcionais prontos para serem executados, que abrangem os primeiros dezesseis quilômetros de ciclovias. Esse primeiro conjunto de trajetos, considerado como o lote zero das ciclovias a serem implementadas na cidade, será executado pela EMDEC em conjunto com Secretaria de Serviços Públicos.

Para completar os primeiros 25 quilômetros, somam-se alguns outros projetos como da Avenida Baden Powell e da Avenida José de Souza Campos (Norte/Sul), que serão financiados por recursos privados provindos de Termos de Ajustamento de Conduta (TACs).

Para que a meta de implantação de 100 km de ciclovias, proposta no plano de governo, seja cumprida, outros três lotes de projetos estão previstos, cada um com cerca de 25 km em trajetos. Tendo em vista que a EMDEC está envolvida em grandes projetos do BRT e VLT extremamente importantes para o município, os projetos funcionais serão desenvolvidos pela SEINFRA que os submeterá a avaliação e chancela final da EMDEC. A Secretaria do Verde disponibilizou para elaboração desses projetos uma verba do PROAMB já reservada no valor de 700 mil reais.

Existem sugestões de trajetos oriundas da Secretaria de Transportes, Secretaria do Verde e também dos cicloativistas. Estes percorrem os principais bairros e consideram a facilidade de implementação e o impacto na mobilidade, especialmente em bairros mais populosos e com indicadores socioeconômicas menos favoráveis.

Durante todo o 1º semestre de 2014, foram realizadas reuniões periódicas com ciclistas, de várias regiões, para levantamento das demandas e o planejamento das ações.

### 1.2.3. Orçamento Participativo e Meio Ambiente



Por meio do Orçamento Participativo (OP), a comunidade, entidades e ativistas ligados às áreas de meio ambiente podem definir prioridades em ações e programas públicos com verbas do orçamento municipal.



Assembleia realizada na noite do dia 29/05/14, no Salão Vermelho da PMC

Fonte: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=23407>

A implementação dessas ações são conduzidas diretamente pela SVDS, a saber:

- ✓ **elaboração de plano de manejo de áreas verdes de interesse público, nascentes e matas ciliares**

Trata-se da solicitação em Plenária do Orçamento Participativo de 2012, realizada em 05 de junho de 2012, em Barão Geraldo, que demandou a **elaboração de um plano de manejo de áreas verdes de interesse público, nascentes e matas ciliares**. Paralelamente, surgiu um movimento popular pela criação de um



parque na área da Fazenda Rio das Pedras (Movimento Pró-Parque de Barão Geraldo).

Nesse sentido, foi formado um Grupo de Trabalho por meio da Portaria nº 80.172/2013, que elaborou Plano visando a conservação da biodiversidade, conexão de fragmentos e uso público. O documento foi enviado à Câmara de Compensação Ambiental do Estado de São Paulo – CCA em março de 2014, por meio do Ofício nº 124/14, solicitando recurso financeiro para a próxima etapa dos estudos técnicos.

### ✓ **planejamento de medidas de preservação dos Recursos Hídricos do município de Campinas**

Trata-se da solicitação do planejamento de medidas de preservação dos Recursos Hídricos do município de Campinas, através da elaboração de um Plano Municipal de Preservação e Recuperação dos Recursos Hídricos, incluindo Cadastro das Nascentes, Análise de Risco e Elaboração de Políticas e Projetos de Preservação.

Veja o “Programa de Recuperação de Matas Ciliares e Nascentes” em fase de elaboração do Termo de Teferência (TdR) para contratação (*item 3.4.6.6*) e o diagnóstico do Plano Municipal de Recursos Hídricos (*item 3.1.1.2*), ambos com financiamento previsto com recursos do Fundo de Recuperação, Manutenção e Preservação do Meio Ambiente - PROAMB.

### ✓ **Medidas para a proteção de mananciais**

Trata-se da solicitação de medidas para a proteção de mananciais, sendo respondido que está em curso a elaboração do Programa de Recuperação de Nascentes (*item 3.4.6.6 deste Relatório*) e o Plano de Recursos Hídricos (*item 3.1.1.2 deste Relatório*).

### ✓ **Plano Cicloviário do Município**

Trata-se de solicitação de que seja implementado o Plano Cicloviário do Município que é de grande interesse do ponto de vista ambiental, porém de competência técnica e de gestão da Empresa Municipal de Desenvolvimento de

Campinas (EMDEC), onde foi encaminhado o referido protocolo para prosseguimento (*item 3.1.1.2 deste Relatório*).

#### ✓ **Bicicletários e Paraciclos**

Trata-se da pretensão de instalação de Bicicletários e Paraciclos em espaços e prédios públicos de Campinas, que é estrategicamente fundamental para o sucesso do plano cicloviário da cidade, que contribuirá com a mobilidade Urbana Sustentável. A competência técnica e de gestão sobre o viário da cidade é atribuída à Empresa Municipal de Desenvolvimento de Campinas (EMDEC), para onde foi encaminhado o protocolo para prosseguimento.

#### ✓ **Coletivo Educador Ambiental de Campinas**

Trata-se de solicitação de apoio às atividades do Coletivo Educador Ambiental de Campinas. Foi informado que a Coordenadoria de Educação Ambiental está trabalhando no Projeto de Lei de Educação Ambiental para Campinas onde se prevê orçamento para as ações descritas neste Protocolo, que irão compor o Plano Municipal de Educação Ambiental de Campinas (atualmente em elaboração).

#### ✓ **Atlas Ambiental e criação de Banco de Dados Municipal de Meio Ambiente**

Trata-se da solicitação de elaboração de Atlas Ambiental e criação de Banco de Dados Municipal de Meio Ambiente, cadastro, informatização e disponibilização para a população, a partir de levantamento e sistematização de dados sobre o meio físico, socioeconômico e político-institucional, gerando estímulos e subsídios para ampliação da participação da população na gestão e planejamento socioambiental da cidade de Campinas. A elaboração do Atlas Ambiental está sob a coordenação da Coordenadoria de Tecnologia de Informações Ambientais (C-TeIA/DVDS-SVDS), que fará a compilação das informações que comporão a primeira versão do Atlas, inclusive os planos e programas elaborados ou em desenvolvimento por esta Pasta.

A primeira versão do Atlas conterá as informações ambientais do Município no formato *webpage* e será disponibilizada para o público a partir de um *link* da página da SVDS. Não estão previstos para esta fase o aporte de recursos

financeiros, sendo realizada totalmente pelos técnicos da SVDS, com previsão de conclusão no ano de 2015.

### ✓ **Implementação de Programa de Recuperação de Cobertura Vegetal de Áreas com Remoção de Moradias em Áreas de Risco**

A demanda indica a Implementação de Programa de Recuperação de Cobertura Vegetal de Áreas com Remoção de Moradias em Áreas de Risco.

Dessa forma, o Banco de Áreas Verdes, com incumbência legal de recuperar as Áreas Verdes do Município, já internalizou essa demanda do O.P. e tem destinado compensações ambientais para tais locais, como a APP do Córrego do Pium, no Jd. Miranda, - Protocolos nº 2012/10/23653 e 2010/10/32490, a Praça 4 do Jardim Planalto de Viracopos - 2012/10/37402, e a Praça 2 “Q.T. 8379” da Vila Nogueira - Protocolo nº 2011/10/27299.

Outras ações foram direcionadas às áreas competentes, sendo que poderá haver apoio técnico e assessoramento da SVDS, se demandado.

#### 1.2.4. Fórum Brasil-Portugal

O “Fórum Brasil / Portugal pela sustentabilidade” foi realizado no Hotel *The Royal Palm Plaza*, em 24 de junho de 2014, das 9 às 18 h, com a coordenação do Instituto Brasileiro de Administração Pública (IBAP) e o apoio apenas institucional da Prefeitura Municipal de Campinas, representada pela Secretaria do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico, Social e Turismo, sem qualquer despesa custeada pela Prefeitura.

A proposta do fórum foi a troca de experiências entre os dois países, com a participação de acadêmicos e autoridades, de ambas as nações, abordando o tema sustentabilidade e encerrado com a palestra do renomado navegador Almyr Klink.

O evento contou com um público de aprox. 300 pessoas.

Para maiores informações, acesse:

<http://revistaprefeitosdesaopaulo.com.br/portfolio/forum-especial-brasil-portugal-pela-sustentabilidade> e

<http://www.youtube.com/watch?v=j46BwoGc96I>; [www.youtube.com/watch?v=oycobLVFQto](http://www.youtube.com/watch?v=oycobLVFQto).

## 1.2.5. Comunicação, Transparência e Atendimento ao Público

### 1.2.5.1. Atualização do site e identidade visual da SVDS

Com a reestruturação da SVDS, fez-se necessário adequar o site da Secretaria, de modo a refletir a sua nova organização, garantindo clareza, transparência, facilidade de acesso e navegação aos munícipes.

A atualização do site se deu por um processo de reavaliação de todo o conteúdo disponível e sua redistribuição dentro da nova estrutura. Conteúdos desatualizados foram removidos ou readequados e novos conteúdos são inseridos frequentemente, sob demanda das diversas áreas da SVDS.

Diversas atividades realizadas necessitaram da elaboração de uma identidade visual própria. Isto se deu por meio da criação de *banners* para o novo site da SVDS, representando os departamentos e seus principais trabalhos, bem como pela produção de materiais gráficos de divulgação, no que se destacam os produtos da Semana do Meio Ambiente 2014 (logotipo, faixas, cartazes, flyers).

O intuito foi disponibilizar conteúdos de forma mais amigável à consulta dos usuários e atender ao princípio da transparência ativa.

The screenshot displays the website interface for 'Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável'. On the left, a navigation menu lists: Estrutura, Fale conosco, Licenciamento Ambiental, Online, Conselhos Municipais, Legislação Municipal, and Mapa do site. The main content area features a breadcrumb trail: Início > Secretarias > Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. The primary headline is 'Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável'. Below this, a news article is highlighted with a photo of a building interior. The article title is 'Prefeitura recebe parecer técnico da Cetesb sobre Mansões Santo Antônio', dated 28/07/2014 12:46:00. The text states: 'Este é o terceiro passo dado por esta gestão na direção da solução deste passivo ambiental, explicou o secretário do Verde ► Mais'. To the right of the article are five departmental logos: SVDS | Gabinete (Gabinete do Secretário), SVDS | DLA (Departamento de Licenciamento Ambiental), SVDS | DVDS (Departamento de Verde e do Desenvolvimento Sustentável), SVDS | OPREA (Departamento de Proteção e Bem-Estar Animal), and SVDS | CFA (Coordenadoria de Fiscalização Ambiental). Below the main article, there are sections for 'Outras Notícias' with two items: 'Copa do Mundo e Revolução de 32: Administração mantém serviços essenciais' (07/07/2014) and 'Verde realiza workshop sobre utilização de água de reúso nesta' (25/06/2014).

Fonte: <http://www.campinas.sp.gov.br/governo/meio-ambiente/>

### 1.2.5.2. Divulgação de eventos e ações da SVDS

Como canal prioritário de divulgação de eventos e ações para a população, a SVDS mantém sua página no Facebook atualizada com informações muitas vezes em tempo real sobre o andamento de suas atividades. A página funciona ainda como meio de comunicação suplementar aos meios oficiais (Diário Oficial e Portal da Prefeitura) para convocações, convites, trabalhos realizados e outras notícias de interesse. São canais de comunicação disponíveis:

- ✓ E-mail: [meioambiente@campinas.sp.gov.br](mailto:meioambiente@campinas.sp.gov.br)
- ✓ Site: <http://www.campinas.sp.gov.br/governo/meio-ambiente/>
- ✓ Facebook: [facebook.com/svds.pmc](https://www.facebook.com/svds.pmc)

### 1.2.5.3. Elaboração de hotspots

Por vezes, alguns trabalhos realizados pela SVDS necessitam de um modo de apresentação que extrapola a estrutura das páginas do Portal da Prefeitura Municipal de Campinas. Nesses casos, a elaboração de *hotspots* supre a necessidade de conteúdo multimídia e interativo. Destacam-se no período os sites do Mapeamento de Áreas Verdes (<http://ambientecampinas.wix.com/mapeamento>), da Semana do Meio Ambiente 2014 (<http://ambientecampinas.wix.com/semecia2014>) e do Sistema de Identificação Digital de Árvores (em elaboração).

### 1.2.5.4. Atendimento ao público

Em média são atendidas pessoalmente ou por telefone 60 pessoas ao dia, entre atendimentos telefônicos e presenciais, totalizando cerca de 1.200 atendimentos por mês. Por meio eletrônico foram recebidos, triados e encaminhados 272 e-mails.

Estes atendimentos se dividem em atendimento ao munícipe referente à consulta de protocolos, denúncias e diversas informações sobre assuntos da SVDS ou internos (aos servidores da SVDS), referentes a procedimentos, sistema de tramitações de protocolos, informática, solicitações à IMA, solicitações ao DGP, telefonia, espaço físico, entre outros.

### **1.2.5.5. Lei de Acesso à Informação (LAI)**

No 1º semestre de 2014 foram atendidas 31 solicitações do Sistema 156, referente à Lei de Acesso a Informação, num total de 42 informações que nos foram enviadas e as demais 11 têm respostas em elaboração.

## **1.2.6. Atividades Ordinárias do Gabinete**

### **1.2.6.1. Protocolos**

No 1º semestre de 2014, foram recebidos 851 protocolos no Gabinete, triados, analisados e respondidos 837 protocolos, bem como encaminhados ou respondidos protocolos advindos do controle externo, sendo 42 relativos à Câmara Municipal e 65 pedidos de informações do Ministério Público.

### **1.2.6.2. Emissão e Recepção de Documentos**

No mesmo período, foram emitidos 244 ofícios, memorandos e convites, 11 atos normativos (sendo 07 Resoluções e 04 Ordens de Serviço). Além disso, foram triados e respondidos ou encaminhados ao órgão responsável 186 e-mails.

## **1.2.7. Representações**

A SVDS participa de várias ações voltadas direta ou indiretamente à área ambiental, retratando a sua capilaridade de atuação junto a Conselhos, Comissões, Fóruns e outras organizações internas e externas, podendo contribuir e influenciar na formação de políticas e gestão de ações que tenham interface como o meio ambiente natural, urbano, cultural ou laboral.

O quadro abaixo permite visualizar a capilaridade que a SVDS tem relação aos diversos órgãos da Administração Pública Municipal, conferindo uma capilaridade significativa da agenda ambiental.

<b>GRUPO DE TRABALHO</b>	<b>ÓRGÃO RESPONSÁVEL</b>
GT - Téc. Áreas Prioridades para Preservação Ambiental Barão Geraldo	GABINETE DO PREFEITO
GT Programa Município Verde/Azul	GABINETE DO PREFEITO
Grupo de Trabalho de Elaboração do Plano M. de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos	SERVIÇOS PÚBLICOS
Grupo Gestor da Plataforma Cidades Sustentáveis- Decreto 17.849/2013	GABINETE DO PREFEITO
Grupo de Trabalho da Comissão de Arborização	SERVIÇOS PUBLICOS
Grupo de Trabalho Destinado a Promover Estudos e Viabilizar a Execução das Políticas Públicas	GABINETE DO PREFEITO SANASA
Grupo de Gestão e Acompanhamento da Ação Municipal referente à ampliação do Aeroporto Internacional de Viracopos	GABINETE DO PREFEITO
Grupo de Controle e Contenção de ocupações, parcelamentos clandestinos e danos ambientais	DIRETORIA EXECUTIVA GABINETE DO PREFEITO
PAC- Unidade Gestora Local-UEL	GABINETE DO PREFEITO
Grupo de Análise de Projetos Específicos - GAPE	GAPE
GT - Fiscalização, Segurança e Proteção Malha Ferroviária	GABINETE DO PREFEITO
GT - Poupa Tempo Empresarial	GABINETE DO PREFEITO
GT - Para Analisar e Propor Alterações na Legislação	SEPLAN
GT - Representação Convênios e Contratos	ADMINISTRAÇÃO
GT - Projeto Rural Inteligente	SMDEST
Grupo de Análise das Situações de Risco nas Áreas Contaminadas no município de Campinas-SP	DIRETORIA EXECUTIVA/ GABINETE DO PREFEITO
Grupo de Análise e proposta de alterações na legislação	SEPLAN
GT - Relatório de Sustentabilidade Municipal	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Nessa linha, pode-se verificar a participação da Pasta Ambiental nos Conselhos, órgãos que permitem a participação comunitária na gestão pública:

CONSELHOS	ÓRGÃO RESPONSÁVEL
Conselho da Agência Metropolitana de Campinas – AGEMCAMP (Câmara Temática do Saneamento e Meio Ambiente)	AGEMCAMP
Conselho da Cidade de Campinas - CONCIDADE	SEPLAN
Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas - CONDEPACC	CULTURA
Conselho Gestor da APA de Campinas - CONGEAPA	SVDS
Conselho Gestor do Parque Linear do Capivari	SEPLAN
Conselho Municipal de Meio Ambiente - COMDEMA	SVDS
Conselho Municipal de Habitação	SEHAB
Conselho de Regulação e Controle Social da ARES- PCJ	GABINETE DO PREFEITO
Conselho Gestor das Áreas de Proteção Ambiental APAS- Piracicaba /Juqueri Mirim Área II - Sistema Cantareira -2011 a 2013	FUNDAÇÃO PARA A CONSERVAÇÃO E A PRODUÇÃO FLORESTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Conselho Gestor da Plataforma Programa Cidades Sustentáveis	GABINETE DO PREFEITO
Conselho Diretor Fundo de Recuperação, Manutenção e Preservação do Meio Ambiente - PROAMB	SVDS
Conselho Gestor Local de Gestão da Macrozona 5 - MZ5	SEPLAN
Conselho Consultivo da ARIE MSG	GABINETE DO PREFEITO
Conselho Municipal de Trânsito e Transporte - CMTT	SETRANSP
Conselho Municipal Orçamento Participativo - COP	RELAÇÕES INSTITUCIONAIS
Conselho Gestor do Fundo Municipal de Prevenção e Reparação de Direitos Difusos e Coletivos - FUNDIF	SVDS



O quadro seguinte descreve a participação da Pasta vários Comitês e Comissões:

COMISSÃO/ COMITES	ÓRGÃO RESPONSÁVEL
Comitê Gestor da Operação Estiagem /Operação Verão 2014	GABINETE DO PREFEITO
Comitê de Acompanhamento e Gestão de Acordo do Termo de Reciprocidade entre o Município, ICMBIO – Inst. Chico Mendes Biodiversidade e Fundação José Pedro Oliveira	FJPO
Participação Assembléia da Comissão Preatória para 5ª Conferência da Cidade de Campinas	SEPLAN
Comitê da Cidade Resiliente - CCR	GABINETE DO PREFEITO
Comissão de Planejamento da Revitalização da Região Central de Campinas	CULTURA
Comitê Executivo de Articulação e Integração das Políticas Públicas de Regularização Fundiária	GABINETE DO PREFEITO
Comissão de Arborização	SERVIÇOS PÚBLICOS
Comissão Municipal de Estatísticas Agropecuárias de Campinas/SP	IBGE

Participamos também das diversas Câmaras Técnicas do Comitê de Bacias Hidrográficas de Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, a saber: Saneamento, Águas Subterrâneas, Rural, Educação Ambiental, Conservação e Proteção de Recursos Naturais, Planos de Bacia e Planejamento.

As representações acima refletem uma atuação ampla dos técnicos da SVDS na tomada de decisões em políticas públicas e ações governamentais específicas em áreas de interface, promovendo sinergia de cooperação, visão integrada e multidimensional.

### 1.2.8. Equacionamento de áreas contaminadas

O Prefeito incluiu em seu Plano de Governo o Tema de Equacionamento das Áreas Contaminadas. Algumas das ações são: mapeamento de áreas contaminadas; análise de relatórios anuais com a relação das áreas contaminadas da

CETESB; identificar e restringir áreas com risco; fiscalizar áreas contaminadas entre outras. A SVDS, através do Gabinete desta pasta, está acompanhando este tema.

A primeira atividade realizada foi a espacialização das áreas contaminadas por meio de um programa de georreferenciamento, constituindo assim um banco de dados, com foco na lista das áreas constantes na Relação de áreas contaminadas - 2012, divulgada pela CETESB. Atualmente trabalha-se na inserção da Relação de 2013 da CETESB. A espacialização dos pontos correspondentes às áreas contaminadas permitirá uma análise muito mais célere e precisa, seja nas atividades de planejamento, licenciamento e fiscalização.

O Setor de Fiscalização está percorrendo esses pontos para verificação da situação in loco, tendo sido visitadas cerca de 20% do total das áreas.

São estudadas a remediação dos principais casos na cidade e com prioridade para o Mansões Santo Antonio, que está entre as 10 na relação das áreas críticas segundo o site da CETESB. O enfrentamento do assunto foi priorizado pelo Prefeito Jonas Donizette no início da sua gestão. Esse e outros casos de áreas contaminadas de Campinas serão tratados de forma permanente pelo Grupo de Trabalho Técnico de análise das situações de risco nas áreas contaminadas no município de Campinas, criado pelo Decreto nº 18.161/13. O grupo é constituído por representantes das secretarias de Saúde, Planejamento e Desenvolvimento Urbano, Urbanismo, Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Comunicação e Assuntos jurídicos, e as atas de reuniões realizadas encontram-se no Protocolo nº 2013/10/55122.

Houve, em 15 de julho de 2014, reunião técnica com a CETESB visando um intercâmbio de procedimentos e ações conjuntas, uma vez que a CETESB é o órgão competente para o gerenciamento das áreas contaminadas, porém, pelo interesse público, ambiental e social, a Prefeitura não poderá se abster de atuar nos casos de contaminação localizados em Campinas (ainda que em áreas privadas) face ao relevante interesse público.

### 1.2.8.1. *Mansões Santo Antonio*



No final dos anos 90, a empresa Concima S.A. Construções Civis implantou, na Rua Hermantino Coelho, 908, um conjunto de apartamentos residenciais denominado Parque Primavera. O local foi anteriormente ocupado pela Proquima Produtos Químicos Ltda., empresa que procedia à recuperação de solventes e era recorrente em infrações e práticas ambientais inadequadas, que redundaram na contaminação do solo e das águas subterrâneas. A confirmação se deu somente em 2001, quando já haviam sido construídos três edifícios, um dos quais já ocupado.

Os estudos ambientais na área foram iniciados em 2001, onde foram detectadas concentrações de metais e solventes organoclorados em solo e água subterrânea significativamente acima dos padrões ambientais. Os resultados também demonstraram que os contaminantes em água subterrânea extrapolavam os limites das áreas dos lotes 04 e 05 (área crítica), atingindo propriedades adjacentes do bairro Mansões Santo Antônio.

Em outubro de 2010 a AECOM foi contratada pela CONCIMA (compradora do passivo - lotes 4 e 5) para realização de uma Investigação Ambiental Detalhada e Avaliação de Riscos à Saúde Humana. Ainda em 2010, a AECOM iniciou as obras emergenciais para implantação e operação de um Sistema de Extração de Vapores do Subsolo, junto ao bloco A do conjunto Residencial Parque Primavera, citado anteriormente.

Em função do não cumprimento de questões contratuais entre CONCIMA e AECOM, em março de 2011, todos os serviços foram paralisados.

Desde a confirmação da contaminação (2001) pouco foi feito. Em junho de 2013, por meio de uma ação inovadora da Prefeitura Municipal de Campinas, foram retomados os estudos de investigação ambiental no bairro pela AECOM (essa por já ter iniciado os estudos em 2010). Em 22 de novembro de 2013 foi encaminhado à CETESB o Ofício nº 391/2013-GP pelo Sr. Prefeito Municipal, solicitando manifestação sobre o conteúdo dos estudos técnicos realizados pela consultoria

AECOM, passo essencial para a definição dos estudos complementares e das medidas de remediação.

E a Prefeitura, sob a coordenação da SVDS, segue no rumo da solução do problema histórico do bairro. Para tanto, foi instalado o Sistema de Extração de Vapores e funcionamento por 10 meses, 24 horas por dia, inaugurado em 05 de junho de 2014. Esse sistema foi acordado com a CETESB anos atrás, como medida mitigadora, visando à diminuição do risco a saúde dos moradores da torre habitada.



Representante da AECOM, Prefeito e Secretário do Verde acionam sistema de drenagem de gases.

Foi instalada unidade fixa com equipamentos adequados para proporcionar o vácuo e encaminhar os gases para tratamento, através de compressores radiais, tanques demister e filtros de carvão ativado para vapores, sendo todos os equipamentos automatizados e controlados através de um painel elétrico. As linhas do sistema são todas subterrâneas, não havendo nenhuma interferência para os moradores no local. O sistema está instalado na garagem subterrânea do Bloco A do conjunto residencial e uma unidade de inspeção está localizada no lote de cima para que sejam feitas inspeções e monitoramento, de forma a garantir a eficiência da tecnologia aplicada.

A partir da manifestação da CETESB, órgão gestor de áreas contaminadas, a previsão PE avançar para as etapas de complementação de estudos, remediação e monitoramento.

Para maiores informações, acesse: [http://campinas.sp.gov.br/governo/meio-ambiente/mansoes\\_santo\\_antonio.php](http://campinas.sp.gov.br/governo/meio-ambiente/mansoes_santo_antonio.php).

### 1.2.9. Pacote da Crise Hídrica

A situação hídrica da região da macrometrópole paulista, na qual se inclui a RMC e a perspectiva atual até o final do período de estiagem de 2014 é preocupante. Vivemos um período de anomalia, com seca em período que seria chuvoso e que teve precipitações bem inferiores às do pior ano da série histórica até então, que havia sido o ano hidrológico de 1953/1954.

A disponibilidade hídrica é uma prioridade, em especial em tempos de escassez. Mas, para além das medidas gerenciais de gestão de oferta e demanda de curto prazo para se garantir água para o abastecimento em quantidade e qualidade, foi proposta pela SVDS a inclusão no Pacote Hídrico entre as medidas anunciadas de políticas públicas de médio e longo prazo.

Sendo assim, o Gabinete da SVDS coordena diretamente os seguintes instrumentos de planejamento, gestão e incentivo a proteção dos recursos hídricos do município de Campinas, que serão aplicados pela Prefeitura Municipal de Campinas, por meio da Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S/A (SANASA) e da SVDS:

1. *Plano Municipal de Recursos Hídricos (item 3.1.1.2 deste relatório)*
2. *Regulamentação no âmbito municipal para a utilização de água de reuso (item 3.1.1.3)*
3. *Política Municipal de Pagamento por Serviços Ambientais (item 3.1.1.)*
4. *Programa de Recuperação de Nascentes e Áreas Ciliares (item 3.4.6.6)*



SVDS, SANASA, Corpo de Bombeiros, Secretaria de Segurança Pública e Prefeito anunciam as medidas a serem implementadas para minimizar os efeitos da crise hídrica.

### 1.3. COORDENADORIA EXECUTIVA DE SUPORTE AOS CONSELHOS E FUNDOS MUNICIPAIS - CESC FM

A Coordenadoria Executiva de Suporte aos Conselhos e Fundos Municipais tem como atribuição maior facilitar a participação comunitária na gestão ambiental.

Em relação à gestão dos Fundos Ambientais, entre as suas funções, destacam-se o apoio administrativo aos Conselhos Diretores dos Fundos Ambientais (PROAMB e FUNDIF) nas reuniões ordinárias e extraordinárias, lavrando-se, entre outros documentos, listas de presença, atas e relatórios, conferindo-se a referida publicidade; o auxílio na coordenação do orçamento, projetos, programas e ações, compras, convênios e demais aquisições relacionadas ao Fundo.

Quanto ao fomento e apoio à participação comunitária junto aos Conselhos Municipais com interface no meio ambiente, a Coordenadoria atua como unidade de apoio promovendo a interface entre a Secretaria Municipal do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e outros órgãos municipais com os Conselhos Municipais; desempenhando todas as atividades administrativas, promovendo o intercâmbio entre os Conselhos e demais órgãos afins, bem como disponibilizando e atualizando as informações sobre os Conselhos Municipais e Fundos Ambientais com interface no meio ambiente.

#### 1.3.1. Conselho Municipal de Meio Ambiente de Campinas - COMDEMA



O Conselho Municipal de Meio Ambiente de Campinas (COMDEMA), instituído pela Lei Municipal nº 10.841, de 24 de maio de 2001 e Decreto nº 13.874, de 04 de março de 2002 tem por objetivo promover a discussão, análise e proposição das diretrizes das políticas públicas ambientais de Campinas.

No COMDEMA são discutidos os diferentes temas relacionados à gestão ambiental municipal, tais como: gestão de resíduos, gestão de recursos hídricos, arborização urbana, uso e ocupação do solo, poluição, saneamento básico, dentre outros.

Atualmente é formado por representantes dos segmentos empresarial, técnico-profissional, sindical dos trabalhadores e pelo governamental, sendo secretariado pela Secretaria do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Campinas.

Segue, abaixo, a relação das Reuniões Ordinárias e Extraordinárias

- Assembleia Ordinária do dia 30/01/2014
- Assembleia Ordinária do dia 26/02/2014
- Assembleia Ordinária do dia 27/03/2104
- Assembleia Ordinária do dia 30/04/2104
- Assembleia Extraordinária em 15/05/2014
- Assembleia Ordinária do dia 29/05/2104

### Eventos

#### ➤ *Plano Estadual de Resíduos Sólidos do Estado de São Paulo*

A Secretaria Estadual de Meio Ambiente realizou no dia 16 de abril no Salão Vermelho do Paço Municipal de Campinas a reunião técnica “Panorama dos Resíduos Sólidos do Estado de São Paulo – Versão Preliminar”.

O evento foi resultado de uma deliberação do Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMDEMA) que solicitou ao Governo do Estado, com o apoio do Prefeito Jonas Donizette, a inclusão de Campinas nas Audiências Públicas que o CONSEMA realizará em vários municípios sobre o tema.



Fonte: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=22852>

Para maiores informações, acesse: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=22852>.



### Comissões atuantes no Conselho

- Comissão de Arborização
- Comissão de Controle de Poluição e Resíduos
- Comissão de Política e Educação Ambiental
- Comissão de Capacitação
- Comissão de Análise de Território

### Deliberações do Pleno do Conselho

- Análise de Protocolos pela Comissão de Análise de Território (CAT)
- Recebidos pela Secretaria Executiva: 164 processos
- Deliberados pelo pleno: 27 processos

Para maiores informações, acesse: <http://campinas.sp.gov.br/governo/meio-ambiente/comdema.php>.

## 1.3.2. Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental de Campinas - CONGEAPA



O Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental de Campinas – CONGEAPA, realizou no período entre janeiro e junho de 2014, 5 reuniões ordinárias e 1 reunião extraordinária, conforme relação das datas abaixo:

- Reunião Extraordinária do dia 09.01.2014
- Reunião Ordinária do dia 28.01.2014
- Reunião Ordinária do dia 25.02.2014
- Reunião Ordinária do dia 25.03.2014
- Reunião Ordinária de 13.05.2014
- Reunião Ordinária de 24.06.2014



## Câmaras Técnicas e Comissões

### *a) Câmara Técnica de Análise de Protocolos*

Foram analisados pela Câmara Técnica de Análise de Protocolos e deliberados pelo pleno do CONGEAPA, 25 protocolos, que tratam de processos de licenciamento ambiental, solicitações de pavimentação, autorizações para pesquisa, denúncia de infrações ambientais, entre outros. Nesta gestão, após janeiro de 2013, na área da APA Campinas não houve qualquer aprovação de empreendimentos imobiliários pela SVDS.

### *b) Câmara Técnica do Plano de Manejo*

Esta Câmara Técnica trabalha na viabilização da elaboração do Plano de Manejo da APA de Campinas. Deste modo, a referida CT, finalizou a elaboração do Termo de Referência do Plano de Manejo, encaminhando-o à Secretaria Municipal do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, após aprovação na Reunião Ordinária de 24/06/2014. O Plano de Trabalho do de Recuperação, Manutenção e Preservação do Meio Ambiente - PROAMB, publicado no Diário Oficial do Município em 19/03/2014, destinou à ação 08- Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental (APA) de Campinas – R\$ 900.000,00.

### *c) Câmara Técnica de Revisão do Regimento Interno*

A Câmara Técnica de Revisão do Regimento Interno se manifestou no início de janeiro deste ano sobre a minuta do Decreto Municipal nº 17.848, de 23 de janeiro de 2013, que alterou o Decreto nº 13.835, de 25 de janeiro de 2002, e dispõe sobre a composição do CONGEAPA.

A publicação do referido Decreto em janeiro deste ano foi importante, para que o processo eleitoral para o biênio 2014-2016, já contemplasse a nova composição do Conselho. A revisão do Regimento Interno ainda não foi finalizada, mas se baseia nas experiências vivenciadas pelo Conselho, na ausência de procedimentos estabelecidos pelo atual Regimento e em legislações federais e municipais.

### *d) Câmara Técnica de Eventos*

Neste semestre a Câmara Técnica de Eventos não realizou nenhum evento.

#### *e) Comissão Eleitoral*

A Comissão Eleitoral, formada para o processo de eleição das novas entidades que integrarão o Conselho no biênio 2014-2017, analisou os 19 processos de inscrição das entidades, publicando os resultados de deferimento e indeferimento no Diário Oficial do Município.

#### *f) Comissão de Obras Impactantes*

A Câmara Técnica de Acompanhamento de Obras Impactantes, criada na Reunião Ordinária de 24 de setembro de 2013, com o intuito de acompanhar as obras com impactos consideráveis na APA, realizou reuniões com os responsáveis pelos empreendimentos e solicitou maiores esclarecimentos sobre aspectos que o CONGEAPA considera relevante. A Comissão também promoveu um encontro para Biólogos e Interessados em defender a preservação da VIDA SILVESTRE DA APA, no dia 26 de maio de 2014, com o objetivo de cumprir o que foi definido no EIA RIMA do empreendimento ENTREVERDES e da ampliação da Av. Mackenzie, e para o fornecimento de subsídios para futuras ações que assegurem a proteção do ecossistema da área rural da APA.

#### Publicidade das ações do CONGEAPA

A publicação das convocações das reuniões, atas, editais, legislação, segmentos e contatos estão disponíveis em página específica da SVDS/CONGEAPA, no site da Prefeitura Municipal de Campinas: <http://www.campinas.sp.gov.br/governo/meio-ambiente/congeapa.php>, de forma a dar maior transparência aos atos do CONSELHO.

#### Processo Eleitoral do CONGEAPA

O processo eleitoral do CONGEAPA teve início com a publicação do Edital de Convocação - Inscrição para composição do Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental de Campinas – Biênio 2014-2016, no Diário Oficial de 20 de janeiro de 2014, com o cronograma, informações referentes à documentação necessária para a inscrição e segmentos.

A relação das inscrições deferidas e indeferidas foi publicada no Diário Oficial do Município de 07 de março de 2014.

A relação das inscrições deferidas e indeferidas pós-recurso foi publicada no Diário Oficial do Município de 07 de abril de 2014, sendo que o edital de eleição foi publicado no Diário Oficial do Município de 08 de abril de 2014.

A reunião de eleição foi suspensa por uma liminar do Poder Judiciário, mas após a sua liberação, deu-se a continuidade do processo eleitoral que já está em fase de finalização, com a reunião de eleição agendada para o dia 15/07/2014.

Para maiores informações, acesse: <http://campinas.sp.gov.br/governo/meio-ambiente/congeapa.php>.

### 1.3.3. Conselho de Regulação e Controle Social da ARES-PCJ no Município de Campinas

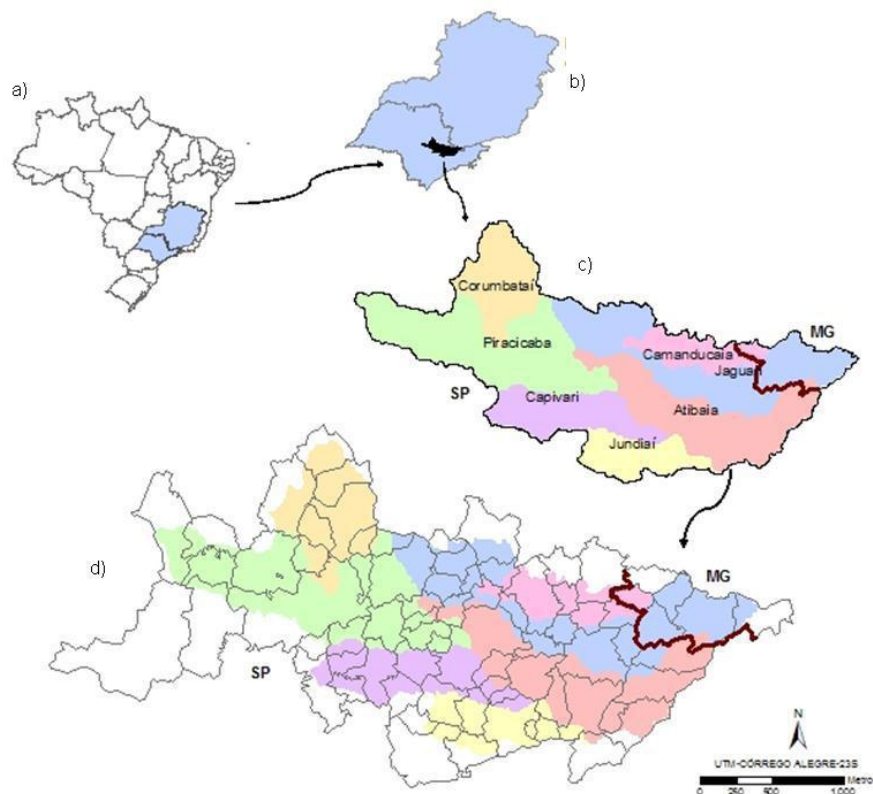


O setor de saneamento básico no Brasil compreende as atividades de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, drenagem de águas pluviais urbanas, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos (Lei nº 11.445/07, art. 3º).

A lei nacional determina a criação de órgão técnico neutro de saneamento municipal, estadual ou regional (a exemplo das agências reguladoras) para regular o setor, ou seja, entre outras medidas, estabelecer padrões e normas, dispor sobre o controle dos serviços e tarifas, nos termos do art. 21 e seguintes.

Em atendimento à Lei Federal nº 11.455/07, que prevê que os municípios são os responsáveis pelo planejamento, regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico, e que estas atividades devem ser exercidas de forma autônoma, com a criação de um órgão distinto, no âmbito da administração direta ou indireta, diversos municípios da UGRHI-PCJ solicitaram apoio ao Consórcio Intermunicipal da Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos das bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (UGRHI-PCJ) para viabilizar a criação de um ente regional com estas atribuições.

A UGRHI-PCJ e seus afluentes abrangem uma área de 15.303 km<sup>2</sup>, tendo 92,6% de sua extensão localizada no Estado de São Paulo e 7,4% no Estado de Minas Gerais, sendo 45 municípios paulistas e quatro mineiros integralmente inseridos na bacia e 25 paulistas e um mineiro, parcialmente inseridos (Figura 1).

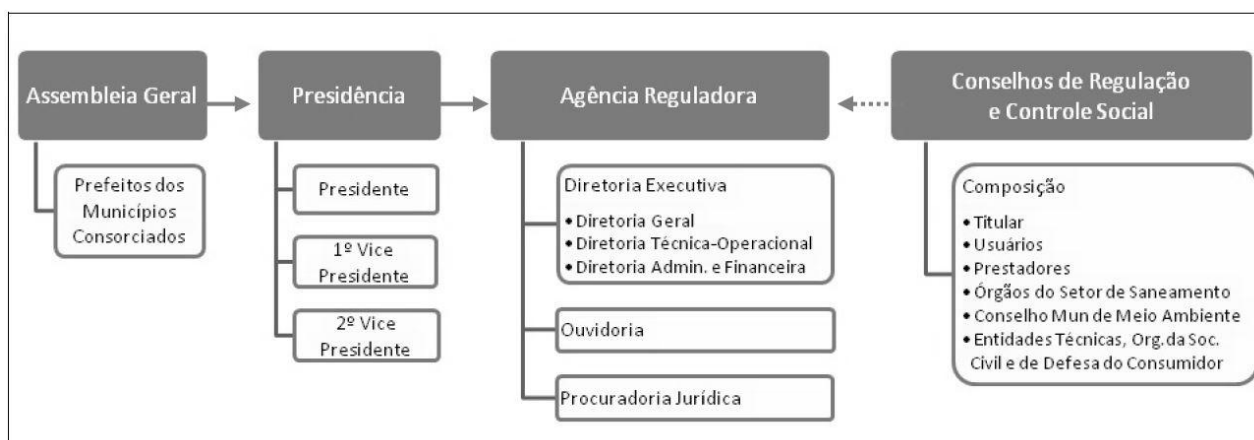


Localização da área de estudo: (a) Brasil; (b) Estados de São Paulo e Minas Gerais; (c) UGRHI-PCJ e divisão por sub-bacias e (d) UGRHI-PCJ, divisão por sub-bacias e municípios

Com o auxílio do Consórcio PCJ, foi então, proposta a criação da Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (ARES-PCJ). Este consórcio foi viabilizado em agosto de 2010 com o lançamento do Protocolo de Intenções assinado por prefeitos de diversos municípios, que constituiu a ARES-PCJ na forma de Consórcio Público, pessoa jurídica de direito público interno, de natureza autárquica, integrante da administração indireta de todos os Municípios consorciados, dotada de independência decisória e autonomia administrativa, orçamentária e financeira e é regida pelo disposto na Lei federal nº 11.107/05, e respectivo regulamento (Decreto 7217/10), pela Lei federal nº 11.445/07, pelo Contrato de Consórcio Público, por seus estatutos, regimentos e demais atos.

Assim, a criação da ARES-PCJ somente foi autorizada, mediante ratificação, por lei, editada por cada um dos Municípios participantes do referido Protocolo de Intenções convertendo-o, dessa forma, em Contrato de Consórcio Público, visando o exercício de funções de Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento. Até o momento há 34 municípios consorciados, inclusive Campinas, com leis de ratificação do Protocolo de Intenções.

A estrutura administrativa da ARES-PCJ é composta por: Assembleia Geral, Presidência, Agência Reguladora e Conselhos de Regulação e Controle Social, conforme o seguinte quadro organizacional:



Organograma de estrutura da Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (ARES-PCJ). Fonte: Site ARES-PCJ (2013).

Nesse sentido, o município de Campinas ratificou o Protocolo de Intenções da ARES-PCJ por meio da Lei nº 14.241, de 10 de abril de 2012 e por meio do Decreto nº 17.775, de 22 de novembro de 2012 foi constituído o Conselho de Regulação e Controle Social para atuar como mecanismo consultivo no âmbito da ARES-PCJ.

Os Conselhos de Regulação e Controle Social são órgãos consultivos da ARES-PCJ, criados um em cada Município consorciado, conforme estabelecido na Resolução ARES-PCJ nº 01, de 21/11/2011, composto, no que couber, por um representante do titular dos serviços de saneamento básico, de órgãos governamentais relacionados ao setor de saneamento básico, dos prestadores de serviços públicos de saneamento básico, dos usuários de serviços de saneamento básico, de entidades técnicas relacionadas ao setor de saneamento básico, de organizações da sociedade civil relacionadas ao setor de saneamento básico, do órgão de defesa do consumidor e do Conselho Municipal de Meio Ambiente.

O Conselho de Regulação e Controle Social – CRCS se constituiu em face do Município de Campinas se integrar à Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá - ARES-PCJ.

Referido órgão colegiado, de caráter consultivo, foi instituído pelo Decreto Municipal nº 17.775/12 e a Portaria nº 78.480/12 e atualmente é presidido pela Supervisora Departamental da Secretaria do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Campinas.

## Reuniões

Neste semestre o Conselho focou seus trabalhos na elaboração de material didático para a educação ambiental, especialmente com vistas ao consumo sustentável e uso racional da água, principalmente em face da crise hídrica atualmente enfrentada pela região.

O trabalho desenvolvido a várias mãos pelos integrantes do grupo gerou interesse e culminou em pedido da Agência Reguladora dos Serviços – ARES PCJ, sob a representação de sua Diretoria Geral, para utilizar material informativo sobre o uso racional da água tratada, oportunidade em que ofereceu à referida Agência Reguladora para impressão e distribuição.

Cumprе apontar que material didático foi elaborado com a participação de vários integrantes do órgão colegiado, com destaque a Secretaria Municipal do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, PROCON, Secretaria Municipal de Saúde, membros da ARES-CPJ, bem como com intensa participação da equipe técnica da SANASA.

Para maiores informações, acesse: [http://campinas.sp.gov.br/governo/meio-ambiente/relatorio\\_conselho\\_ares-pcj.pdf](http://campinas.sp.gov.br/governo/meio-ambiente/relatorio_conselho_ares-pcj.pdf).

### **1.3.4. Fundo de Recuperação, Manutenção e Preservação do Meio Ambiente - PROAMB**



#### **1.3.4.1. Conselho Diretor e ações financiadas**

O Conselho Diretor do PROAMB é o órgão responsável, entre outras atribuições, pela indicação das ações a serem financiadas e pela aprovação das contas do Fundo. Dele fazem parte 8 representantes das áreas técnicas da SVDS, 1 representante da Secretaria de Finanças, 1 representante da Secretaria de Administração e 2 representantes do COMDEMA (titular e suplente).

O Conselho Diretor aprovou em fevereiro deste ano o Plano de Trabalho de 2014, com 16 ações no valor total de R\$ 6,3 milhões:

<b>5.1 Estruturação do órgão ambiental municipal</b>		
	Serviço de alojamento de cães e gatos existentes nas atuais instalações do Centro de Controle de Zoonoses do município de Campinas.	R\$125.000,00
<b>5.2 Gestão dos recursos naturais - fauna e flora</b>		
	Serviço de castração de machos e fêmeas de cães e gatos.	R\$400.000,00
	Elaboração, operação e gerenciamento de um sistema de informação informatizado de cadastramento dos animais domésticos do município.	R\$150.000,00
	Aquisição de microchips, aplicadores e leitoras de microchips.	R\$100.000,00
	Montagem de um sistema móvel de doação de animais domésticos	R\$60.000,00
	Serviço de recuperação, soltura e manutenção de animais selvagens vítimas de ações antrópicas.	R\$125.000,00
	Programa de Recuperação de Nascentes e Matas Ciliares	R\$800.000,00
	Plano de Manejo APA Campinas	R\$900.000,00
	Ações de Manejo e Recuperação Florestal na ARIE Mata de Santa Genebra em áreas impactadas	R\$300.000,00
<b>5.3 Meio Ambiente e Cidadania</b>		
	Ações de Educação Ambiental	R\$120.000,00
	Eventos do Calendário Ambiental	R\$400.000,00
<b>5.4 Execução de projetos pioneiros no município</b>		
	Projetos funcionais/executivos de trechos prioritários de Parques Lineares	R\$900.000,00
	Censo da Economia Verde	R\$500.000,00
	Inventário de Emissão de Gases de Efeito Estufa de Campinas e da Região Metropolitana de Campinas	R\$1.200.000,00
<b>5.5 Fortalecimento dos conselhos municipais ambientais vinculados à SVDS</b>		
	Apoio ao COMDEMA	R\$150.000,00
	Apoio ao CONGEAPA	R\$30.000,00
<b>5.6 Gastos de Custeio</b>		
	Autonomia do Secretário (Gastos de custeio)	R\$80.000,00
<b>Total dos investimentos</b>		<b>R\$6.340.000,00</b>

Além da reunião que aprovou o referido Plano de Trabalho, outras 3 reuniões foram realizadas nesse período para apresentação e aprovação dos balancetes mensais do Fundo. Incluindo as 32 ações do Plano de Trabalho de 2013, totalizam-se mais de R\$ 14 milhões destinados a 48 projetos na área ambiental:

<b>Ações Aprovadas</b>	<b># ações</b>	<b>R\$ mil</b>
Plano de Trabalho 2013	32	8.099
Plano de Trabalho 2014	16	6.340
<b>TOTAL</b>	<b>48</b>	<b>14.439</b>



Os servidores responsáveis pela parte técnica das contratações e posterior acompanhamento dos serviços prestados são chamados de gestores do PROAMB e foram nomeados pela Ordem de Serviço nº 1, de 13 de janeiro de 2014.

#### **1.3.4.2. Contratação e Acompanhamento**

A Coordenadoria Setorial Financeira é responsável por viabilizar as contratações das ações do PROAMB. A partir do Termo de Referência elaborado pelo Gestor, providencia os orçamentosm encaminha e acompanha o processo nas Secretarias Municipais de Administração e Assuntos Jurídicos.

Já o acompanhamento das ações é centralizado na Assessoria de Gabinete e realizado mensalmente, com o objetivo de se obter o andamento das referidas ações, identificar as etapas já superadas e as ainda a percorrer, e constatar as ações com maior atraso para uma eventual intervenção.

Algumas ações aprovadas pelo Conselho do PROAMB estão sendo viabilizadas em mais de uma contratação e o quadro abaixo contempla síntese da situação atual:

<b>Fase</b>	<b>% de ações</b>	<b>% do valor financeiro</b>
TR não iniciado	21%	24%
Elaboração do TR	25%	50%
Elaboração dos orçamentos	11%	13%
Preparação do edital e análise jurídica	14%	8%
Realização do serviço	18%	4%
Encerramento do contrato	11%	1%
<b>TOTAL</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

A maior parcela das contratações (cerca de 25%) está na fase de elaboração do Termo de Referência, documento que norteará tecnicamente a licitação. Outra parcela relevante das ações (18% do número total) está na fase da efetiva realização do serviço. As ações mais relevantes financeiramente, no entanto, ainda estão na fase de elaboração do Termo de Referência, fase que concentra 50% do valor financeiro total das ações aprovadas pelo Conselho Diretor do PROAMB.



### **1.3.4.3. Pagamento e Contabilização**

Essas atividades do PROAMB são de responsabilidade da Coordenadoria Executiva de Suporte aos Conselhos e Fundos Municipais. Uma análise dos balancetes mensais do 1º semestre evidencia uma receita acumulada de R\$ 1,9 milhão, tendo como principais fontes de recursos: fundo especial do petróleo, compensação de produção mineral, compensação de recursos hídricos, royalties de petróleo, além de recursos próprios (por exemplo: taxas de licenciamento, aplicação de multas oriundas de fiscalização).

Em abril começou efetivamente o pagamento das despesas do PROAMB neste ano, tendo sido executados R\$ 6,9 mil em cursos de capacitação dos servidores da SVDS e outros R\$ 9,7 mil em eventos da Semana do Meio Ambiente 2014. Vale destacar que após longo período (15 anos) o PROAMB acha-se em fase inicial de sua implementação, o que explica valores ainda reduzidos de aplicação financeira.

Para maiores informações, acesse: <http://campinas.sp.gov.br/governo/meio-ambiente/proamb.php>.

### **1.3.5. Fundo Municipal de Prevenção e Reparação de Direitos Difusos e Coletivos - FUNDIF**

O FUNDIF foi criado pela Lei nº 14.753, de 20 de dezembro de 2013. Os membros do Conselho Gestor do Fundo, foram nomeados pela Portaria nº 82.097/2014, publicada no Diário Oficial do Município de 25/04/2014, cuja posse ocorreu na reunião de 15/05/2014, evento presidido pelo Sr. Prefeito Municipal. Ao todo são 36 conselheiros (entre titulares e suplentes). As secretarias municipais representadas no Conselho são: Verde, Jurídico, Finanças, Educação, Planejamento, Infraestrutura, Urbanismo, Cultura, Habitação, Direitos das Pessoas com Deficiência. Outros conselhos e entidades que integram o Fundo são o Comdema, Condepacc, CMDU, OAB, Acic, Consabs. Os conselheiros exercerão suas funções por 2 anos, podendo ser reconduzidos.



Fonte: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=23192>

Os mesmos servidores de carreira que exercem funções no Fundo Municipal de Recuperação, Manutenção e Preservação do Meio Ambiente (PROAMB) atuarão junto ao Fundif, para que haja otimização da estrutura e coesão de organização e gerenciamento para os dois fundos.

A primeira reunião ordinária aconteceu dia 28/05/2014, constando da pauta apenas a entrega aos Srs. Conselheiros da minuta do Regimento Interno do Fundo, discutido e aprovado na 2ª Reunião Ordinária, realizada em 14/07/2014.

#### 1.4. COORDENADORIA SETORIAL FINANCEIRA - CF

As principais atribuições da Coordenadoria Financeira são planejar e executar o orçamento, gerir convênios, buscar recursos externos junto a órgãos públicos e organizações não governamentais e emitir relatório periódico da gestão financeira da SVDS, conferindo a sua devida publicidade.

##### 1.4.1. Orçamento

O orçamento da SVDS, de cerca de R\$ 1,1 milhão, é todo para bancar gastos de custeio da Secretaria, excetuado os gastos com pessoal. Os principais itens de despesa são serviços de terceiros (onde entra o contrato com a IMA), auxílios financeiros a pessoas físicas (incluindo a bolsa-auxílio de estagiários) e material de consumo. O quadro abaixo demonstra, por tipo de despesa, o valor orçado, o realizado e o saldo remanescente em 30/06/14:

Descrição	Orçado	Realizado	% realiz.	Saldo
Material de Consumo	120.000,00	10.226,70	9%	109.773,30
Serviços de Terceiros - PF	180.000,00	63.107,40	35%	116.892,60
Outros Serviços de Terceiros	785.000,00	658.232,23	84%	126.767,77
Outras Despesas	27.000,00	0,00	0%	27.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>1.112.000,00</b>	<b>731.566,33</b>	<b>66%</b>	<b>380.433,67</b>

Verificamos uma realização muito alta (por ainda estarmos na metade do ano) dos Outros Serviços de Terceiros, onde a principal razão é o pagamento dos serviços da Informática de Municípios Associados - IMA em torno de R\$ 464 mil dos R\$ 478 mil orçados. O desenvolvimento dos sistemas que estão em andamento podem ser continuados com a complementação de uma das ações do PROAMB, sem que haja comprometimento da entrega. Destaca-se a crescente demanda da SVDS para que a IMA desenvolva soluções informatizadas, com destaque à implementação do Sistema de Licenciamento Ambiental *OnLine* (LAO), do Portal Animal, entre outros.

## 1.5. COORDENADORIA SETORIAL ADMINISTRATIVA E DE EXPEDIENTE - CAE

As principais atribuições desta Coordenadoria são a gestão de suprimentos, de bens patrimoniais, da telefonia, dos veículos e do expediente, além da adequação de espaço físico e a gestão de recursos humanos.

Nesse primeiro semestre, investiu-se na estruturação da Secretaria, especialmente em por conta do aumento de estrutura administrativa e atribuições trazidas pela Lei Complementar nº 59, de 09 de janeiro de 2014.

Para conhecer a nova estrutura da SVDS, acesse: <http://bibjuri.campinas.sp.gov.br/index/visualizaratualizada/id/88526>.

### 1.5.1. Expediente

No 1º semestre de 2014 foram realizadas 1.324 tramitações recebidas de expedientes externos, 960 tramitações enviadas para expedientes externos, 2.379 tramitações recebidas de centros de custos internos, 2.529 tramitações enviadas para centros de custo internos, 446 tramitações para o arquivo corrente da SVDS e 801 publicações encaminhadas para o Diário Oficial do Município.

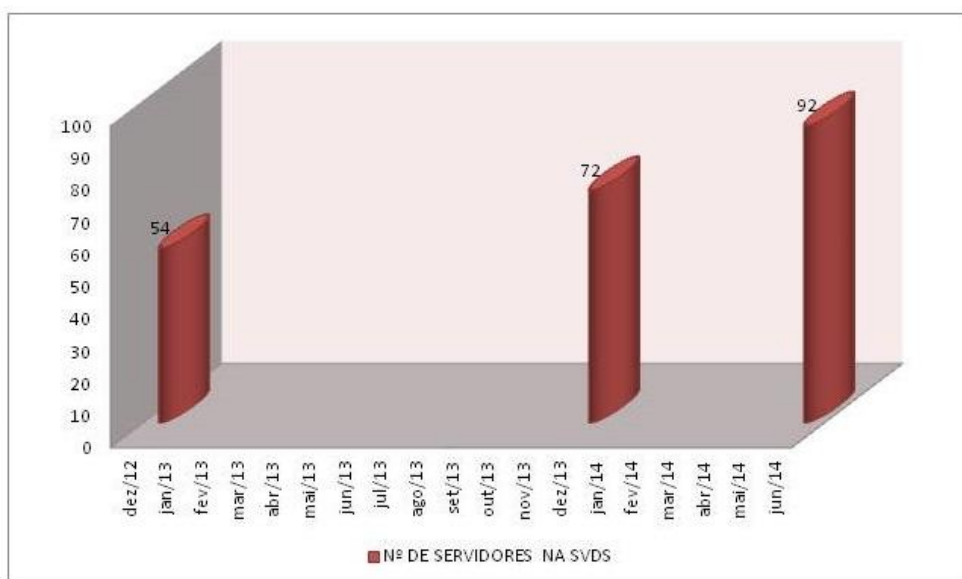
### 1.5.2. Recursos Humanos

No 1º semestre de 2014 foram atendidas 44 solicitações de férias planilhadas, preenchidas em formulário próprio e entregues na Secretaria de Recursos Humanos, 14 atualizações/inclusões de dados de servidores nas fichas de

dados cadastrais, 50 solicitações e controle de horas extras e sobre aviso, 420 frequências verificadas e entregues na Secretaria de Recursos Humanos, 05 solicitações de pagamento de produtividade dos fiscais elaboradas e entregues na Secretaria de Recursos Humanos, 06 solicitações de Licença Prêmio providenciadas, 18 solicitações quanto a vale-transporte, plano odontológico e vale alimentação atendidas, 16 encaminhamentos ao Serviço Médico providenciados e 50 solicitações de abono planilhadas. Além disso, a SVDS promoveu a avaliação dos seus funcionários em estágio probatório a fim de verificar as suas atuações e competências e se vêm atendendo ao interesse público municipal.

Observa-se que neste semestre houve significativo incremento de equipe, com a vinda de mais 17 servidores (concurados, transferidos, contratados, comissionados ou emprestados). Atualmente, a Secretaria conta com 92 servidores (em dez-2012, contava com 52 e em dez-2013, totalizava 72), visando atender a crescente demanda pela participação da SVDS nos programas da atual gestão. Pelo gráfico abaixo, podemos verificar o crescente investimento em recursos humanos na área ambiental:

	Nº DE SERVIDORES NA SVDS
dez/12	54
dez/13	72
jun/14	92





## 2. DEPARTAMENTO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL - DLA

O Licenciamento Ambiental tem como objetivo efetuar o controle de empreendimentos e atividades efetivas, potencialmente poluidoras, por meio de um conjunto de procedimentos a serem determinados pelo órgão competente, com o intuito de defender o equilíbrio do meio ambiente e a qualidade de vida da sociedade.

A Lei Complementar nº 49, de 20 de dezembro de 2013, em seu art. 6º, define que a localização, construção, instalação, ampliação, modificação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras de impacto local, bem como os empreendimentos capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento na Secretaria Municipal do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SVDS, sem prejuízo de outras licenças, autorizações ou alvarás exigíveis pelas legislações federal, estadual e municipal pertinentes.

Dependem de prévio licenciamento da SVDS os empreendimentos e atividades relacionados nos Anexos I, II, III-SG, III e IV, que integram o Decreto nº 18.306, de 25 de maio de 2013, a saber:

<b>EMPREENHIMENTOS E ATIVIDADES DE IMPACTO LOCAL</b>	
<b>ANEXO I</b>	Empreendimentos Imobiliários
<b>ANEXO II</b>	Transporte, saneamento, energia e dutos (Infraestrutura)
<b>ANEXO III-SG</b>	Movimentação de terra e mineração
<b>ANEXO III</b>	Intervenção em Área de Preservação Permanente - APP e supressão de vegetação nativa ou de árvores isoladas (Área Verde)
<b>ANEXO IV</b>	Atividades potencial ou efetivamente poluidoras

A demanda de trabalho do setor de Licenciamento Ambiental oscila ao longo do tempo, uma vez que se encontra estritamente ligada à situação de mercado dos empreendimentos imobiliários e de outros setores da economia.

Não obstante o crescente acréscimo de demandas, o Departamento vem obtendo investimentos com a criação de novas áreas e a com chegada de novos técnicos especializados.

Além disso, a fragilidade do Licenciamento Ambiental em dezembro de 2012 era notável juridicamente, já que o Decreto nº 17.261/2011, o qual norteava as atividades do setor, não era precedido por lei específica e sim por Decreto, ato emanado exclusivamente pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, e apontava a necessidade de serem efetuados ajustes para ser facilmente aplicável tanto pelos projetistas, quanto pelos técnicos do licenciamento, de forma a diminuir subjetividades. Em função disto, os técnicos da Secretaria participaram diretamente da minuta da nova Lei de Licenciamento Ambiental, assim como da minuta do Decreto que a regulamentaria, de modo que, após a promulgação destas novas legislações, Lei nº 49/2013 e Decreto nº 18.306/2014, o Licenciamento Ambiental ganhou solidez jurídica e institucional.

Atualmente, com o intuito de se adotarem medidas de sustentabilidade aos projetos ora implantados, a nova lei de Licenciamento Ambiental estipulou alguns critérios para a obtenção de incentivos financeiros e a certificação de projeto ambientalmente adequado, de modo que, para tal, cabe à equipe técnica definir, por meio dos Termos de Referência, parâmetros para enquadramento dos projetos a fim de que estes possam obter tal benefício, de modo que os técnicos deste setor participam, no atual momento, ativamente deste trabalho que será concluído no segundo semestre de 2014. Assim, prima-se, por meio desse instrumento, internalizar nas medidas de comando e controle, medidas de fomentos a empreendimentos e atividades que internalizam em suas obras ou atividades critérios de sustentabilidade, previstos no “Selo S”.

Também investiu-se na continuidade do processo de informatização de todo o procedimento de licenciamento ambiental implementando o Licenciamento Ambiental *OnLine*, integrando todo o processo de Licenciamento Ambiental (pedido, instrução, vistoria, parecer, controle social do COMDEMA, Conselhos Gestores de Unidades de Conservação e da sociedade, até a emissão final da licença ou autorização ambiental).

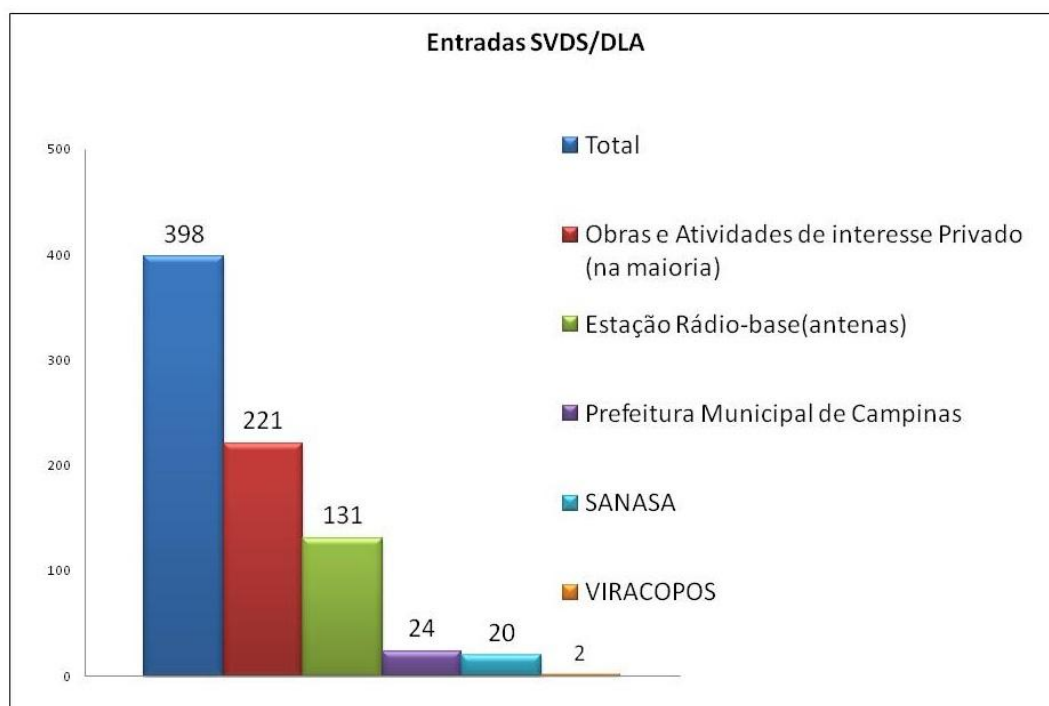
Em 12 de junho de 2014 foi publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo a Deliberação Normativa do Consema nº 01/2014, o que demandará, a partir dessa data, novas contratações, novas medidas estruturais e alterações

procedimentais do Departamento, a interface e tratativas de transição junto ao Estado (CETESB e Secretaria do Estado de Meio Ambiente) com o objetivo de adaptar as normativas e procedimentos vigentes, especialmente quanto a processo de informatização, como o Licenciamento Ambiental *Online* (LAO), e as novas tipologias transferidas para o Licenciamento em âmbito local.

## 2.1. PRODUTIVIDADE GERAL DO DEPARTAMENTO

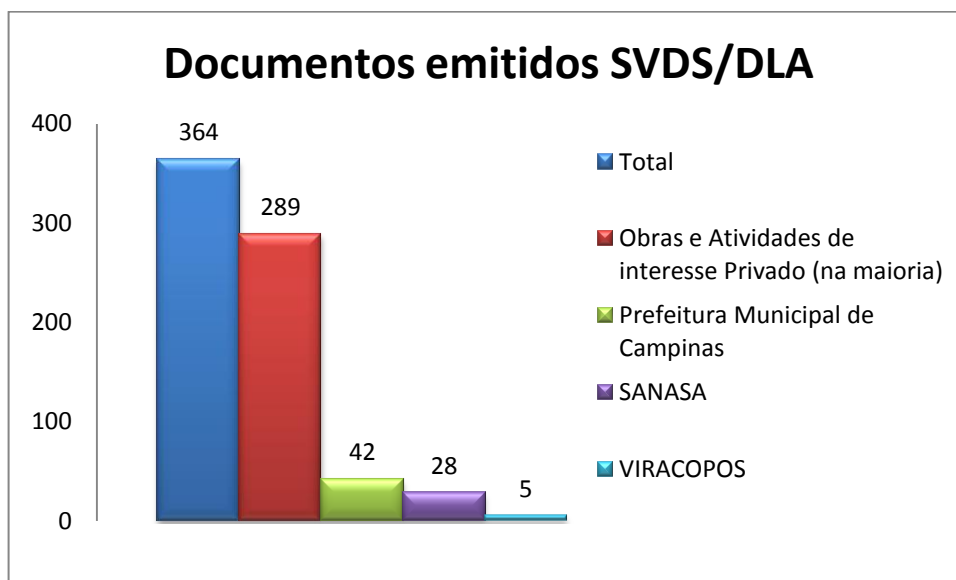
No primeiro semestre de 2014, foram protocoladas 398 solicitações na SVDS, para emissão de diferentes tipos de licenças, pelos diferentes Anexos desta secretaria (Figura abaixo). Os resultados apresentados se referem às entradas feitas por meio do protocolo geral na Prefeitura Municipal de Campinas (modo físico) ou através do sistema de licenciamento Ambiental *Online* (LAO).

Desse total, 221 solicitações foram efetuadas para obras e atividades de interesse privado, 131 solicitações foram efetuadas para regularização e implantação de novas estações rádio-base (antenas) de telefonia celular, 24 solicitações foram efetuadas pela própria Prefeitura Municipal de Campinas, 20 outras solicitações foram realizadas por órgãos como: Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S/A (SANASA) e, 2 pelo Aeroportos Brasil Viracopos – ABV.



Número de processos protocolados na SVDS no primeiro semestre de 2014.

Nesse mesmo período, foram emitidas 364 novas licenças pela SVDS, sendo 289 para obras e atividades de interesse privado em geral, 42 para a Prefeitura Municipal de Campinas, 28 para a SANASA e 5 para o Aeroportos Brasil Viracopos - ABV (Figura abaixo).



Número de Licenças Ambientais emitidas no primeiro semestre de 2014.

No primeiro semestre de 2014, o DLA licenciou diversas obras de interesse para o Município de Campinas, tais como:

- Avenida Mackenzie: Licença de Instalação para a ampliação da Avenida Mackenzie, abrangendo o trecho entre a Rodovia Dom Pedro e o Condomínio San Conrado;
- Regularizações da SANASA: Licenças Prévias e de Instalação do Centro de Reservação e Distribuição (Jardim São Vicente, ETA DIC, João Erbolato, Profilurb, Taquaral, Eulina, Anchieta, Cruzeiro e Chapadão);
- SANASA: Licenças Prévia e de Instalação para o Interceptor Santa Cândida e Estações Elevatórias de Esgoto (PAC Quilombo, Solar Campinas, Novo Mundo, Pirelli, Oziel, Jardim do Lago e Parque Prado);
- Viário próximo ao Parque Monsenhor Salim: Licença de Instalação para a abertura de Viário para acesso ao Jardim São Fernando (trecho leste);
- SETEC – Exame Técnico Municipal para o Crematório Municipal;



- Viário do Shopping das Bandeiras: Licença de Instalação para o acesso ao novo shopping;
- Vila Abaeté: Licença de Operação para 08 dos 12 condomínios habitacionais de interesse social (famílias de baixa renda), na região Sul da cidade;
- Hotel The Royal Palm Plaza: Licenças Prévias para a ampliação do Hotel;
- Campinas Shopping: Licença de Instalação para ampliação do Shopping;
- CDHU: Exame Técnico Municipal (revalidação) para um condomínio habitacional, próximo à região dos DICs.

### 2.1.1. Licenciamento Ambiental do Aeroporto Internacional de Viracopos



O Licenciamento Ambiental da ampliação do Aeroporto Internacional de Viracopos é de competência do Estado, por meio da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB. No entanto, a Prefeitura Municipal de Campinas, por meio da SVDS, vem participando do processo de Licenciamento Ambiental da primeira e segunda fase de ampliação do referido aeroporto, bem como das outras obras necessárias para a consolidação do empreendimento com estudos técnicos e emissão de ETMs, licenças e autorizações.

A primeira fase consistiu em:

- Implantação do novo Terminal de Passageiros - TPS;
- Áreas de Taxiamento;
- Pátio de Aeronaves;
- Novas áreas de estacionamento (edifício garagem, novo estacionamento de caminhões, estacionamento);
- Obras de infraestrutura básica (nova subestação e estruturas para armazenamento e distribuição de água para abastecimento e combate a incêndio);
- Vias de acesso internas (acesso ao novo TPS e melhorias no acesso aos terminais existentes de passageiros e de carga).

Nesta fase, a SVDS emitiu, no dia 27 de julho de 2012, o ETM 09/2012.

No primeiro semestre de 2014, o pedido do licenciamento da segunda fase da ampliação do aeroporto foi formulado pela Concessionária ABV, em continuidade ao licenciamento da expansão do Aeroporto, e da Licença Ambiental Prévia nº 8.818/2011, emitida pela CETESB.

A segunda fase do projeto de expansão do Aeroporto Internacional de Viracopos é constituída por:

- Segunda Pista de Pousos e Decolagens;
- Taxiways;
- Ligação com a infraestrutura existente na Central de Utilidades 1;
- Posto de Bombeiros e Resgate.

A SVDS emitiu o ETM nº 39/2014 A – II, em 01/07/2014, que trata da análise sobre o atendimento às condicionantes estabelecidas no Parecer Técnico nº 37/09, em relação aos potenciais impactos ambientais do empreendimento.

Além disso, a SVDS também analisou os seguintes assuntos:

a) Desvio da Linha Férrea: O protocolo nº 2013/10/52463 versa sobre a obtenção de Exame Técnico Municipal (ETM) para obras de desvio da linha férrea EFE - 050. O desvio ferroviário possuirá extensão estimada em 8,4 km, necessária para permitir a implantação de nova pista de pouso e decolagem do aeroporto. A extensão aproximada do trecho desviado é de aproximados 6,5 km. As obras de desvio fazem-se necessárias após emissão da Licença Ambiental Prévia nº 8.818/2011, emitida pela CETESB em 31 de janeiro de 2011, aprovando a concepção e a localização das obras de ampliação do Aeroporto Internacional de Viracopos. Neste caso, o documento emitido foi o ETM 05/2014;

b) Linha de Transmissão de Energia: O protocolo 13/10/30215 tratou do pedido de Licenças Prévia, de Instalação e de Operação para a Linha de Transmissão de Energia Elétrica de 138 kV, que terá origem no Ramal de Transmissão de 138 kV, e término na subestação Viracopos 2. A finalidade do empreendimento será a de aumentar o fornecimento de energia elétrica para o Aeroporto, atendendo ao aumento de demanda por este recurso. Neste caso os documentos emitidos foram: LP 001/2014-I; LI 04/2014-II (Parcial); LI 016/2014-II; LO 018/2014-II;

c) Reforma de ponte: O protocolo 2013/10/34744 trata da solicitação de dispensa de Licenciamento Ambiental para execução de reparo em ponte localizada na Estrada Municipal do Fogueteiro, município de Campinas - SP. A obra de arte em questão é estratégica para o transporte de material da área de empréstimo localizada no Sítio Camomila até as obras de ampliação do Aeroporto Internacional de Viracopos, considerando a necessidade da construção de amplas áreas de aterro para o alcance dos níveis compatíveis com as pistas atuais e estabelecimento de interligação das áreas já existentes com as novas instalações. A SVDS emitiu a CDL 049/2014;

d) Emissário de Esgoto: Solicitação de Exame Técnico Municipal ao Anexo II (Infraestrutura), realizada pela ABV para construção de Estação Elevatória de Esgotos e Linha de Recalque de Esgotos Sanitários no interior da área do Aeroporto Internacional de Viracopos, conduzindo os esgotos recalcados até a rede pública existente à Avenida Fernando Paolieri x Rua Nehme Antonio Hadad, no Bairro Parque das Indústrias. A solicitação foi realizada através do Sistema de Licenciamento Ambiental *OnLine* (LAO), sob nº 2014000358, mediante pagamento da taxa de análise e apresentação da documentação necessária, inclusive das complementações solicitadas pelo corpo técnico da SVDS.

Para maiores informações, acesse: <http://campinas.sp.gov.br/governo/meio-ambiente/ampliacao-viracopos.php>.

## 2.2. LICENCIAMENTO AMBIENTAL *ONLINE* – L.A.O.



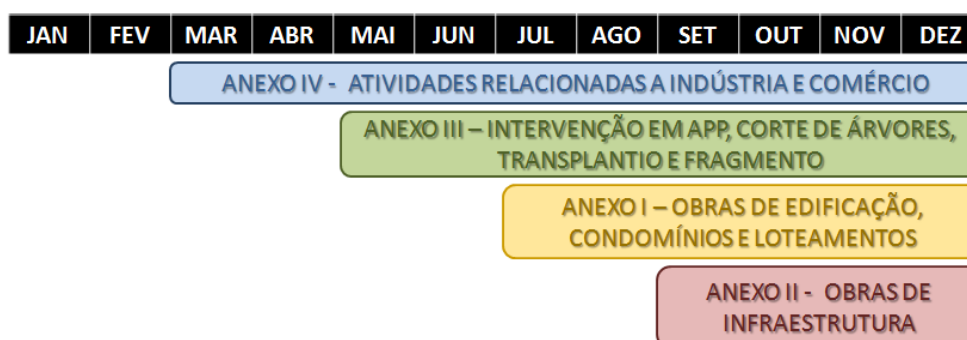
Com o licenciamento ambiental informatizado, denominado Licenciamento Ambiental *Online* (LAO), propicia-se a exclusão do papel sendo a totalidade dos procedimentos encaminhados por meio da internet, desde o requerimento até a emissão das licenças, autorizações e termos de compromissos ambientais. Atualmente, estamos em fase de transição do papel para o sistema totalmente informatizado.

O sistema tem por objetivo facilitar o acesso dos usuários ao processo de Licenciamento Ambiental de atividades e empreendimentos de impacto local, bem como permitir maior agilidade e transparência aos trabalhos internos da SVDS.

Após a implantação bem sucedida do sistema e com o advento da Lei Complementar nº 49/2013 (juntamente com seu Decreto Regulamentador nº 18.306/2014), iniciou-se neste semestre o ajuste do Sistema, necessário para adaptá-lo à nova legislação vigente: criação dos novos Anexos, sistema de controle de *upload* de arquivos, formulários-padrão para emissão dos documentos, novos documentos, aperfeiçoamento da segurança, reformulação dos procedimentos internos, melhoria na interface (tanto da parte dos interessados quanto dos técnicos), dentre outros.

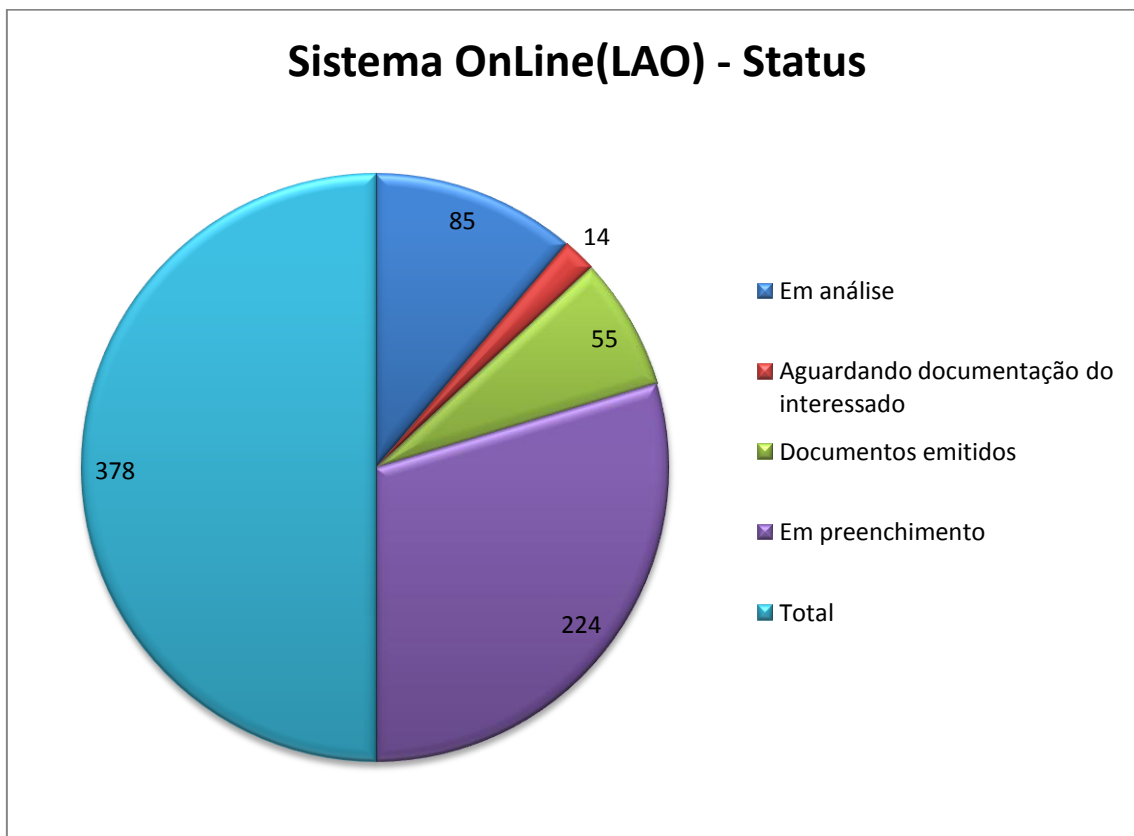
O sistema ainda se encontra na etapa de aperfeiçoamento junto à Informática de Municípios Associados – IMA e junto aos diversos órgãos municipais, visando propiciar facilidades para os usuários internos e externos, especialmente em face da recente mudança de parâmetros legais produzidos pela publicação da Deliberação Normativa do CONSEMA nº 01/2014.

Conforme a Ordem de Serviço nº 02/2014, o sistema LAO será a única porta de entrada para os processos de Licenciamento Ambiental, a partir de setembro de 2014, conforme cronograma abaixo:



Como forma de acompanhar a eficiência do LAO, nesta parte do relatório, vamos demonstrar os avanços numéricos do sistema, tanto no que se refere ao número de solicitações feitas quanto no número de licenças emitidas. Vale lembrar que os dados apresentados no item anterior deste relatório contemplam os números reais de produtividade do DLA da SVDS, ou seja, dos processos físicos somados aos processos online.

No primeiro semestre de 2014, um total de 378 processos deu entradas no LAO, solicitando algum tipo de Licenciamento Ambiental dentro da SVDS. A figura a seguir demonstra o *status* das solicitações.



Status dos protocolados no LAO.

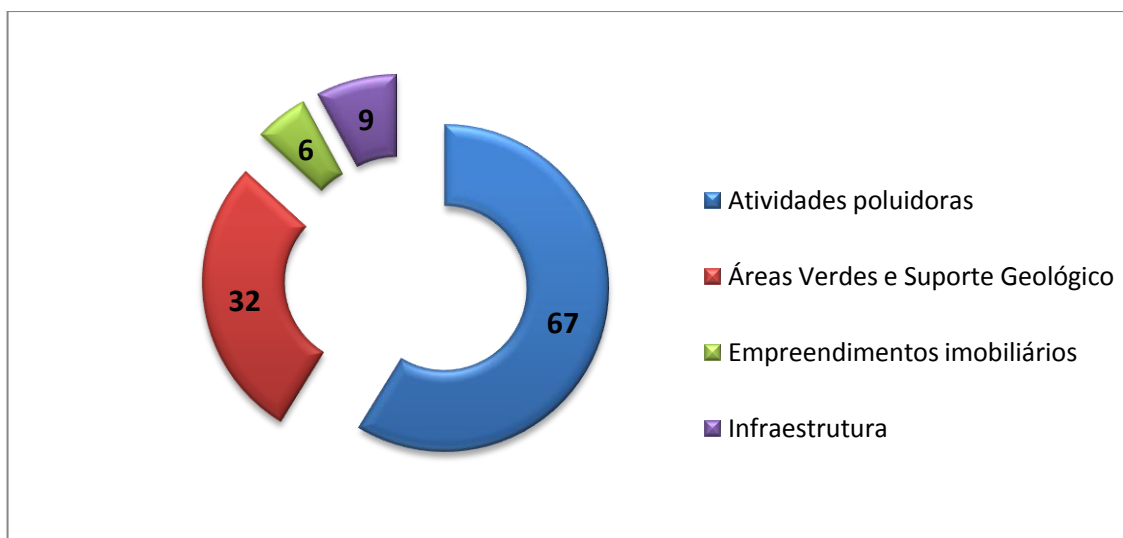
Dessas solicitações, 224 estão em preenchimento pelo interessado, ou seja, as solicitações ainda não foram finalizadas ou não tiveram a taxa da análise paga pelo interessado.

Outras 99 solicitações encontram-se em análise pela equipe técnica da SVDS. Neste andamento, os técnicos já podem ter iniciado por exemplo a análise do processo, entretanto, o mesmo pode estar aguardando a liberação da documentação, ou ainda aguardando a confirmação da solicitação de prorrogação de prazo ser deferida ou não pelo diretor do DLA, ou mesmo, aguardando o parecer dos Conselhos de Meio Ambiente Municipais, dentre outros.

Outras 14 solicitações estão aguardando a complementação da documentação pelo interessado e 55, já obtiveram a licença solicitada.

Vale lembrar que no LAO, o processo só fica disponível para o técnico quando se dá a compensação do pagamento da taxa de análise. Sendo assim, no

primeiro semestre de 2014, um total de 114 processos estavam aptos para análise da equipe técnica da SVDS. Deve se destacar o fato de que o número de entradas dos anexos III e IV supera as demais entradas, conforme apresentado na Figura abaixo:



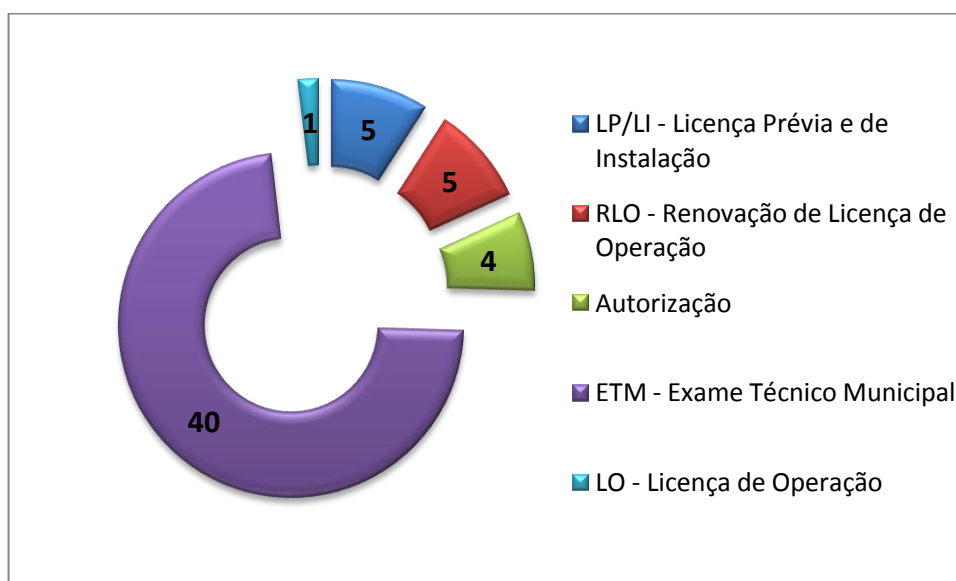
Entradas por Anexo no LAO.

Na tabela abaixo, observa-se detalhadamente o tipo e o número de solicitações feitas para cada um dos Anexos da SVDS.

Tipo de solicitações de licenças ambientais para cada anexo da SVDS.

Tipo de Solicitação	Anexo I	Anexo II	Anexo III e III-SG	Anexo IV
Autorização	0	0	32	0
Exame Técnico Municipal	1	1	0	38
Licença de Operação - LO	0	0	0	2
Licença Prévia	3	2	0	1
Licença de Instalação	1	0	0	0
LP/LI	0	1	0	15
LP/LI/LO	0	0	0	4
LI/LO	0	5	0	0
RLO - Renovação de LO	0	0	0	7
Certificado de Dispensa de Licenciamento	1	0	0	0
<b>Total</b>	<b>6</b>	<b>9</b>	<b>32</b>	<b>67</b>
			<b>Total Geral</b>	<b>114</b>

No primeiro semestre de 2014, foram emitidos 55 documentos pelo LAO, sendo 51 referentes ao Anexo IV e 4 ao Anexo III ou III-SG. Os tipos de documentos emitidos podem ser observados na Figura abaixo.



Documentos emitidos pelo LAO.

Os números aqui apresentados mostram que a iniciativa, por parte da Secretaria, de criar um sistema online para o processo de solicitação de Licenciamento Ambiental já é uma realidade.

Com a obrigatoriedade de todo o Licenciamento ser feito online, após Setembro deste ano, esses números serão ainda mais expressivos. Espera-se, dessa forma, ganharmos em agilidade nas tramitações e interações com o contribuinte, tornando-nos pioneiros e referência no assunto em todo o país.

Para dar conta da demanda, uma equipe foi formada dentro da própria Secretaria para auxiliar os usuários via telefone ou mesmo, quando necessário, na própria Secretaria. Esse tipo de atendimento tem sido importante, pois é através dessa interação que podemos aperfeiçoar o sistema, entendendo quais são as maiores dificuldades dos interessados e também como tornar mais intuitivo o uso do sistema.

Apesar de já estar operando, o sistema passa por constantes atualizações: seja por conta das mudanças nas legislações vigentes, seja por novos procedimentos. Há, ainda, constante manutenção no banco de dados e melhorias na segurança das informações presentes.

Para conhecer e acessar o programa acesse: <https://lao.campinas.sp.gov.br/>.

## 2.3. ELABORAÇÃO DOS TERMOS DE REFERÊNCIA DE SUSTENTABILIDADE

O novo formato de licenciamento ambiental, historicamente baseado em políticas de comando e controle, internalizou em seu arcabouço legal, medidas de fomento ou incentivos para os empreendedores que internalizarem em suas obras, atividades, iniciativas ou serviços que contribuam para a sustentabilidade ambiental, o que foi internalizado na Lei Complementar nº 49/13 e Decreto nº 18.306/14.

A SVDS, neste semestre, realizou dois eventos (apresentação e institucional, em 23 de maio) e workshop (em 11 de junho) intitulados “Incentivos à adoção de critérios de sustentabilidade em empreendimentos e atividades no âmbito do licenciamento ambiental municipal”, no auditório do CIESP-Campinas, com o objetivo a troca de informações com o setor produtivo, terceiro setor, centros de pesquisa e entidades a fim de subsidiar a elaboração dos Termos de Referência de Sustentabilidade.



Fonte: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=23538>

As iniciativas de sustentabilidade permitem incentivos tributários, com a possibilidade de isenção de até 50% da taxa de licenciamento. Também está prevista em lei a priorização destes empreendimentos com redução no tempo de licenciamento ambiental.



Veja os critérios do Selo “S” nas figuras a seguir:



Os índices de sustentabilidade nos permitirão conferir ao empreendedor o “Selo S”, que, além de reconhecer o mérito ambiental da obra ou atividade, também irá contemplar mecanismos de agilidade processual do licenciamento, conforme critérios constantes na figura abaixo:



O Selo Sustentabilidade – “Selo S” será atribuído ao empreendimento que atender a um número mínimo de critérios de sustentabilidade acima descritos, sendo pelo menos 5 obrigatórios e outros 5 optativos. O empreendedor que for contemplado com o Selo poderá, em um próximo empreendimento, requerer prioridade no início da análise do processo de licenciamento.

Os critérios de incentivo às práticas ambientais sustentáveis no licenciamento ambiental consistem em um estímulo a “competição do bem”, com vistas à mudança de paradigma nos processos produtivos e na construção civil, contribuindo para uma cidade sustentável e a melhoria das condições ambientais do Planeta, em nível global.

## 2.4. COORDENADORIAS DO D.L.A.

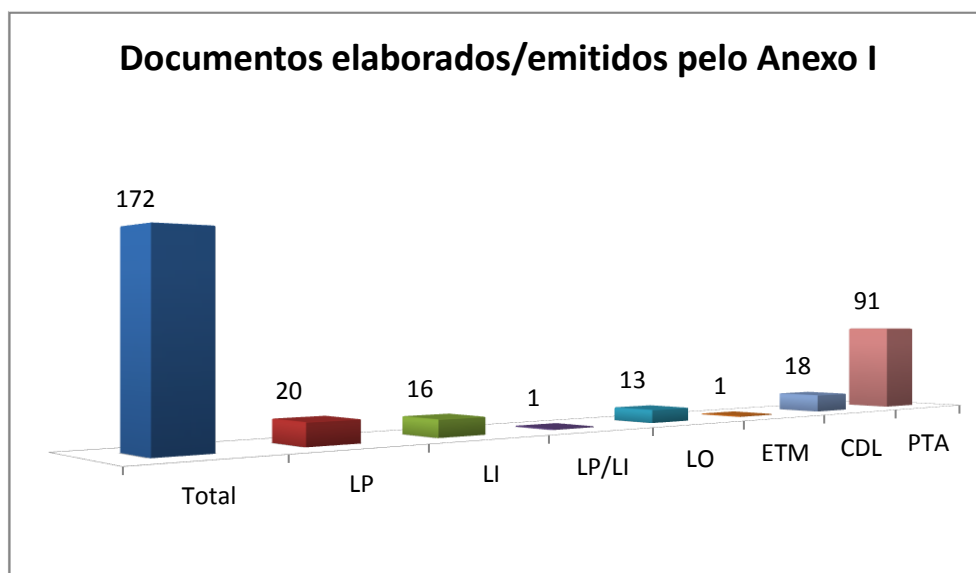
### 2.4.1. Coordenadoria Setorial de Licenciamento de Atividades e Empreendimentos de Impacto Local - CLA

Cada Anexo da Coordenadoria de Licenciamento Ambiental (CLA) recebeu e analisou diversas solicitações, emitindo os seguintes documentos após análise dos Processos: PTA (Parecer Técnico Ambiental); ATZ (Autorização); TCA (Termo de Compromisso Ambiental); LP (Licença Prévia); LI (Licença de Instalação); LO (Licença de Operação); LP/LP (Licença Prévia e Licença de Instalação no mesmo documento); RLO (Renovação da Licença de Operação); CDL (Certificado de Dispensa de Licenciamento); TI (Termo de Indeferimento); ETM (Exame Técnico Municipal).

#### 2.4.1.1. Anexo I – Empreendimentos Imobiliários

O Anexo I da Coordenadoria de Licenciamento Ambiental tem como atribuição principal licenciar ambientalmente atividades de impacto local quando caracterizadas por edificações que superem metragem mínima estipulada em Lei Municipal, de modo que, atualmente, quaisquer empreendimentos que superem área a construir de 2.500 m<sup>2</sup> passam por análise desse setor, com o intuito de autorizar, ou não, a instalação destas obras com a maior mitigação de impactos possível.

Atualmente, fazem parte desse setor 04 Engenheiros, sendo 02 Ambientais e 02 Cíveis, tendo ainda como equipe de apoio 02 estagiários na área de Engenharia Ambiental. No Anexo I, um total de 172 documentos foram elaborados/emitidos no período analisado, como demonstrado na figura abaixo.



Documentos emitidos no primeiro semestre de 2014 pelo Anexo I.

Além das atribuições do DLA, os técnicos do setor participam de alguns trabalhos paralelos como:

- Grupo de Gestão de Acompanhamento da Ação Municipal referente à ampliação do Aeroporto Internacional de Campinas;
- Comissão Especial para a Regulamentação do Estudo de Impacto de Vizinhança EIV/RIVI;
- Planejamento Ambiental da Secretaria dentro das atividades ligadas às Áreas Contaminadas;
- Estruturação do procedimento de regularização fundiária de interesse social;
- Poupa-tempo empresarial;
- Grupo de Análise de Projetos Específicos (GAPE).

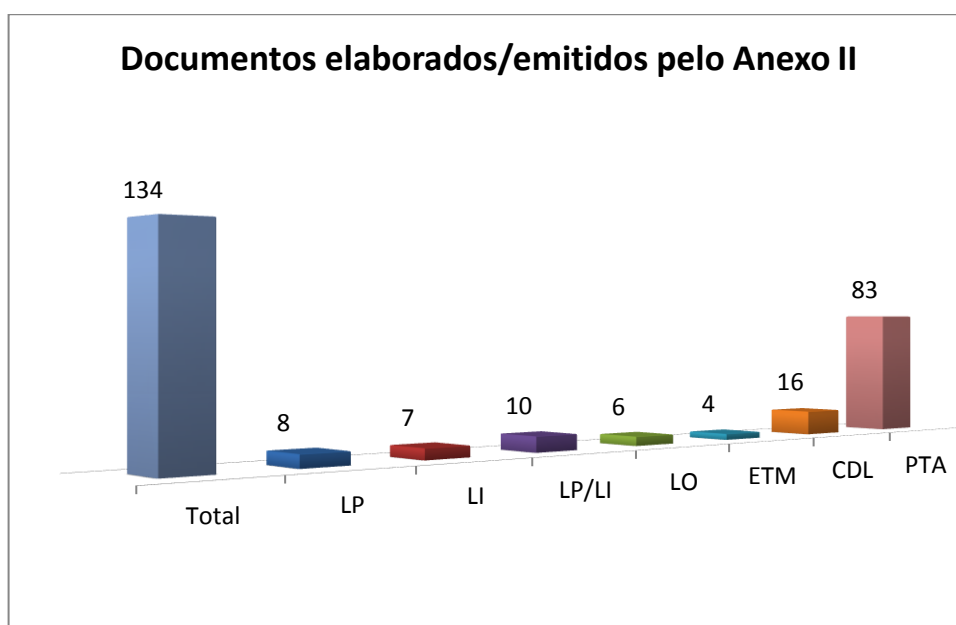
Como atribuição futura, e prevista no planejamento da Secretaria, encontra-se a revisão dos termos de referência já publicados, bem como a própria

revisão do novo Decreto de Licenciamento Ambiental para fins de adequação à nova Deliberação Normativa do COMSEMA nº 01/2014.

### 2.4.1.2. Anexo II – Infraestrutura

O Anexo II é responsável pelo Licenciamento Ambiental de obras e empreendimentos de impacto local, especificamente de Transportes, Saneamento, Complexos Turísticos e de Lazer, Cemitérios e Linhas de Transmissão até 23 kV e de subtransmissão até 138 KV, e subestações associadas, nos termos da Deliberação Normativa CONSEMA nº 01/2014 e no Decreto Municipal nº 18.306/2014.

O corpo técnico formado por 02 Engenheiros Civis e 02 Engenheiros Ambientais. No Anexo II, um total de 134 documentos foram elaborados/emitados no período analisado, conforme demonstrado na Figura abaixo.

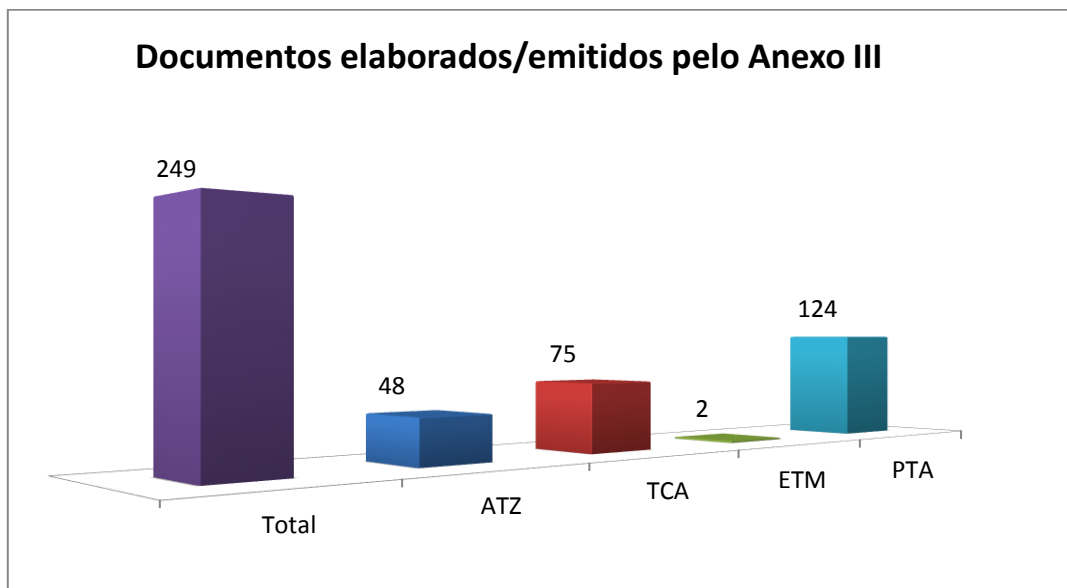


Documentos emitidos no primeiro semestre de 2014 pelo Anexo II.

### 2.4.1.3. Anexo III – Área Verde

O Anexo III faz interface com os demais anexos do Licenciamento Ambiental, seja para autorizar o corte de árvores isoladas ou calcular a permeabilidade exigida por Lei, além de analisar processos do Grupo de Análise de Projetos Especiais - GAPE.

Este Anexo possui um corpo técnico formado por três Engenheiros Agrônomos, uma Bióloga e também uma estagiária da área de Biologia. No anexo III, foram elaborados/emitidos 249 documentos, de acordo com a figura a seguir.



Documentos emitidos no primeiro semestre de 2014 pelo Anexo III.

Além dessas atividades citadas anteriormente, competem aos técnicos:

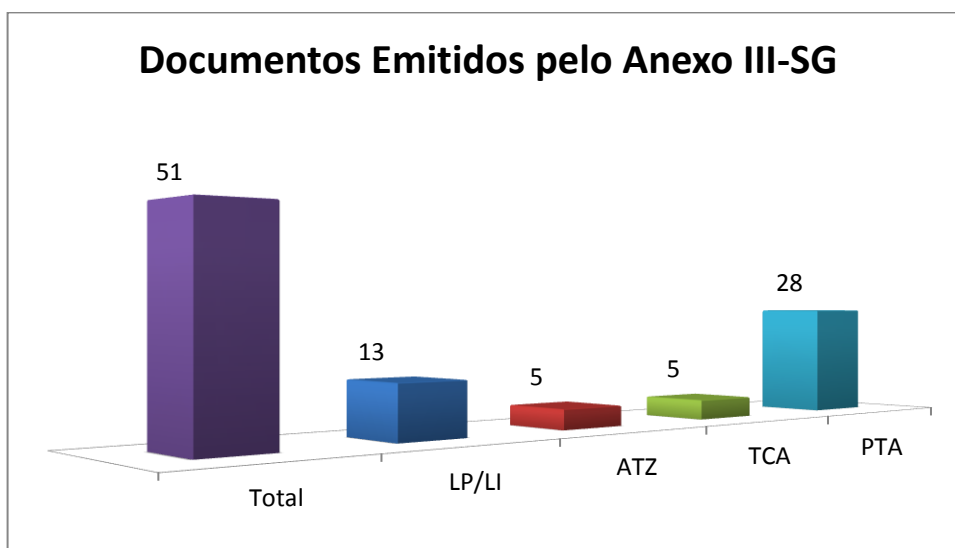
- Emissão de manifestações técnicas para o Departamento do Verde e Desenvolvimento Sustentável - DVDS e para a Coordenadoria de Fiscalização;
- Participação em reuniões com o Banco de Áreas Verdes - BAV e com a equipe do Planejamento da SVDS;
- Elaboração de minuta para a Resolução SVDS 05/2014, que regulamenta os procedimentos administrativos e as compensações referentes ao corte e à exploração de árvores nativas e exóticas plantadas comercialmente e ao corte de bosques de espécies exóticas;
- Colaboração na confecção do Termo de Referência para Laudo de Fauna do CT-ALPS;
- Proposição de “Perguntas Frequentes” visando à elaboração do manual de esclarecimento de dúvidas sobre corte de árvores;
- Participação no planejamento do DLA referente à compilação de toda a legislação de licenciamento ambiental de interesse;

- Participação em reuniões, pesquisas e vistorias para a elaboração do Projeto de Viabilidade de passagem de fauna, com implementação prevista com recursos do PROAMB;
- Participação no Conselho Municipal de Habitação;
- Participação em reuniões no Anexo III e com Suporte Geológico referentes à elaboração do Decreto 18.306/2014.

#### 2.4.1.4. Anexo III-SG – Suporte Geológico

Dentre as funções do Suporte Geológico (SG), encontra-se a análise de protocolos referentes ao Licenciamento Ambiental de movimentação de terra, no qual se emite Autorização Ambiental (ATZ) juntamente com Termo de Compromisso Ambiental (TCA) e, posteriormente, o Termo de Recebimento (TR). O Anexo III-SG é composto por dois Geólogos.

No Anexo III-SG foram elaborados/emitados 51 documentos, sendo a maioria deles PTA (figura abaixo).



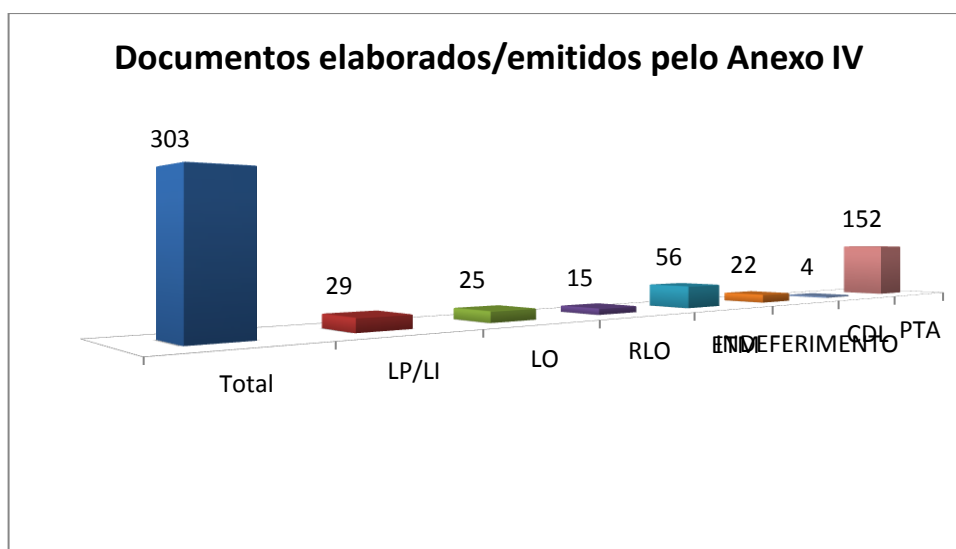
Documentos emitidos no primeiro semestre de 2014 pelo Anexo III-SG.

#### 2.4.1.5. Anexo IV – Atividades Potencial ou Efetivamente Poluidoras

O Anexo IV é responsável pelo Licenciamento Ambiental das indústrias e de serviços potencial ou efetivamente poluidores, cujos impactos ambientais diretos não ultrapassem os limites do município. O corpo técnico deste setor é constituído

por dois Engenheiros Ambientais e uma estagiária graduando nessa mesma formação universitária.

No Anexo IV, foram elaborados/emitados 303 documentos, sendo na sua maioria PTAs (figura a seguir).



Documentos emitidos no primeiro semestre de 2014 pelo Anexo IV.

Em comparação ao Relatório SVDS emitido em dezembro de 2013 especialmente em relação ao item que demonstra a produtividade anual do DLA, apontamos que o referido documento foi elaborado com base no número de documentos emitidos até o dia 20 de dezembro. Dessa forma, o então Departamento de Desenvolvimento Sustentável (e atual Departamento de Licenciamento Ambiental – DLA) elaborou ou emitiu um total de 1380 documentos, sendo que até o final a conclusão do ano, este número totalizou em 1422 documentos elaborados ou emitidos.

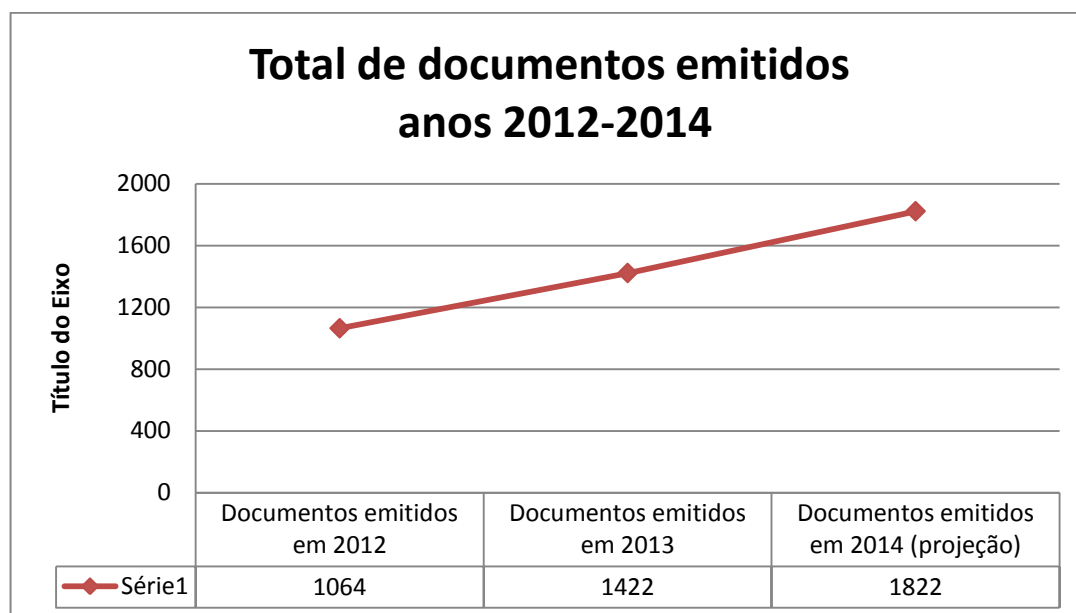
A tabela a seguir sumariza, então, os dados apresentados anteriormente e procede a uma comparação entre o total de documentos elaborados/emitados em 2012 (1030 documentos) e em 2013, em relação àqueles elaborados ou emitidos no primeiro semestre de 2014.

Documentos emitidos pela SVDS de 2012/1º semestre de 2014

Anexo	Tipo de documento	Documentos emitidos em 2012	Documentos Emitidos em 2013	Documentos Emitidos no 1º semestre de 2014
I	LP	39	60	20
	LI	20	24	16
	LO	2	7	13
	LP/LI	21	9	1
	ETM	22	15	1
	PTA	146	144	91
	CDL	0	23	18
	PI	0	0	12
	<b>Total:</b>	<b>251</b>	<b>282</b>	<b>172</b>
II	LP	8	10	8
	LI	5	5	7
	LO	3	5	6
	LP/LI	4	13	10
	ETM	6	7	4
	PTA	28	88	83
	TCA	0	2	0
	P INDEF	1	0	0
	CDL	0	4	16
<b>Total:</b>	<b>52</b>	<b>134</b>	<b>134</b>	
III	ATZ	70	129	48
	TCA	96	164	75
	PTA	143	252	124
	P INDEF	1	3	0
	ETM	0	0	2
<b>Total:</b>	<b>310</b>	<b>548</b>	<b>249</b>	
IV	LP	2	0	0
	LO	51	30	25
	LP/LI	42	43	29
	LP/LI/LO	0	0	0
	RLO	33	11	15
	ETM	112	160	56
	PTA	128	145	152
	P INDEF	2	0	22
	CDL	0	4	4
<b>Total:</b>	<b>370</b>	<b>393</b>	<b>303</b>	
SG	CDL	0	1	0
	PTA	0	0	28
	ATZ	0	0	5
	TCA	0	0	5
	LP/LI	0	11	13
<b>Total:</b>	<b>0</b>	<b>43</b>	<b>51</b>	
I, II e IV	DECLARAÇÃO	81	22	2
	<b>Total:</b>	<b>81</b>	<b>22</b>	<b>2</b>
<b>Total Geral:</b>		<b>1064</b>	<b>1422</b>	<b>911</b>



O gráfico abaixo retrata o visível aumento de documentos emitidos, tomando-se por base os anos de 2012, 2013, e 1º semestre de 2014, sendo neste último caso, utilizada uma projeção com base em produtividade anual esperada, para se aferir a produtividade do DLA neste ano.



Dessa forma, denota-se que a produtividade semestral do DLA aponta um acréscimo de número de documentos elaborados/emitidos para todos os Anexos, com exceção do Anexo III.

Em linhas gerais, esses números podem ser ainda maiores do que os estimados, uma vez que a partir de setembro, o Anexo II (Infraestrutura) também terá entrada exclusiva pelo LAO.

Observe-se que o LAO também conferirá celeridade ao andamento dos processos encaminhados a essa Secretaria, uma vez que a interação entre o usuário e o técnico se dá de forma mais rápida e eficiente.

Apesar disso, neste semestre, o Anexo III, sofreu algumas dificuldades que refletiram diretamente no número de documentação emitida em relação à emitida em 2013. Neste caso, esta redução pode ser justificada de duas formas: a primeira é que desde o início do ano, 2 agrônomos estão afastados por licença saúde, o que acarreta em aumento de volume de processo para os demais técnicos, acarretando a uma queda na produtividade mensal dos mesmos. O segundo ponto baseia-se no término do Convênio entre a SVDS e a CETESB, onde vários protocolos de solicitação de supressão de indivíduo arbóreos nativos, por exemplo, não podem ser emitidos pela

Municipalidade, por carência de ato delegatório. A Secretaria do Estado, por meio do Ofício SMA/GAB/660/2014, entendeu que a Municipalidade pode continuar licenciamento, com a exceção de intervenção em Área de Preservação Permanente – APP.

Por outro lado, embora tenha havido supressão de algumas competências municipais, vale lembrar que o Anexo IV ganhou aumento de atribuições, com base na nova Deliberação Normativa Consema nº 01/2014, uma vez que a normativa quadruplicou o número de atividades poluidoras passíveis de licenciamento municipal, o que irá refletir futuramente em possível aumento de documentos ambientais emitidos e necessidades de novas contratações e estruturas de fiscalização.

Sobre os índices de produtividade, destaca-se também que de acordo com a Lei Complementar nº 49/2013 e o Decreto nº 18.306/14, as licenças como LP (Licença Ambiental Prévia), LI (Licença Ambiental de Instalação) e LO (Licença Ambiental de Operação) podem agora ser emitidas simultaneamente, através da obtenção de um único documento, o que influencia diretamente no comparativo numérico de documentos ambientais emitidos nos anos de 2013 e 2014. Se estas licenças forem contabilizadas separadamente, o resultado representaria um acréscimo mais significativo de produtividade.

#### **2.4.2. Coordenadoria Setorial de Apoio ao Licenciamento de Obras, Atividades e Empreendimentos Municipais – CT-ALPS**

A Coordenadoria Setorial de Apoio ao Licenciamento de Obras, Atividades e Empreendimentos Municipais (CT-ALPS) foi criada recentemente pela Lei Complementar nº 59, de 09 de janeiro de 2014.

O CT-ALPS tem como objetivo a prestação de assessoria técnica na elaboração de projetos e instrução dos processos de solicitação das licenças ambientais aos órgãos municipais como secretarias, empresas, autarquias e fundações. Essas demandas podem ter origem no licenciamento municipal ou Estadual, de forma a qualificar tecnicamente os empreendimentos, identificando antecipadamente os aspectos ambientais envolvidos desde a concepção dos projetos, para que o Licenciamento Ambiental dos mesmos ocorram em prazos reduzidos, com menores impactos ao meio ambiente, de modo a garantir que representem efetiva

contribuição à qualidade de vida dos campineiros, com vistas ao desenvolvimento sustentável do município.

Para o desenvolvimento das atividades elencadas anteriormente, a equipe que irá compor esta coordenadoria encontra-se atualmente em processo de contratação dos seguintes profissionais:

- 02 Engenheiros Civis;
- 01 Engenheiro Ambiental;
- 01 Engenheiro Agrônomo;
- 01 Biólogo;
- 01 Geólogo;
- 02 Técnicos em Agrimensura (topógrafo de campo e desenhista técnico).

Apesar do pouco tempo de criação, a Coordenadoria já participou de algumas ações como:

- Reuniões com a Secretaria de Habitação (SEHAB) e SANASA;
- Participação do Grupo de Trabalho Técnico que instituiu o Comitê Executivo de Articulação e Integração das Políticas Públicas de Regularização Fundiária;
- Participação da reunião mensal do Conselho de Habitação;
- Elaboração do Projeto Básico de Laudo de Fauna (Modelo de contratação de serviços);
- Elaboração do Projeto Básico de Laudo Geológico Geotécnico (Modelo de contratação de serviços);
- Elaboração do Projeto Básico de Monitoramento da Qualidade da Água (Modelo de contratação de serviços);
- Elaboração do Projeto Básico de Laudo de Caracterização da Vegetação (Modelo de contratação de serviços);
- Início da definição de procedimentos e elaboração da lista de materiais necessários para a elaboração dos estudos;
- Análise Prévia de Processos que deram entrada no CT-ALPS e;
- Pedido de informações aos órgãos do Município que demandam licenciamento ambiental para início de plano de trabalho (SEHAB, SEINFRA e SANASA);
- Suporte técnico ao Anexo III- Área Verde.

Nos meses de abril a junho, 05 Processos deram entrada nesta coordenadoria, conforme Tabela abaixo.

Processos analisados pelo CT-ALPS.

<b>Nº Processo</b>	<b>Identificação</b>	<b>Interessado</b>	<b>Encaminhamentos</b>
<b>2004/11/0209 9 e 2014/10/20125</b>	Núcleo Residencial Guaraçá: Projeto de Arruamento e Loteamento do Núcleo	SEHAB – Pedido de Regularização Funduária	Análise Prévia, vistoria realizada no dia 29/04/14, aguardando documentação pela SEHAB
<b>2013/10/19846</b>	Núcleo Residencial Vila Boa Vista III	SEHAB – Pedido de Regularização Funduária	Análise Prévia e vistoria realizada no dia 10/06/14
<b>2013/10/19847</b>	Núcleo Residencial Vila Boa Vista IV	SEHAB – Pedido de Regularização Funduária	Análise Prévia, vistoria realizada no dia 10/06/14, aguardando documentação pela SEHAB
<b>2013/10/19840</b>	Núcleo Residencial Parque Cidade Campinas III	SEHAB – Pedido de Regularização Funduária	Análise Prévia e vistoria realizada no dia 11/06/14
<b>2012/10/53542</b>	Implantação do Sistema Viário e Obras de recuperação da área marginal ao Córrego Santa Lúcia	SEINFRA – Pedido de elaboração de 07 estudos a ser realizado pelo CT- ALPS	Análise Prévia e despacho com justificativa da impossibilidade da elaboração dos estudos por falta de corpo técnico, que se encontra em processo de contratação

Como o Licenciamento Ambiental para fins de Regularização Funduária de Interesse Social é uma atividade nova a ser licenciada pela SVDS, incluída no Decreto nº 18.306 de 25 de março de 2014, se faz necessário a elaboração de um Termo de Referência que constituirá as diretrizes básicas, procedimentos, documentação e responsabilidades.

As próximas ações planejadas para o CT-ALPS são:

- Contratação da Equipe Técnica;
- Treinamento do corpo técnico;
- Continuidade da definição de procedimentos e materiais;
- Visita agendada ao Programa Cidade Legal, para internalização dos procedimentos antes desenvolvidos pelo Estado;

- Elaboração do Termo de Referência – Licenciamento para fins de Regularização Fundiária de Interesse Social.

### 2.4.3. Coordenadoria de Suporte Geológico - CSG

A Coordenadoria de Suporte Geológico (CSG) é uma das coordenadorias que compõem o Departamento de Licenciamento Ambiental (DLA) da SVDS. Dentre as funções do Suporte Geológico (SG) encontra-se a análise de protocolos referentes ao licenciamento ambiental de movimentação de terra, no qual se emite Autorização Ambiental (ATZ) juntamente com Termo de Compromisso Ambiental (TCA) e, posteriormente, o Termo de Recebimento (TR).

Além desse processo constam também aqueles relacionados à Mineração, onde é emitida a Licença Específica de Mineração, juntamente como o Termo de Compromisso e, em outros casos, o Exame Técnico Municipal.

Os técnicos desta pasta auxiliam as outras áreas da SVDS ou de outras Secretarias da Prefeitura Municipal de Campinas, por meio de vistorias técnicas, elaboração de pareceres, laudos, manifestações, dentre outros.

Técnicos desta Coordenadoria ainda participam do Grupo (intersecretarial) de Trabalho Técnico de Análise das Situações de Risco nas Áreas Contaminadas de Campinas (GTAC) e da Junta Administrativa de Recursos (JAR).

### 2.4.4. Coordenadoria Setorial de Apoio ao Departamento de Licenciamento Ambiental - CADLA

Não obstante essa estrutura não conste da lei de criação, o Governo Municipal entendeu pertinente apoiar as funções atualmente desenvolvidas pelo Departamento de Licenciamento Ambiental, especialmente em sua função de publicidade de atos, interface com os órgãos de controle, bem como junto aos Conselhos Municipais.

Dentre as funções dessa Coordenadoria destacam-se:

- Interface entre a SVDS e os Conselhos Municipais, como o Conselho Municipal do Meio Ambiente de Campinas - CONDEMA e o Conselho Gestor da APA – CONGEAPA, primando pela qualidade na participação comunitária e acesso da

sociedade às informações e condução dos processos de licenciamento ambiental a cargo da SVDS;

- Administração e Suporte do Sistema de Licenciamento Ambiental *Online*;
- Elaboração de documentos relativos à gestão da Diretoria do DLA, tais como, a emissão da lista de documentos gerados semanalmente, o relatório trimestral contendo os 20 processos mais rápidos e os 20 processos mais demorados dentro do DLA, o relatório de produtividade do DLA (mensal e semestral);
- Auxílio nos mecanismos de acesso e de publicidade dos documentos e informações relacionadas ao Licenciamento Ambiental, com a publicação semanal de todos os pedidos e documentos emitidos com periodicidade semanal;
- Suporte ao Anexo III – Área Verde.

#### 2.4.4.1. Interação com os Conselhos Municipais

Uma das principais atribuições dessa Coordenadoria é garantir que todos os processos que solicitem algum tipo licença ou exame técnico municipal pela SVDS sejam apreciados pelos Conselhos Municipais de Campinas, a fim de que estabeleça o efetivo controle social, atendido o princípio da participação comunitária. Esta oitiva é importante para garantir que a sociedade conheça e se manifeste sobre a condução dessa importante ferramenta de gestão ambiental que é o licenciamento ambiental municipal.

##### 2.4.4.1.1.COMDEMA

Neste semestre, foi enviado ao COMDEMA um total de 256 processos, conforme a tabela abaixo:

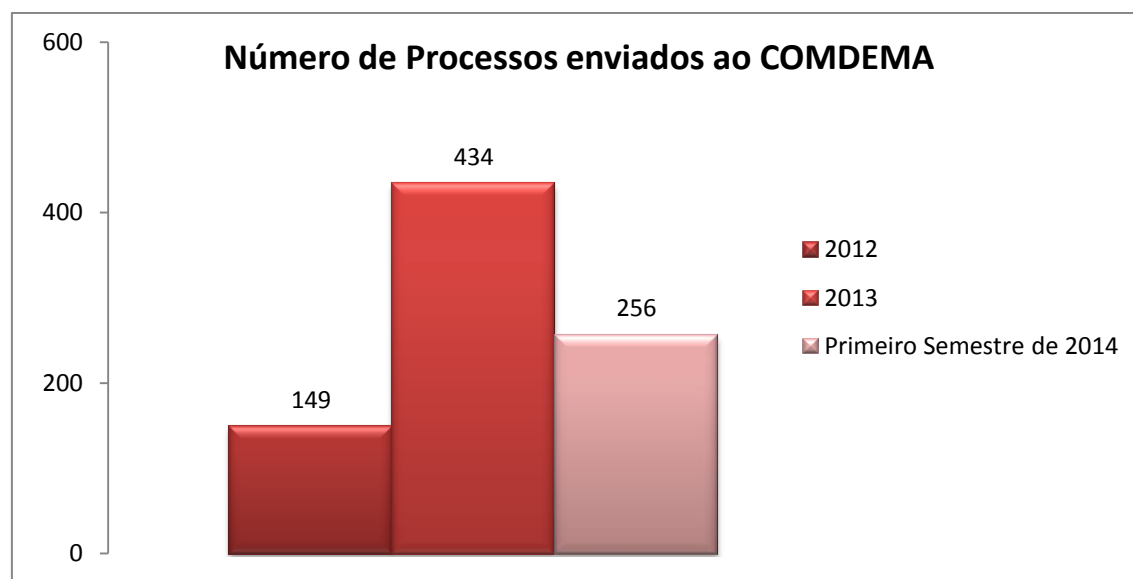
Número de Processos enviados ao COMDEMA.

Número de Processos	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Total
Físicos	54	38	21	31	15	15	174
LAO	2	6	6	19	34	15	82

As remessas dos protocolos ao conselho se dá tanto de forma física quanto pelo Sistema de Licenciamento Ambiental *OnLine* (LAO).

Os processos ficam disponíveis para o Conselho por um período de 30 dias, sendo que os conselheiros selecionam processos para análise. Segundo a Secretária Executiva do COMDEMA, no primeiro semestre de 2014, foram analisados 27 processos.

Houve desde 2012 um acréscimo no número de protocolos enviados aos conselhos, como pode ser observado na figura abaixo.



Processos enviados ao COMDEMA – 1º semestre de 2014

#### 2.4.4.1.2. CONGEAPA

Neste semestre foi enviado ao CONGEAPA um total de 16 processos, conforme tabela abaixo.

Número de Processos enviados ao CONGEAPA.

Número de Processos	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Mai	Junho	Total
Físicos	8	0	0	0	1	0	9
LAO	0	0	0	2	2	3	7

Os processos ficam disponíveis para o Conselho por um período de 30 dias, sendo que os conselheiros selecionam os processos para análise. Segundo a Secretária Executiva do CONGEAPA, no primeiro semestre de 2014, foram analisados 13 processos.



### **3. DEPARTAMENTO DO VERDE E DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - DVDS**

Cabe ao Departamento do Verde e do Desenvolvimento Sustentável - DVDS planejar, coordenar, propor, executar e participar de planos, programas e projetos que visem à melhoria da qualidade ambiental do Município; promover estudos, normas, padrões e instrumentos de planejamento ambiental; coordenar e executar programas de educação ambiental; gerenciar e manter atualizado o sistema de dados e informações ambientais; consolidar os indicadores ambientais para avaliação das políticas públicas incidentes sobre o meio ambiente e do desempenho ambiental; gerenciar os estudos, propostas, criação, consultas públicas e gestão dos espaços ambientalmente protegidos e de recomposição da vegetação; planejar, propor, executar e participar de planos, projetos e programas que visem a melhoria das áreas verdes e dos espaços ambientalmente protegidos; propor e acompanhar as ações relativas à integração dos espaços verdes e Unidades de Conservação no âmbito do Município; propor, estabelecer e acompanhar as diretrizes, critérios, políticas públicas e projetos para as praças, bosques e parques no Município, em parceria com a Secretaria de Serviços Públicos; elaboração de projetos para as praças, bosques e parques no Município, em consulta aos órgãos afins; gerenciar o Banco de Áreas Verdes no âmbito do Município, bem como formar políticas públicas para o sistema de arborização urbana e áreas verdes no âmbito do Município.

#### **3.1. COORDENADORIA SETORIAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO AMBIENTAL**

##### **3.1.1. Elaboração de Planos e Políticas Públicas**

Para 2014 a SVDS projetou a elaboração do Plano Municipal de Recursos Hídricos e o acompanhamento do Plano Municipal de Saneamento Básico, elaborado em 2013.



### *3.1.1.1. Plano Municipal de Saneamento Básico*



O Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB), conforme preconiza a Lei Federal nº 11.455/07, teve seus trabalhos iniciados em Fevereiro de 2013, após a posse da nova gestão municipal com a formação de um grupo instituído pela Portaria nº 80084/13, envolvendo várias Secretarias Municipais e a Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S/A (SANASA).

A proposta de trabalho previu a elaboração de quatro produtos: Diagnóstico; Prognóstico, Objetivos e Metas; Ações Programadas e Metas; e Relatório Final com Minuta do Decreto de instituição do Plano (Decreto Municipal nº 18.199/13).

No 1º semestre de 2014, foram concluídas a elaboração do Decreto que cria o Grupo de Acompanhamento e a publicação do mesmo, a articulação das Pastas envolvidas nas atividades prioritárias do PMSB, a verificação das ações do Plano e a situação dos recursos orçamentários planejados em 2013.

Elaborou-se de Relatório de Conjuntura, com o Informe de Linha de Base e a situação das atividades previstas no PMSB a ser apresentado para o Grupo de Acompanhamento.

### *3.1.1.2. Plano Municipal de Recursos Hídricos*



A Lei Municipal nº 12.787, de 20 de dezembro de 2006 instituiu a Política Municipal de Recursos Hídricos (PMRH) e estabeleceu normas e diretrizes para a conservação e preservação dos recursos hídricos.

Através dessa Lei foi criado o Sistema Municipal de Gerenciamento dos Recursos Hídricos, que definiu que no Plano de Metas do Governo Municipal de Campinas fosse elaborado o Plano Municipal de Recursos Hídricos. Para tanto foi definido um Grupo de Trabalho (GT-PMRH), responsável pela elaboração do Plano Municipal de Recursos Hídricos – PMRH, conforme a Portaria nº 82275/2014 e coordenado por esta SVDS.

Através de reuniões com os técnicos das diversas Secretarias envolvidas na gestão dos recursos hídricos, além da SANASA, adotou-se como Termo de Referência o “Roteiro para Elaboração do Plano de Bacia Hidrográfica”, elaborado pela Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos do Estado de São Paulo, instituído pela Deliberação nº 146 do CRH, em dezembro de 2012.

Atualmente, o diagnóstico do PMRH está em fase de elaboração, sendo que a fase de contextualização municipal está concluída, faltando apenas a formulação de cenários, prevista para os próximos dois meses e a internalização das percepções sociais captadas no 1º Workshop "Subsídios para Elaboração do Plano Municipal de Recursos Hídricos - PMRH de Campinas".



Foto do Workshop, realizado na SEMEIA 2014

Este 1º Workshop, ocorrido durante a Semana Municipal do Meio Ambiente (SEMEIA), em junho de 2014, teve o objetivo de reunir a administração pública, o ministério público, a academia, o setor produtivo e a sociedade (por meio de seus conselhos), para compartilhar as diferentes visões de planejamento, voltadas para a gestão dos recursos hídricos no âmbito do município de Campinas. Os resultados deste exercício foram:

1. a consolidação da metodologia e da contextualização; e

2. o redirecionamento do Controle Social do PMRH. Desta forma, foram acordadas oficinas e atividades junto à população em substituição à 1ª audiência pública e, portanto, o PMRH terá apenas uma Audiência Pública, antecedida de 7 oficinas, uma em cada bacia hidrográfica, para ampliar a participação da comunidade.

Para maiores informações, acesse: <http://campinas.sp.gov.br/governo/meio-ambiente/plano-hidricos.php>.

### **3.1.1.3. Plano Diretor**

A revisão do Plano Diretor tem sido considerada sob a perspectiva integradora dos outros planos. Somente com o fechamento do diagnóstico do PMRH, com a conclusão do Termo de Referência do Plano Municipal do Verde é que será iniciado o diagnóstico do Plano Diretor (previsão Julho/Agosto).

O Plano Diretor será abordado em duas escalas, uma 1ª aproximação definida na escala de planejamento das Macrozonas de Gestão e Bacias Hidrográficas e a 2ª aproximação na escala de detalhe de planejamento local das áreas verdes e diretrizes ambientais.

### **3.1.1.4. Regulamentação no Âmbito Municipal para a Utilização de Água de Reuso**

Como parte integrante do Pacote Municipal da Crise Hídrica e atendidas as diretrizes contidas na Resolução CNRH nº 54/2005 e Deliberação CRH nº 156/2013 foi publicada a Resolução SVDS nº 06, de 30 de maio de 2014 que define os parâmetros para utilização da água de reuso no Município de Campinas, visando garantir a confiança e ampliação deste tipo de alternativa de oferta hídrica.

As águas advindas de reuso podem ser utilizadas para várias finalidades: irrigação de jardins, limpeza de vias, automóveis e outros que não exijam o contato e consumo humano. Um exemplo claro é a parceria da SANASA com o Corpo de Bombeiros para a utilização de água de reuso no combate aos incêndios, de alta relevância ambiental em especial em períodos de estiagem como o atual.

Para maiores informações, acesse: <http://www.sanasa.com.br/conteudo/galeriaInterna.aspx?nroi=605>.

### 3.1.1.4.1 Elaboração e apresentação do workshop sobre reuso de água no Município de Campinas

No dia 30 de maio de 2014, o Secretário do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Campinas, Rogério Menezes, publicou no Diário Oficial a Resolução nº 06/14 que estabelece modalidades, diretrizes e critérios gerais para a prática de reuso direto não potável de água proveniente de Estações de Tratamento de Esgoto (ETE) de sistemas públicos para fins de usos múltiplos no Município de Campinas.

O art. 10 desta Resolução previa que a SVDS coordenaria uma comissão técnica multidisciplinar, composta por especialistas da área de meio ambiente, saúde e saneamento básico, dentre outros, para a definição dos critérios, parâmetros, valores e procedimentos que viabilizassem o uso deste tipo de água, de forma segura, no Município de Campinas.

Essa comissão, formada pelos técnicos da SVDS, elaborou, com base em publicações científicas, as análises e os parâmetros mínimos necessários para viabilizar o uso da água de reuso no Município de Campinas. Duas reuniões técnicas também foram realizadas com a equipe técnica da SANASA.

Por se tratar de um tema essencial para o combate à crise hídrica, sendo assim, de grande importância para o Município, a Secretaria optou por buscar a opinião dos munícipes sobre o tema. Para tal, foi realizado um evento intitulado de “Workshop para Apresentação de Propostas e Definição dos Critérios, Parâmetros e Valores de Qualidade de Água de Reuso, a fim de Estabelecer Regras Gerais para a prática de Reuso Direto Não Potável de Água, Proveniente de Estações de Tratamento de Esgoto (ETE) de Sistema Públicos para Usos Múltiplos no Município de Campinas”.

O convite foi enviado para os Secretários da Prefeitura Municipal de Campinas, Vereadores da Câmara Municipal de Campinas, docentes da Universidade de São Paulo (USP), Universidade de Campinas (UNICAMP), Universidade Julio de Mesquita (UNESP), Universidade Pontifícia Católica de Campinas (PUC), Universidade Paulista (UNIP), CETESB, SANASA, CIESP, FIESP, ARES PCJ, DAE de Jundiaí, Corpo de bombeiros de Campinas e Consultorias.

O evento aconteceu no salão vermelho da Prefeitura de Campinas, no dia 27 de junho de 2014, no período das 14 às 17h e contou com 45 inscritos, dentre eles funcionários da SANASA, CIESP, FIESP, ARES PCJ, DAE de Jundiaí, Corpo de

Bombeiros de Campinas, Prefeitura Municipal de Campinas, Estudantes, Consultorias, dentre outros.

Na oportunidade, a SANASA fez duas apresentações sobre o tema. A primeira, destacando o período crítico de escassez hídrica atual, e a segunda, uma apresentação demonstrando a eficiência do sistema de tratamento da EPAR Capivari II. Em seguida, a SVDS fez a apresentação dos parâmetros mínimos propostos que devem ser avaliados para garantir segurança no uso de água de reuso.

Foram feitos 13 questionamentos aos membros da Mesa e respondidos no evento, bem como por meio de publicação no site da SVDS.

O CIESP-Campinas se mostrou interessado em participar da redação da nova proposta de Resolução, assim como a SANASA. Dessa forma, o texto final da nova Resolução Conjunta SVDS/SMS nº 09, de 31 de julho, de sobre uso de água de reuso em Campinas foi publicada no Diário Oficial do Município nos dias 04, 05 e 06 de agosto e está em vigor.

### ***3.1.1.5. Programa Municipal de Pagamento por Serviços Ambientais***

Como parte integrante do Pacote Municipal da Crise Hídrica, foi assinado o “Autorizo” pelo Sr. Prefeito Municipal para a elaboração, sob a coordenação da SVDS, de Projeto de Lei que instituirá o Programa Municipal de Pagamento por Serviços Ambientais.

A futura lei irá embasar o Sistema Municipal de Incentivos a Serviços Ambientais, definirá, entre outros, os instrumentos de gestão e financeiros para fomentar investimentos privados em ações de recuperação e manutenção de bens ambientais estratégicos, como a água, com o destaque para o pagamento a proprietários de áreas pela conservação e recuperação de nascentes e matas ciliares. As prováveis fontes de recursos (estimados inicialmente em R\$ 1 milhão/ano após 2015) serão os fundos municipais PROAMB e FUNDIF - Fundo Municipal de Prevenção e Reparação de Direitos Difusos e Coletivos e Termos de Ajustamentos de Conduta-TACs.

### 3.1.2. Implementação de Políticas Públicas (Diretrizes, Análises Prévias e GAPE)

Na área de Planejamento Ambiental são recebidos protocolos de vários assuntos, sendo que destacamos os seguintes:

- Análises de levantamentos planialtimétricos para emissão de diretrizes ambientais, visando o cadastramento de glebas, ou revalidação das mesmas;
- Análises prévias de loteamentos;
- Análises do Grupo de Análise de Projetos Especiais (GAPE);
- Outros: certidões gráficas, incidência de Área de Preservação Permanente (APP), solicitação de imagens ou outros dados ambientais, declarações de áreas dentro de Área de Proteção Ambiental (APA) ou outra unidade de Conservação, doação de áreas para a Prefeitura, utilização de áreas públicas, entre outros.

Segue demonstrativo de entradas e saídas de protocolos no semestre. Observa-se que existe um passivo histórico de protocolos. Contudo, a relação de entradas e saídas atuais pode ser considerada equiparável (não incrementando de forma significativa o passivo) e adequada. Importante ressaltar que a maioria dos protocolados carecem de comparecimento do interessado e, portanto, o tempo de conclusão de um protocolo pode ser estendido, já que fica suspensa a análise durante a convocação.

Quadro síntese de protocolos – 1º semestre 2014

1º semestre 2014	Entradas	Saídas
Total	449	461

A planilha abaixo mostra a distribuição mensal de entradas por temáticas.

Mês	Entrada do mês	Análise prévia	GAPE	Diversos	Saídas do Mês
janeiro	112	0	21	91	114
fevereiro	57	0	34	23	74
março	74	2	20	52	60
abril	55	0	28	27	58
maio	82	0	19	63	87
junho*	69	0	18	51	68
<b>total</b>	<b>449</b>	<b>2</b>	<b>140</b>	<b>307</b>	<b>461</b>

Protocolos CC.428 – Recebidos/Distribuição por mês.

\*O balanço do mês de julho corresponde até o décimo oitavo dia do mês (18/06).

O total de entradas no 1º Semestre do Exercício 2014 totalizaram 681 protocolos, havendo, portanto, uma redução nas entradas dos protocolados em 2014 (449). Por outro lado, ocorreram 19 solicitações do tipo GAPE no Exercício 2013 (1º sem.), portanto, as demandas por análises do GAPE aumentaram 7 vezes.

### **3.1.2.1. Gestão das Informações das Diretrizes Ambientais**

A Gestão das Informações das Diretrizes Ambientais abrange questões de Governabilidade e Gestão de Tecnologia da Informação, Infraestrutura Documental, Infraestrutura de Dados Geoespaciais e Capacitação, ou seja, abarca muito mais do que as duas atividades previstas no Plano de Metas para o exercício de 2014 (1º Semestre), além de se estender a outras Secretarias, tais como a Secretaria Municipal de Urbanismo, a Secretaria Municipal de Planejamento e Secretaria Municipal de Infraestrutura.

A Governabilidade e Gestão de TI, assim como a Infraestrutura Documental das Diretrizes Ambientais, consiste em definir a cadeia de informações e a estrutura de armazenamento dos dados tanto na intranet como nos procedimentos. Atualmente, esta ação encontra-se em andamento, através da proposta de reestruturação do diretório local, para melhor acessibilidade e consulta dos pareceres por toda a SVDS.

A Infraestrutura de Dados Geoespaciais não foi iniciada, mas será elaborada em parceria com a Coordenadoria Setorial de Tecnologia de Informações Ambientais (CTeIA), integrado à Infraestrutura de Dados Espaciais da PMC e escorado na fotointerpretação do levantamento 1:1.000 da PMC em desenvolvimento pelo DIDC/SEPLAN.

Está em elaboração do Manual para Lançamento de Diretrizes Ambientais orientado para os próprios técnicos da SVDS e posteriormente (2º semestre) o material será divulgado para o público em geral sobre como definir as diretrizes ambientais.

### **3.1.3. Desempenho Ambiental**

Dando continuidade à orientação de gestão por indicadores e metas de sustentabilidade, no ano de 2014 a SVDS está participando do Programa Município



VerdeAzul, da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, participa do Programa Cidades Sustentáveis, sob coordenação do Gabinete do Vice-Prefeito, apresentou relatório para o CDP Cities, de âmbito internacional, e retomou o cálculo do Índice de Desempenho Ambiental, em âmbito municipal.

### 3.1.3.1. Programa Município VerdeAzul - PMVA

Após o significativo avanço em 2013 no *ranking* do Programa Município VerdeAzul - PMVA, quando saltamos da 220<sup>a</sup> para de início 14<sup>o</sup> e depois 16<sup>a</sup> posição, em 2014 adota-se uma abordagem pragmática, priorizando o atendimento aos critérios não pontuados em 2013.



Além da certificação, Campinas é contemplada com um triturador de galhos, no valor de R\$ 200 mil.

Fonte: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=22666>

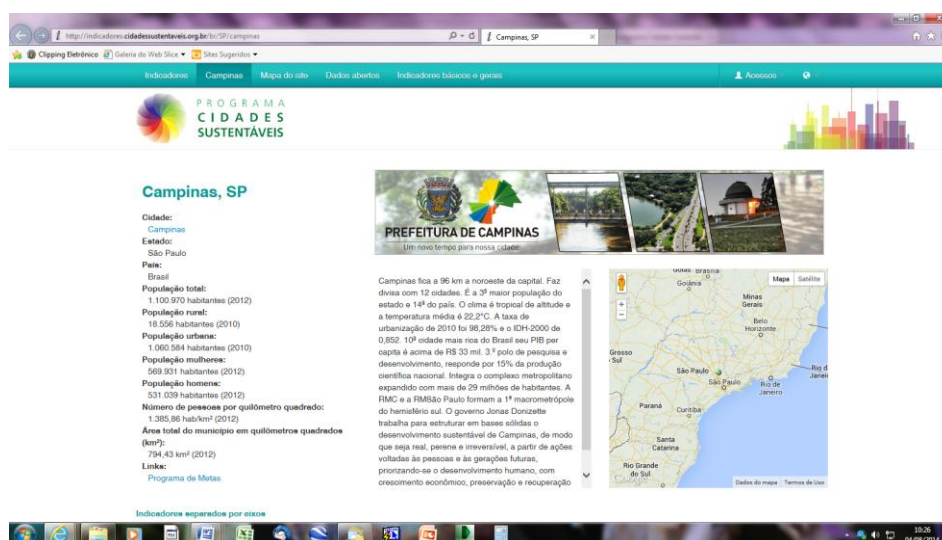
Com a reedição do Grupo de Trabalho, por meio do Decreto nº 18.210, de 19 de dezembro de 2013, foram criados dois grupos: um Grupo Gestor, composto pelas secretarias e órgãos com maior interface com as diretivas do programa, e um Grupo Técnico, contando com todas as demais secretarias que de alguma forma podem contribuir para o atendimento dos critérios. Dessa forma, procurou-se uma redistribuição das responsabilidades, de modo que as áreas com maior afinidade às diretivas se encarreguem da elaboração dos respectivos Relatórios de Gestão Ambiental, para posterior compilação pela SVDS.

Até o momento, foram realizadas 05 reuniões setoriais, além da primeira reunião geral para apresentação do Ciclo 2014 do programa. Foram encaminhados ofícios às secretarias detentoras das informações, solicitando envio de relatório preliminar até o final de julho e relatório final até o fim de agosto, de modo que o mês de setembro seja utilizado exclusivamente para formatação e alimentação dos dados na plataforma do PMVA.



### 3.1.3.2. Programa Cidades Sustentáveis – PCS

A participação do Município de Campinas no Programa Cidades Sustentáveis em 2013 foi bastante significativa. Após a inserção dos 75 indicadores na plataforma (sendo 68 deles com metas para 2016), foi desenvolvido pela Informática de Municípios Associados - IMA um sistema de acompanhamento desses indicadores, o Sistema IMG. Todos os órgãos da administração direta e indireta comprometeram-se a atualizar os indicadores sob sua responsabilidade utilizando esse sistema.



Fonte: <http://indicadores.cidadesustentaveis.org.br/br/SP/campinas>

Em 2014, além da atualização continuada da plataforma, houve a reestruturação do Grupo de Trabalho responsável pelo Programa Cidades Sustentáveis. Nessa nova versão, o Gabinete do Vice-Prefeito assume a coordenadoria do PCS, focando na elaboração de um Observatório Cidadão, no qual a população terá acesso aos indicadores e metas do programa. O desenvolvimento do Observatório está sendo realizado pela IMA. A SVDS presta assessoria nesse processo.

### 3.1.3.3. CDP Cities

O CDP Cities é uma plataforma global de relatório voluntário de mudanças climáticas para os governos municipais. O programa oferece a oportunidade de divulgação das emissões de gases de efeito estufa, os riscos das mudanças climáticas e estratégias de adaptação adotadas em âmbito municipal.

## Cities

Disponibilizamos um sistema padronizado de reporte que permite às cidades compartilhar seus esforços para combater as mudanças climáticas e integrar as melhores práticas.

CDP é uma organização internacional, sem fins lucrativos fornecendo o único sistema global para empresas e cidades de medir, divulgar, gerenciar e compartilhar informação ambiental vital.

Trabalhamos com as forças do mercado para motivar as empresas a divulgar seus impactos sobre o meio ambiente e os recursos naturais e tomar medidas para reduzi-los. CDP agora detém a maior coleção mundial de mudanças climáticas primário, água e informações de risco florestal e coloca essas idéias no coração do negócio estratégico, de investimentos e decisões políticas.

Para maiores informações, acesse: <http://www.cdpla.net/pt-br/noticias/cidades-brasileiras-buscam-aco-es-de-sustentabilidade>.

Pelo segundo ano consecutivo, Campinas foi convidada a apresentar o seu relatório. Em 2014, Campinas optou por apresentá-lo na modalidade pública, compondo assim o relatório final do programa, a ser finalizado em julho de 2014.

### 3.1.3.4. Índice de Desempenho Ambiental – IDA

Criado por meio da Lei nº 12.585, de 28 de Junho de 2006, o Índice de Desempenho Ambiental (IDA) tem como objetivo a aferição do padrão de gestão do Município em relação ao meio ambiente. Definido em artigo científico de autoria de seus idealizadores como um “instrumento quantitativo para facilitar o acompanhamento das responsabilidades municipais sobre o meio ambiente”, constitui-se, portanto, ferramenta para verificação de como a administração municipal tem tratado a questão ambiental e, principalmente, para definição de políticas públicas que visem à sustentabilidade.

Após as edições de 2007 e 2010, o cálculo do IDA foi retomado agora por iniciativa da SVDS. Durante o primeiro bimestre de 2014, foi realizado o relatório preliminar do IDA 2013. Este relatório foi então encaminhado às pastas afins para validação dos dados, e no momento encontra-se sob análise.

### 3.1.4. Interfaces

Cabe a CPGA dar suporte a toda a SVDS e a PMC nos temas relacionados às diretrizes ambientais e elaboração de Planos, Indicadores e Análises de Desempenho, dentre outros. Conforme as suas competências descritas na Lei Complementar nº 59/14, 79% das atividades tem interface com outras Pastas desta Prefeitura e 21% referem-se às atividades que permeiam outras diretorias e coordenadorias da SVDS.

## 3.2. COORDENADORIA SETORIAL DE PROJETOS E EDUCAÇÃO AMBIENTAL (CPEA)

As ações relativas à Educação Ambiental, dado a sua inter e multi disciplinarietà, é elaborado com a participação de diversas áreas.

A divulgação dos programas e ações voltadas à área de meio ambiente e educação ambiental são constantemente alimentados na página da Prefeitura Municipal de Campinas e no *facebook* da Secretaria.

### 3.2.1. Política Municipal de Educação Ambiental

Foi criado o Grupo Técnico Municipal, instituído pelo Decreto Municipal nº 17.885, de 27 de fevereiro de 2013, sendo composto por representantes, da Secretaria Municipal do Verde, Meio Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável; Secretaria Municipal de Educação; Secretaria Municipal de Cultura; Secretaria Municipal de Habitação; Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência; Secretaria Municipal do Planejamento e Desenvolvimento Urbano; Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMDEMA), Conselho Gestor da APA Campinas (CONGEAPA), Conselho Municipal de Defesa Animal (CMDA), Conselho Municipal de Educação, Conselho Municipal de Cultura e Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência; Fundação José Pedro de Oliveira; Parque Ecológico Monsenhor Emílio José Salim; Embrapa; Instituto Agrônomo de Campinas; UNICAMP; PUC - Campinas; Universidade São Francisco; Conselho Municipal de Saúde e Sociedade de Água e Abastecimento de Campinas – SANASA.

Foram realizadas as seguintes atividades:

- no dia 13 de março de 2014, uma primeira versão do Projeto de Lei da Política Municipal de Educação Ambiental passa a ser discutida no Grupo Técnico.
- no dia 31 de março de 2014, a minuta do projeto de lei da Política Municipal de Educação Ambiental incorpora as contribuições da sistematização do material produzido pela oficina, que se realizou em outubro de 2013.
- ao longo do mês de abril, os técnicos da Secretaria Municipal do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável apresentam suas contribuições à minuta do projeto de lei. No dia 14 de maio, o Grupo Técnico apresenta a última versão do projeto de lei da Política Municipal de Educação Ambiental.
- o projeto de lei, produzido pelo Grupo Técnico Municipal da Política e do Plano Municipal de Educação Ambiental, seguirá para parecer da Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos.
- em junho, foi concluída a proposta do projeto de lei que foi apreciado em audiência pública.

Referido trabalho, portanto, está em etapa de finalização de consulta externa, com as contribuições do Grupo Técnico Municipal e internalização das opiniões exaradas por ocasião de audiência pública e reunião extraordinária do COMDEMA, de 21 de agosto de 2014, no qual se colherá contribuições para a finalização do documento legal formador da Política de Educação Ambiental de Campinas.

Maiores informações, acesse: <http://campinas.sp.gov.br/governo/meio-ambiente/verde-desenvolvimento.php>.

### 3.2.2. Plano Municipal de Educação Ambiental

O Plano Municipal de Educação Ambiental está em fase inicial de elaboração pelo Grupo Técnico Municipal em conformidade com os trabalhos desenvolvidos para a proposição da minuta de Projeto de Lei de Política de Educação Ambiental para o Município de Campinas. Terá metodologia participativa com portal

para, de início inventariar ações existentes e encaminhamentos de propostas para a definição de Programas, Projetos e Ações.

### **3.2.3. Educação Ambiental com Escolas**

#### **3.2.3.1. Hortas nas Escolas**

O objetivo desse projeto é sensibilizar professores e merendeiras quanto à importância da boa alimentação; fortalecer o trabalho educacional na temática ambiental; promover a reutilização de materiais (como o PET) na confecção de canteiros.

Essa ação é articulada com a CATI e Secretaria Municipal de Educação. A SVDS promove processo de elaboração, capacitação e treinamento para criação das hortas.

Nesse projeto foram atendidas as escolas EMEI Padre Francisco Silva, CEMEI Carlos Drummond, CEMEI Pica Pau, Escola Estadual Núcleo Habitacional Vida Nova, EMEI FUMEC Edson Luis Chaves, Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Sylvia Simões Magro, além do Instituto Padre Haroldo, da APAS e da CIC Vida Nova.

Atendimento: Cerca de 1.200 pessoas no total.

#### **3.2.3.2. Capacitação de Professores da Rede Municipal**

Foi realizado projeto para contribuir na capacitação de professores da Rede Municipal, abordando os temas: reciclagem (tecnokit), compostagem, consumismo e sustentabilidade, o qual foi aplicado em dez escolas: EMEI Padre Francisco Silva, CEMEI Carlos Drummond, CEMEI Pica Pau, Escola Estadual Núcleo Habitacional Vida Nova, EMEI FUMEC Edson Luis Chaves, Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Sylvia Simões Magro, Escola Municipal de Ensino Fundamental Caic Zeferino Vaz, Escola Municipal de Educação Infantil Sossego da Mamãe, EMEF Padre Emilio Miotti, com atendimento de aproximadamente 140 professores.

#### **3.2.3.3. Educação Ambiental com plantio de árvores**

Na ação, associamos as atividades de educação ambiental com o Banco de Áreas Verdes (BAV). Dessa forma, ficou ajustado que nas áreas onde forem destinados plantios de árvores, será identificada a instituição de ensino mais próxima ao local dos plantios para que os alunos recebam uma palestra abordando a importância das árvores para o planeta, a relação entre fauna e flora, como fontes de alimento e abrigo, o papel na qualidade e umidade do ar, sequestro de carbono, ciclo do carbono. A temática principal abordada é a relação das árvores e áreas verdes, no ciclo da água, da permeabilidade do solo, lençóis freáticos, nascentes, sendo apresentados dois vídeos sobre este tema. Também é apresentado aos alunos que as árvores serão identificadas com etiquetas de SID (Sistema de identificação de árvores) cuja leitura pelo aplicativo denominado QR CODE apresenta inúmeras informações e curiosidades sobre cada árvore plantada. Essa ação deu-se em 2 instituições de ensino a saber:

Instituição: Escola Estadual Professor Celestino de Campos

Público: 180 crianças entre 09 e 10 anos

Instituição: EMEF Padre Francisco Silva

Público: 600 alunos

### 3.2.4. Educação Ambiental articulado com outros órgãos ou entidades

#### 3.2.4.1. “A Mata Atlântica é Aqui”

A SVDS apoiou a Fundação SOS Mata Atlântica, uma ONG brasileira que atua há 27 anos na proteção da floresta mais ameaçada do país, no projeto “A Mata Atlântica é Aqui – Exposição Itinerante do Cidadão Atuarante” que foi lançado em 2009 pela referida ONG. O programa percorre diversas cidades da Mata Atlântica em todo o país, durante todo o ano, levando educação e conscientização ambiental à população local e regional.

Trata-se de um caminhão adaptado para servir de palco à exposição. O veículo permanece em cada cidade de uma a duas semanas, período em que a equipe de biólogos e educadores ambientais da ONG promove atividades gratuitas e destinadas ao público de todas as idades. Em cada local, a equipe reforça que a

conservação ambiental contribui não só para a qualidade de vida, como também para a economia da cidade.

O projeto já visitou mais de 150 cidades brasileiras nos 17 estados da área de abrangência da Mata Atlântica. Ao todo, o caminhão já percorreu mais de 60 mil quilômetros no território nacional e foi visitado por mais de 560 mil pessoas. Além disso, a iniciativa contabiliza mais de 166 corpos d'água monitorados e centenas de ONGs, instituições e secretarias locais envolvidas nas atividades. O patrocínio é de Bradesco Cartões, Natura e Volkswagen Caminhões & Ônibus, além do apoio das diversas instituições parceiras em cada cidade.

Em Campinas a exposição foi realizada no Parque Portugal, localizado na Av. Heitor Penteado, s/n - Lagoa do Taquaral, perto do Planetário entre os dias 21 e 30 de março de 2014.

Vale informar que a exposição não era vista desde 2009 e por meio de contato com a Secretaria do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável conseguimos em 2014 trazer novamente ao public campineiro, esta importante iniciativa, também apoiada pelo projeto Curso de Artes Cênicas da Unicamp, Grupo Musical Caixeiras das Nascentes, Instituto Jequitibá e Fundação José Pedro de Oliveira - Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) Mata de Santa Genebra.

Todas essas ações contribuem para a qualidade de vida, já que vivem na Mata Atlântica mais de 61% da população brasileira.





Para maiores informações, acesse: [www.sosma.org.br](http://www.sosma.org.br).

### 3.2.4.2. “Hora do Planeta 2014”

Campinas participou pelo quinto ano consecutivo da Hora do Planeta, apagando as luzes do Paço Municipal e da Torre do Castelo por uma hora no dia 29 de março de 2014.

Trata-se de um movimento mundial de alerta para o aquecimento global e os problemas ambientais que a humanidade enfrenta, consistindo num ato simbólico promovido no mundo todo pela Rede WWF, no qual governos, empresas e cidadãos demonstram a sua preocupação, apagando as suas luzes de importantes monumentos e prédios públicos.



Fonte: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=22587>



### 3.2.4.3. Reuniões intersetoriais, para identificação de demandas sociais locais

Estas reuniões envolvem associações de moradores, lideranças locais e as Secretarias Municipais da Habitação, Saúde, Trabalho e Renda, Assistência Social, Educação, Esportes e Cultura.

### 3.2.4.4. SEMEIA 2014



A organização da Semana do Meio Ambiente (SEMEIA) deu-se em reuniões da Comissão Ambiental formada por diversas Secretarias e órgãos da administração indireta que desenvolvem ações ambientais, oportunidade para dar visibilidade as ações com o objetivo de obter maior envolvimento da população.

Foi elaborado pela SVDS um site interativo com a comunidade, onde se pode conhecer os eventos diários da SEMEIA:



Para maiores informações, acesse: <http://bit.do/semieia2014>.

Os eventos foram realizados entre 30 de maio a 09 de junho de 2014, destacando-se as seguintes atividades:

- Bolha cultural (Dr. Mundi). Atendimento 11.000 pessoas entre os quais 8.000 foram alunos da rede pública de ensino e 3.000 visitantes do Parque Portugal.



- Teatro ambiental, com 7 apresentações com a temática reciclagem e coleta seletiva e importância da questão da água. Atendimento: 4.500 pessoas.



Fonte: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=23445>

- Música na Praça – apresentações musicais e bate papo sobre Meio Ambiente, bandas de Campinas ressaltando a importância da preservação das nascentes e a questão da água, 1.500 participantes.



- Feiras de produtos naturais em conjunto com a Secretaria Municipal de Trabalho e Renda e Atividade de grafiteagem educativa e oficinas. Foram realizadas cinco feiras. Atendimento: 3.000 pessoas por feira.



- Ação Catação de Lixo na Lagoa do Taquaral com o grupo Mãos que Ajudam com aprox. 200 participantes.



Outras atividades com apoio ou parceria da SVDS foram realizadas, conforme figuras e fotos abaixo:





Várias atividades em parceria com a SEMEIA 2014

### 3.2.5. Atendimento de Múncipes, ONG e Escolas

#### 3.2.5.1. Reuniões com associação de moradores e escolas

Vários os encontros envolvendo a comunidade, seja pelo atendimento direto ao município, por meio de Associação de Moradores, de escolas ou ONGs, oportunidades em que foram abordados temas relevantes para a área de Educação Ambiental, com destaque para as áreas de revitalização de nascentes e plantios de árvores nativas.

No total, foram realizadas 11 atividades, incluindo reuniões com Administração Regional 03 (Taquaral), Missa na Nascente Santa Lúcia, reuniões com municípios de vários bairros (Telesp, Maria Rosa, São Bernardo, Planalto Viracopos, Rossin, São Marcos, Satélite Iris, Shangai, Vida Nova, Vila Vitória, Nova Mercedes), sendo que nos bairros Itajaí, São Bento, Floresta e Bassoli foram abordados programa de hortas comunitárias e caseiras.

### 3.2.6. Estação Ambiental de Joaquim Egídio



Em Joaquim Egídio, a SVDS disponibiliza um espaço próprio para atividades e ações voltadas à educação ambiental.

A Estação Ambiental está instalada na antiga estação férrea de Joaquim Egídio, abandonada e demolida no anos 80. Devido ao seu valor histórico-cultural, a estação foi reconstruída no ano de 2.000 com verbas da compensação ambiental pela passagem do gasoduto Brasil-Bolívia da Petrobrás.

O distrito de Joaquim Egídio, entre 1870 e 1910, abrigou grandes engenhos de cana-de-açúcar que, aos poucos, foram cedendo espaço para a cultura de café.

Devido ao desenvolvimento econômico, em 1889, foi necessária a construção de um ramal férreo nas terras dos fazendeiros para agilizar o transporte da produção local até a Estação Ferroviária de Campinas.

O RFC – Ramal Férreo Campineiro tinha 33 quilômetros de extensão e possuía no início quatro locomotivas a vapor, 11 carros de passageiros e 24 vagões de cargas, apelidada de “Cabrita” - referência à Fazenda Cabras que ficava no final da linha. A ferrovia margeava por grande parte o Ribeirão das Cabras, principal afluente do rio Atibaia na região. Posteriormente, o ramal foi eletrificado e os bondes substituíram as Marias Fumaças até os anos 60, transportando moradores dos distritos de Sousas e Joaquim Egídio para o centro de Campinas.

Observar a vegetação e os tipos de animais que habitam a Área de Preservação Ambiental (APA) Campinas; percorrer um trecho do Ribeirão das Cabras; ter a oportunidade de ver como a água brota nas nascentes. Tudo isso somado a uma imersão na rica história do distrito rural de Joaquim Egídio com seus bondes, fazendas de café, trabalho escravo e imigrantes italianos são objeto de visitas monitoras e outras atividades de educação ambiental promovidas no espaço.



Visão da fachada da Estação Ambiental

Para agenda, ligue para: 3298-6700 ou encaminhe e-mail para: [estacaoambiental@yahoo.com.br](mailto:estacaoambiental@yahoo.com.br).

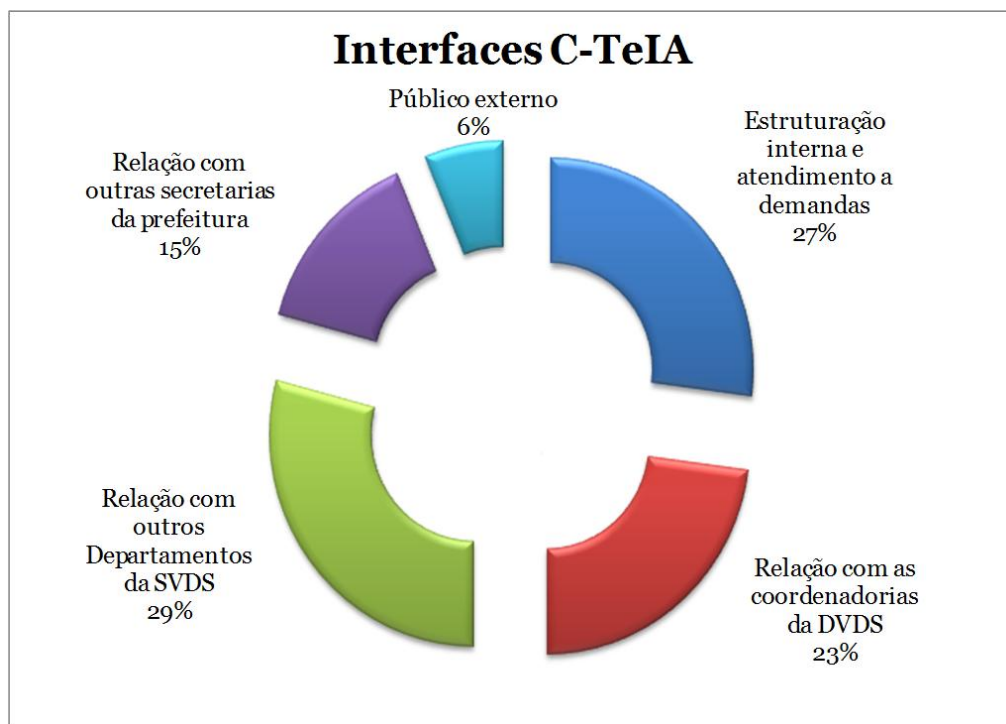
Para maiores informações, acesse: <http://campinas.sp.gov.br/governo/meio-ambiente/estacao-ambiental.php>.

### 3.3. COORDENADORIA SETORIAL DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÕES AMBIENTAIS (CTeIA)

A principal função da C-TeIA é servir de interface de comunicação entre as diferentes áreas do Departamento do Verde e do Desenvolvimento Sustentável e da SVDS, criando, auxiliando, organizando, armazenando, gerindo e disponibilizando informações de diferentes tipos e formatos para todas as áreas de Secretaria, Prefeitura e população de Campinas.

O gráfico abaixo apresenta as atividades desenvolvidas pela equipe C-TeIA na:

- sua estruturação interna e atendimento a demandas;
- relação com as coordenadorias da DVDS;
- relação com outros Departamentos da SVDS;
- relação com outras secretarias da prefeitura; e
- público externo.



#### 3.3.1. Estruturação Interna e Atendimento a Demandas

Como todo setor que se inicia, investimentos em equipamentos, treinamento e definição de regras são necessários para o bom andamento dos trabalhos. Para tanto, foram desenvolvidas as seguintes ações:

- Definição de estratégia para estruturação e manutenção do Banco de Dados (interno);
- Regularização de base cartográfica e de imagens presentes na SVDS (anuências);
- Instalação de estação gráfica e softwares de geoprocessamento;
- Elaboração do Banco de Dados de áreas contaminadas e sua atualização;
- Análise de protocolos;
- Vetorização e criação de camada com as Microbacias propostas no Plano Diretor de 1991, antes disponível apenas no formato impresso;
- Criação das camadas de Macrozonas, AP e UTB em formato compatível com o programa *Google Earth*<sup>®</sup>, para utilização dos técnicos das outras coordenadorias em suas atividades; e
- Adequação e verificação da camada hidrografia disponível no Banco de Dados Municipal.

### 3.3.2. Relação com as Coordenadorias da DVDS

- Desenvolvimento de portal para o Sistema de Identificação Digital e georreferenciamento de árvores (SID - QR-CODE) de monitoramento de plantios do BAV (em elaboração);
- Elaboração de Banco de Dados do BAV e
- Auxílio na espacialização das áreas do BAV.

### 3.3.3. Relação com outros Departamentos da DVDS

- Desenvolvimento do sistema de informatização da SVDS;
- Licenciamento Ambiental *OnLine* (LAO);
- Padronização dos procedimentos da SVDS;
- Elaboração de Banco de Dados da fiscalização;
- Participação na elaboração de protocolo para vistoria de áreas contaminadas pela fiscalização;

- Participação no grupo que está elaborando a minuta de resolução para o Selo "S";
- Participação na elaboração do portal do Departamento de Bem-Estar Animal;
- Participação na elaboração do sistema de cadastramento de animais domésticos do Departamento de Bem-Estar Animal;
- Participação na elaboração do PTA/ETM 2º pista de Viracopos;
- Participação na elaboração do PTA/ETM álcooduto;
- Participação na elaboração de PTAs/ETMs de barragens no Município de Campinas;
- Participação na elaboração da Resolução nº 6, de 30 de maio de 2014, que estabelece modalidades, diretrizes e critérios gerais para a prática de reuso direto não potável de água, proveniente de estações de tratamento de esgoto (ETE) de sistemas públicos para fins de usos múltiplos no Município de Campinas;
- Participação do conselho do PROAMB; e
- Auxílio na elaboração dos projetos básicos - modelo - para contratação de serviços pelo CT-ALPS.

#### 3.3.4. Relação com outras Secretarias da Prefeitura

- Solicitação de informações ambientais de outras secretarias;
- Definição de estratégia para estruturação do Bando de Dados (DIDC/SEPLAN);
- Formalização de parceria com o DIDC/SEPLAN;
- Definição de estratégia para estruturação do Bando de Dados (IMA);
- Disponibilização do mapa de áreas contaminadas;
- Disponibilização do mapa de árvores imunes à corte; e
- Participação no Grupo técnico de Acompanhamento da Ação Municipal referente à ampliação do Aeroporto Internacional de Viracopos.

#### 3.3.5. Público Externo

- Proposta de elaboração de Banco de Dados de série histórica de áreas contaminadas - convênio PUCCAMP;



- Participação na elaboração e confecção de materiais para diversas atividades do convênio SVDS-PUCCAMP;
- Desenvolvimento do Atlas Ambiental (Orçamento Participativo); e
- Participação no desenvolvimento de maquetes de bacias hidrográficas para escolas com a Secretaria de Educação.

### 3.4. COORDENADORIA SETORIAL DO VERDE - CV

A área do verde foi criada com o objetivo de otimizar o planejamento municipal relativo às áreas naturais e melhorar a interface entre esse planejamento e as compensações provenientes dos processos de Licenciamento ambiental. A Coordenadoria do Verde tem como escopo a conservação da biodiversidade, a preservação e a conexão dos fragmentos de vegetação nativa, criação e manejo de Unidades de Conservação, a recuperação de áreas verdes, a melhoria da qualidade ambiental do município e o aumento do contato da população com as áreas naturais.

O Banco de Áreas Verdes (BAV) promove a recuperação de áreas verdes por meio de plantio de mudas proveniente de processos de compensação ambiental e também ações socioambientais com instalação de equipamentos públicos de lazer em áreas públicas.

#### 3.4.1. Banco de Áreas Verdes - BAV



Após a finalização do licenciamento ambiental com interferência em áreas verdes (corte de árvore isolada, supressão de vegetação, intervenção em Área de Preservação Permanente), os Termos de Compromissos Ambientais - TCAs firmados no Departamento de Licenciamento Ambiental são remetidos à Coordenadoria do Verde para indicação de área, controle, acompanhamento e recebimento final das compensações ambientais previstas.

No 1º semestre de 2014, através dos 22 Termos de Compromissos Ambientais - TCAs anuídos pelo BAV, foram transplantadas 14 árvores e plantadas 35.771 mil, contemplando diversas áreas do município, promovendo a recuperação

ambiental de áreas anteriormente degradadas, predominantemente em Áreas de Preservação Permanente.

Dentre esses TCAs, houve um que promoveu a revitalização de uma Praça Pública na Vila Aurocan, através da instalação de um playground e de uma Academia pra Terceira Idade.

Da mesma forma, atendendo a uma solicitação do Departamento de Parques e Jardins (DPJ), foi direcionado um TCA para doação dos postes de iluminação instalados na revitalização da Pedreira do Chapadão.

Dando sequência à compensação ambiental iniciada em 2013, foi concluída nesse primeiro semestre de 2014 a revitalização da Lagoa do Parque Jambeiro, com o desassoreamento da lagoa, limpeza das suas margens e de toda a área da Praça, plantio de mudas de árvores nativas, retirada de árvores invasoras (leucenas), construção do calçamento levando em conta o plantio de árvores nos termos da Lei Municipal de Arborização, construção de uma proteção para o vertedouro.

De forma geral temos que para que os plantios sejam efetuados há necessidade de triagem e reserva de áreas, análise e aprovação de projeto, vistorias e organização no banco de dados da Área Verde.

Por meio do Banco de Áreas Verdes há elaboração e acompanhamento, dos Termos de Ajustamento de Conduta - TAC, direcionados pela Coordenadoria de Fiscalização Ambiental, em sede de medidas de responsabilização por danos ambientais na urbe, destacando-se que no primeiro semestre de 2014 foram emitidos os seguintes documentos:

<b>DOCUMENTO</b>	<b>QUANTIDADE</b>
Anuência de Termo de Compromisso Ambiental (TCA)	33
Termos de Ajustamento de Conduta (TAC)	4
Termo de Compromisso Ambiental (TCA)	48
Laudo Técnico de Vistoria	24
Termo de Aprovação de projetos de recuperação ambiental <sup>(1)</sup>	23
Parecer Técnico Ambiental (PTA)	8

(1) 011/14-BAV = gerado para 3 processos diferentes de um mesmo interessado nº 15/14-BAV = gerado para 3 processos diferentes

(2) 1 TCA da SANASA para vários processos diferentes

Com referência aos 4 TACs que foram elaborados projetos para construção dos dois primeiros trechos da ciclovia prevista para o canteiro central da Av. Norte-Sul (Av. José de Souza Campos), contemplando cerca de 1,4 km, entre as Ruas Oriente e Gustavo Ambrust; a doação de uma academia para a terceira idade para o DPJ instalar uma Praça Pública; plantio e identificação digital de árvores na Cidade Judiciária e no Fórum da Vila Mimosa, revitalização socioambiental de duas Praças Públicas defronte a Nave Mãe do Residencial Cosmos, destacando o projeto piloto de iluminação pública 100% alimentada por energia renovável (solar).



A calçada e a praça próxima ao Fórum da Vila Mimosa receberam no dia 29 de maio de 2014, o plantio de 97 mudas de árvores nativas identificadas digitalmente com QR Code.

Fonte: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=23396> e <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=22203>.



Plantio de mais 1.025 mudas de árvores com identificação digital (sistema QR Code) serão plantadas em Campinas, no Jardim Planalto de Viracopos Praça 04 Jardim Planalto de Viracopos

Fonte: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=22761>



### 3.4.2. Solicitação de Áreas

Foi estabelecido o procedimento adequado para a liberação de áreas com maior celeridade, como áreas disponíveis para plantios, para cumprimento dos Termos de Compromisso Ambiental, por meio de requisição ao órgão competente de cadastro na Prefeitura Municipal de Campinas. Dessa forma, agilizou-se o procedimento para a escolha, reserva da área e retorno das informações com dinamização da disponibilização de áreas, criando-se efetivamente um banco de áreas verdes, tendo sido requisitadas 101 novas áreas para plantios.

### 3.4.3. Georreferenciamento

Após reuniões para compatibilização do banco de dados do BAV (em excel), foram realizados alguns testes de transferência de informação espacial do *Google Earth*®, para o *QGis*®. Efetivamos a espacialização do BAV para que o banco de dados do BAV se torne georreferenciado, no *software QGis*®.

### 3.4.4. Banco de Dados

Definição das constantes e organização da planilha de registros e controles dos TCA e TAC, discussões entre o corpo técnico do licenciamento Ambiental e do Banco de áreas verdes para padronização de informações dos TCAs.

### 3.4.5. Sistema de Identificação Digital (SID)

Neste semestre efetivamos o sistema de identificação digital das árvores plantadas no município de Campinas via Termo de Compromisso Ambiental. O sistema funciona por meio de aplicativos disponíveis para aparelhos digitais (*tablets, smart phones*) conectados a internet. Por meio da identificação pode-se obter todas as informações referentes à árvore plantada, como o nome popular, nome científico, localização geográfica, informações gerais, tendo também um cunho de educação ambiental.

O objetivo é inventariar as árvores do município de Campinas, promover informação e educação ambiental aos munícipes e dar acesso célere às informações ao setor de fiscalização e técnicos da SVDS. O SID também funciona como uma forma de vistoria digital dos plantios, permitindo celeridade nas vistorias técnicas.

Para maiores informações, acesse: <http://campinas.sp.gov.br/governo/meio-ambiente/banco-areas-verdes.php>.

### 3.4.6. Unidades de Conservação



#### 3.4.6.1. Área de Proteção Ambiental de Campinas

O Projeto Básico referente ao Plano de Manejo dessa Unidade de Conservação foi amplamente discutido e elaborado, entre SVDS, SEPLAN e CONGEAPA em reuniões temáticas. Foi aprovado pelo Pleno do CONGEAPA e sua elaboração está em fase de contratação.

#### 3.4.6.2. Área de Proteção Ambiental do Campo Grande

Foi elaborado o Termo de Referência, para a contratação da elaboração do Plano de Manejo da APA do Campo Grande. Atualmente encontra-se na Comissão

Permanente de Licitações do Departamento Central de Compras, no processo de elaboração do edital.

O projeto básico definiu todos os parâmetros para a contratação de serviço especializado para elaboração do respectivo Plano de Manejo da APA do Campo Grande.

Estão disponíveis no Plano de Trabalho do PROAMB, aprovado pelo Conselho Diretor e publicado no Diário Oficial do Município, recursos para a elaboração dos Planos de Manejo do Parque Natural Municipal dos Jatobás, Parque Natural Municipal do Campo Grande e Área de Proteção Ambiental do Campo Grande, com a previsão de R\$ 240.000,00 para cada plano.

#### **3.4.6.3. Parque Natural Municipal dos Jatobás**

A ampliação do Aeroporto de Viracopos gerou um recurso de compensação ambiental de R\$ 6.795.000,00, o qual foi destinado para a Câmara de Compensação Ambiental do Estado de São Paulo (CCA), tendo sido pré-aprovada a sua utilização no PNM dos Jatobás. Para tanto, é necessário enviar um plano de trabalho para a CCA solicitando esse recurso, com justificativa e valor. O PT já foi elaborado, entretanto, falta a estimativa de valor da área, a qual foi solicitada para a Secretaria de Finanças.

O Projeto Básico referente à contratação de equipe especializada para elaboração do Plano de Manejo está sendo finalizado.

A Câmara de Compensação ambiental entende que a aplicação dos recursos de deve ser no Parque Natural Municipal dos Jatobás, com os seguintes condicionantes:

1. Criação do Parque Natural Municipal dos Jatobás mediante instrumento legal adequado, acompanhado de planta e memorial descritivo; e
2. Declaração de utilidade pública para fins de desapropriação as áreas particulares que compõem o referido Parque.

#### **3.4.6.4. Parque Natural Municipal do Campo Grande**

Assim como o Parque Municipal dos Jatobás, foi elaborado o Termo de Referência para a contratação do Plano de Manejo.

Assim como para o PNM dos Jatobás, foi solicitada a desapropriação da área do parque, entretanto, não há recurso de compensação ambiental destinado para essa área. Parte da área está destinada à municipalidade por sua relação com o empreendimento “Bela Aliança” em área contígua.

Para maiores informações, acesse: <http://campinas.sp.gov.br/governo/meio-ambiente/conservacao-da-natureza.php>.

### **3.4.6.5. Grupo de Trabalho Técnico para Realizar Estudo Visando Avaliar as Áreas Prioritárias para Conservação Ambiental no Distrito de Barão Geraldo – GT- Barão**



Considerando o Decreto nº 16.713, de 22 de julho de 2009, que dispõe Sobre o Grupo de Estudos para a Criação de Novas Unidades de Conservação Ambiental no Município de Campinas e dá outras Providências; e o art. 56 do Plano Local de Gestão Urbana de Barão Geraldo, que visa recuperar e melhorar as condições ambientais da área de abrangência do PLGU/BG, assegurando a proteção de amostras significativas dos ecossistemas ainda existentes, em harmonia com as paisagens existentes (naturais e construídas), contemplando a criação de novas áreas verdes, de corredores de vegetação para interligar os fragmentos de matas ciliares, e áreas que ofereçam abrigo e alimento à fauna local, o Senhor Prefeito Municipal de Campinas, nomeou servidores da SVDS e técnicos de outras instituições para compor o Grupo de Trabalho Técnico, por meio da Portaria nº 80.172/2013, para realizar estudo visando avaliar as áreas prioritárias para conservação ambiental no distrito de Barão Geraldo. O grupo se reuniu durante o ano e, em abril de 2014, foi entregue o Plano de Trabalho para a Câmara de Compensação Ambiental da Secretaria de Estado do Meio Ambiente. O Plano foi apresentado ao Sr. Prefeito e atualmente encontra-se em fase de aguardo do posicionamento da câmara de compensação do Estado de São Paulo. Os recursos solicitados viabilizam o aprofundamento dos estudos técnicos para a conservação das áreas já selecionadas.

Para maiores informações, acesse: <http://campinas.sp.gov.br/governo/meio-ambiente/gt-barao.php>.



#### *3.4.6.6. Programa de Recuperação de Nascentes e Matas Ciliares*

Campinas possui 2.498 nascentes e 12.134 ha de área ciliar, sendo que a área de maior densidade hídrica se encontra na Área de Proteção Ambiental - APA de Campinas, onde se localiza o principal manancial para abastecer o município de Campinas. Por meio de uma análise preliminar feita por geoprocessamento constatou-se que 2.075 nascentes e 8.726 ha de área ciliar apresentam algum grau de degradação, demonstrando a necessidade das ações de proteção e recuperação ambientais.

Assim, o Programa de recuperação de nascentes e matas ciliares objetiva verificar a qualidade das matas ciliares dessas microbacias; estabelecer a melhor estratégia para a recuperação, uma vez que a maioria dessas áreas é particular; implementar um piloto desse projeto em uma bacia definida como prioritária; e executar projeto de recuperação de nascente incorporando técnicas agroflorestais, o que servirá de modelo para a implantação do sistema em demais propriedades da APA.

Foi assinado o “Autorizo” para a contratação com recursos do PROAMB (R\$ 800 mil) deste Programa, sendo que está em fase de elaboração o seu projeto básico.

#### *3.4.6.7. Plano Municipal do Verde - PMV*

O Plano Municipal do Verde (PMV) irá estabelecer as diretrizes para a conservação e recuperação das áreas de vegetação do município de Campinas, com o objetivo de assegurar a qualidade ambiental do município e garantir as funções ecológicas e sociais, ampliando a área verde por habitante do município, garantindo melhor qualidade de vida e sustentabilidade ambiental.

O Plano de Metas do Governo Municipal de Campinas estabelece que compete à SVDS a elaboração do Plano Municipal do Verde (PMV), ouvido os demais órgãos afins.

Como objetivos específicos, o PMV buscará promover alguns dos seguintes pontos:



- Mapeamento dos remanescentes florestais, com características dimensionais;
- Inventariar e classificar as áreas verdes do município, por suas funções sociais e ecológicas.
- Efetivar a elaboração dos Planos de Manejo das Unidades de Conservação Municipais
  - Estabelecer conectividade entre os fragmentos florestais, principalmente por corredores ecológicos nas Áreas de Preservação Permanente à serem incentivados pelo Programa de Recuperação de Nascentes e Matas Ciliares.^
  - Conectividade intermunicipal de fragmentos de vegetação nativa de relevância ambiental, inserindo o município de Campinas no corredor da Mata Atlântica.
  - Planejar ações sobre as áreas ambientalmente protegidas
  - Identificar as propriedades rurais do município com potencial como áreas de Reserva Legal, entre outras ações.
  - Identificar áreas prioritárias para o Banco de Áreas Verdes destinando plantios e/ou equipamentos de uso público, de acordo com demandas sociais,

O PMV além de promover melhoria quantitativa, por meio da realização de plantios via Banco de Áreas Verdes (BAV) se propõe a estabelecer uma melhora qualitativa, buscando distribuir as áreas verdes, e benesses ambientais por todo o município de Campinas.

Tendo por pressuposto que a preservação ambiental só é possível por meio de sensibilização ambiental, integrará, também, o diagnóstico socioambiental.

A proposta de trabalho prevê um diagnóstico; prognóstico, realização de audiências públicas e elaboração do projeto de lei, com respectivo encaminhamento.

O Plano Municipal do Verde (PMV) teve seus trabalhos iniciados em maio de 2014 e está em fase de diagnóstico e nomeação do grupo de trabalho.

Essa primeira fase compreende a revisão bibliográfica de artigos, dissertações, teses e literaturas referentes às áreas verdes do município de Campinas, levantamento da legislação ambiental federais, estaduais e municipais referentes a preservação da vegetação, bem como o levantamento de mapas, imagens e dados para estabelecer o diagnóstico base.



## 4. DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO E BEM-ESTAR ANIMAL - DPBEA

O Departamento de Proteção e Bem Estar Animal - DPBEA tem por missão garantir o equilíbrio da proteção ambiental com ações integradas de proteção, defesa e bem estar animal, atuando na elaboração de políticas públicas, propor e fazer cumprir normas e padrões pertinentes aos animais no Município; implementando medidas, ações e programas relativos à fauna silvestre de acordo com a Política Nacional do Meio Ambiente; promovendo programas contínuos de educação ambiental específicos para a proteção e bem estar animal no Município; orientando e supervisionando outros órgãos a respeito da proteção e bem estar animal; promovendo a saúde da fauna e dos animais selvagens no Município, propondo parcerias e ações compartilhadas, bem como divulgando para a comunidade, por meio de relatórios periódicos, as ações de proteção e bem estar animal realizadas.

### 4.1. INVESTIMENTOS NA ESTRUTURA E FINANCIAMENTO DAS AÇÕES DO DEPARTAMENTO

A implantação das atividades previstas no Planejamento Plurianual envolveram uma priorização e uma aprovação prévia do Conselho Diretor do Fundo de Recuperação, Manutenção e Preservação do Meio Ambiente - PROAMB. Para tanto, estão elencadas abaixo aquelas previstas nos Planos 2013 e 2014 do PROAMB.

#### 4.1.1. Resultados previstos no PROMAB 2013 e 2014, para o DPBEA

##### 4.1.1.1. *Reforma das instalações do atual CCZ, para a utilização dentro da nova óptica do DPBEA (PROAMB 2013)*

O antigo prédio do Centro de Controle de Zoonoses teve seus canis construídos dentro da óptica do controle da raiva, momento no qual os animais passavam por tais instalações por um curto período de tempo, o que as torna

inadequadas quando consideradas as atribuições do Departamento de Proteção e Bem Estar Animal. Desta forma foram projetados novos canis, com área coberta, solário e pátio coletivo, para atividades recreativas e de adestramento. Para tanto, utilizou-se conceitos de biossegurança de forma que seja possível realizar o processo de higienização (lavagem e desinfecção) diário de forma protocolar, procurando ainda diminuir acidentes envolvendo funcionários através da utilização de portas de controle externo. As antigas instalações serão também adaptadas para funcionarem como quarentena e um setor destinado a neonatologia, completando assim as estruturas necessárias ao protocolo de biossegurança.

As etapas que competiam ao DPBEA foram realizadas e encaminhadas a Secretaria de Infraestrutura - SEINFRA que realizará os demais procedimentos administrativos para levar a termo o processo licitatório.

**4.1.1.2. Sistema de cadastramento de animais do município de Campinas e Portal do DPBEA (PROAMB 2014)**

O portal encontra-se finalizado e pronto para lançamento ao público. O sistema de cadastramento encontra-se na fase de discussão sobre os relatórios que estarão disponíveis e a expectativa é a de que tenhamos uma versão de teste até outubro de 2014. O Diagrama - Caso de Uso encontra-se na figura a seguir.

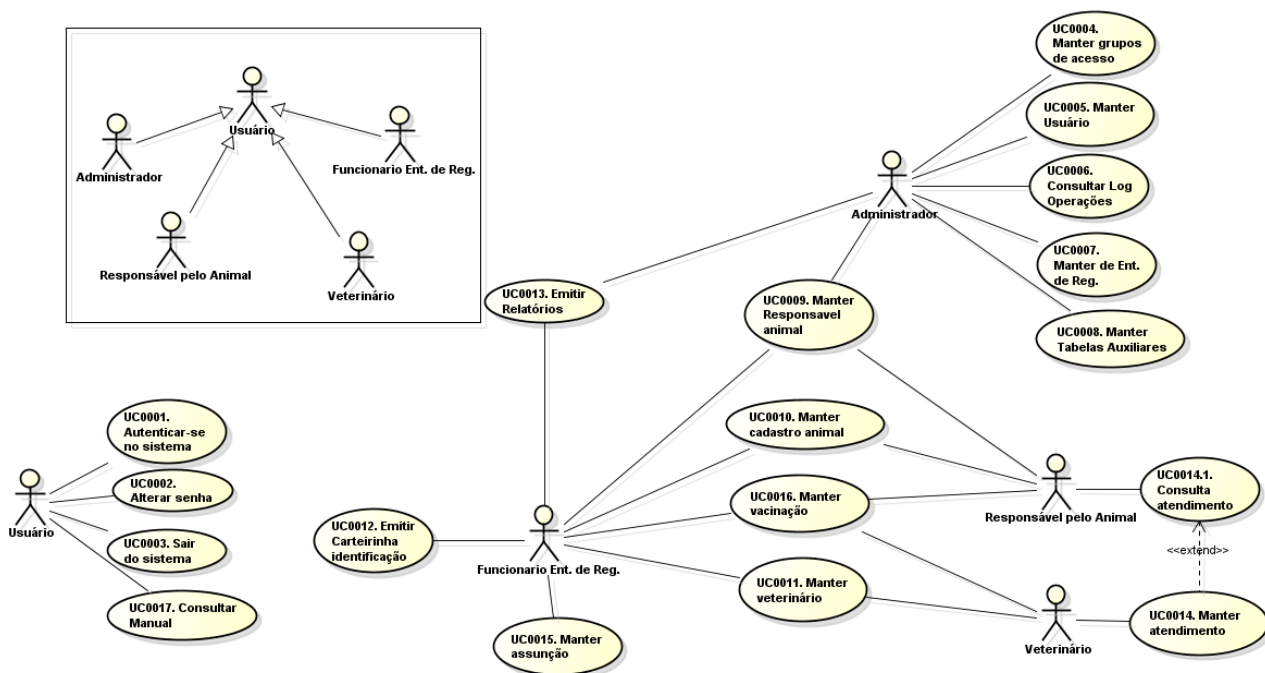


Figura: Diagrama - Caso de Uso do Sistema de Cadastramento Animal.

A expectativa é a de se cadastrar pelo menos 25% da população de animais domésticos estimada (150.000 animais) ao ano, associando-se às atividades de adoção e de castração contratadas em outras ações do PROAMB, ocasião em que os animais seriam também microchipados e receberiam um “Certificado de Cadastramento Animal”.

#### *4.1.1.3. Controle populacional – Castração de Animais domésticos (cães e gatos) do município de Campinas (PROAMB, 2014)*

Considerando a necessidade iminente de um controle das populações de animais domésticos urbanos, duas frentes de castração estão sendo planejadas, uma, que já se encontra em execução, é a castração eletiva no Centro Cirúrgico do Departamento de Proteção e Bem Estar Animal, onde são realizadas cirurgias eletivas, como aquelas necessárias ao controle de populações animais em situações particulares, como por exemplo a dos felinos abandonados no Parque Portugal de Campinas. Outra frente é a de esterilização em massa que será realizada por unidades de castração móveis, que irão se deslocar a bairros previamente escolhidos (critério da quantidade de cães errantes), mobilizando a população, de forma que os procedimentos sejam realizados na maioria dos animais (castração por saturação), além de ações de cunho educativo e medidas de medicina veterinária preventiva, aumentando a sobrevivência daqueles animais castrados, evitando-se a sua substituição por animais inteiros (não castrados).

#### *4.1.1.4. Doação de animais através de feiras itinerantes, compra de tenda, módulos de canil (PROAMB, 2014)*

Entende-se que a doação seja atividade central, de forma a dar outro destino aos animais, assim como manter as instalações do DPBEA em condições de receber novos “hóspedes” e dar atenção àqueles vitimados por ação antrópica. O Projeto de Estímulo a Doação de Animais envolve a criação de uma rotina de doação em feiras itinerantes (com participação das ONGS de proteção animal), de forma que estas percorram vários bairros (instalando-se em Centros Comerciais) e próprios do município aumentando as chances dos animais serem adotados. Além disso, serão entregues a população castrados, vacinados, microchipados, cadastrados (incluídos

no sistema de Cadastramento Animal do Município), com um treinamento básico de obediência e serão acompanhados clinicamente por um ano (atendimento médico veterinário no DPBEA), garantindo a família adotante que este animal estará saudável.

Os projetos básicos para a compra dos itens acima foram encaminhados aos setores competentes da SVDS. A articulação para a participação das ONGs nas feiras de doação de animais está sendo conduzida. Temos reservado para a operação de montagem e desmontagem das “tendas canil” um veículo tipo “van” e estamos readequando a jornada de trabalho de funcionários para acompanharem estas adoções.

#### *4.1.1.5. Contratação de serviço de CRAS (Centro de Recuperação de Animais Selvagens), resultado (PROAMB, 2014)*

O Projeto Básico para a Contratação Direta da Associação Mata Ciliar foi encaminhado para a Coordenadoria Financeira da SVDS.

As bases da prestação destes serviços estão em discussão junto à área técnica da SVDS, com apoio do terceiro setor.

#### *4.1.1.6. Compra de alojamento para cães em canis da região (PROAMB, 2014)*

Seguindo orientações preliminares do setor jurídico da Prefeitura, está sendo elaborado junto a ONG AAAC (Associação dos Amigos dos Animais de Campinas), uma Minuta de Termo de Convênio”, de forma que seja possível que esta abrigue animais de difícil doação, como por exemplo animais agressivos e amputados. A transferência destes animais não significa que serão excluídos dos programas de doação e de adestramento, mas sim que estarão envolvidos em esforços particularizados para que sejam recolocados junto a tutores humanos em algumas atividades diferenciadas.

## **4.2. PARTICIPAÇÃO DO DEPARTAMENTO JUNTO A OUTRAS ÁREAS DA SECRETARIA**

O Departamento DPBA participa em várias ações de interface com a área ambiental, a saber:

- nas oficinas de trabalho que deram origem a Política Municipal de Educação Ambiental, onde o tema de proteção e bem-estar dos animais domésticos e selvagens foi incluído;
- nos estudos sobre a política de comunicação e educação ambiental não formal da SVDS;
- no Projeto De Corredor de Fauna, em conjunto com técnicos da SVDS;
- nos estudos preliminares da Construção de um CRAS municipal; e
- na Junta Administrativa de Recursos - JAR da SVDS.

#### 4.3. PARTICIPAÇÃO DO DEPARTAMENTO EM PROJETOS CONJUNTOS EXTERNOS À PREFEITURA

A proteção da fauna também apresenta interface com outros setores de outros entes federativos e com universidades, conforme se retrata abaixo:

- Projeto de estudo de Vírus das Famílias *Paramixoviridae* e *Coronaviridae* em animais da fauna silvestre brasileira. Projeto em colaboração com o Laboratório de Virologia Animal da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP. Projeto já provido de recursos com repasse de equipamentos para o DPBEA (Freezer -80 graus, capela para extração de DNA dentre outros insumos). Os materiais que estão sendo coletados já estão sendo processados.

- Projeto de estudo da presença de parasitas do Gênero *Leishmania* nos animais selvagens em vida livre nos Distritos de Sousas e Joaquim Egídio. Projeto em colaboração com o Laboratório de Parasitologia Animal da UNICAMP.

- Projeto de estudo dos fungos patogênicos associados a fauna selvagem do município de Campinas. Projeto em parceria com Universidade Paulista - UNIP. Projeto elaborado com aporte de equipamentos e materiais para o laboratório do DPBEA, dependendo da organização do espaço do laboratório para ser iniciado.

- Elaboração de Termo de Cooperação Técnica entre o DPBEA e o Centro de Monitoramento Animal (CEMA), ligado ao Setor de Meio Ambiente da Prefeitura do Campus da UNICAMP. O Termo em destaque foi elaborado em conjunto com o

CEMA, tramitou e foi aprovado pelo Setor Jurídico da UNICAMP, e está em análise pela Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos - SMAJ.

#### 4.4. COORDENADORIA DE GESTÃO DE ANIMAIS - CGA

As atividades relacionadas a Coordenadoria de Gestão de Animais tiveram início a partir da assunção do manejo dos animais alojados nas dependências do antigo prédio do CCZ, desta feita, frente com o olhar do bem-estar e proteção animal. Após uma readequação preliminar das rotinas de serviço e um processo de integração da equipe (com auxílio da Escola de Governo – ainda em andamento), procurou-se qualificar o atendimento aos munícipes e aos animais, a saber:

- Melhoria do atendimento telefônico, organizando os ramais, e a rotina de trabalho das pessoas responsáveis pela atividade, facilitando o contato da população com o serviço.

- Atendimento presencial das demandas originadas pelo telefone através da visita e orientação, a doação animal, dentre outras atividades.

- Qualificação do serviço de doação de animais, através de entrevistas criteriosas dos interessados, em alguns casos visitas a estes, de forma a se minimizar a devolução de animais.

- Qualificação das atividades de manejo direto dos animais, evitando-se a utilização de métodos de contenção desproporcionais.

- Readequação da rotina de limpeza dos canis de forma a oferecer mais conforto aos animais.

- Readequação dos equipamentos internos dos canis de forma a oferecer um maior conforto térmico aos animais.

- Atendimento médico veterinário a todos os casos que envolvam atropelamento de animais.

- Encaminhamento daqueles casos que envolvam procedimentos cirúrgicos complexos ao Hospital Veterinário da UNIP Campinas, ou para clínicas veterinárias conveniadas com ONGs de proteção animal do município.

- Atendimento (alojamento e cuidados de médico veterinário) parcial a fêmeas prenhes abandonadas.

- Atendimento (alojamento e cuidados de médico veterinário) a animais enfermos abandonados.

- Atendimento (alojamento e cuidados de médico veterinários) a grandes animais (cavalo, bovinos, suínos) abandonados em vias públicas do município.

- Início do diagnóstico dos casos de “acumuladores de animais” e tratativas com a Secretaria Municipal de Saúde para a formação de um grupo de apoio psicológico a estas pessoas.

- Castração dos animais doados pelo DPBEA, assim como em alguns casos eletivos;

- Microchipagem dos animais doados pelo DPBEA e anotação em banco de dados provisório (posteriormente os dados serão recuperados pelo sistema de cadastramento animal).

O quantitativo das ações acima descritas encontra-se discriminado na planilha abaixo (abril, maio e junho):

SOLICITAÇÃO	quantidade	recolhidos	óbito	orientação	pendentes	não encontrados	outros
Atend. Clínico	14	0	0	0	0	0	0
Observação	15	8	0	0	3	1	3
Agressividade	31	4	1	8	6	2	10
Atropelamento	54	21	3	9	15	6	0
Doente	48	14	4	11	13	4	2
Necrópsia	2	2	0	0	0	0	0
Observação domiciliar	2	0	0	0	0	0	0
Maus tratos	112	38	1	32	26	6	9
Errantes	1	0	0	0	0	1	0
Suspeita zoonoses	3	1	1	1	0	0	0
Invasor	13	4	0	4	5	0	0
Outros ferimentos	46	8	0	9	0	11	18
Perdido	9	2	0	2	4	0	1
Adoção	61	0	0	0	0	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>411</b>	<b>102</b>	<b>10</b>	<b>76</b>	<b>72</b>	<b>31</b>	<b>43</b>

Entradas de animais no período: 95

Saídas de animais no período: 71





## 5. COORDENADORIA DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL - CFA

A Coordenadoria de Fiscalização Ambiental tem por competência organizar e coordenar a fiscalização ambiental para o controle e monitoramento das potenciais fontes de poluição existentes em todo o território do Município, em conjunto com outros serviços de fiscalização da Administração Municipal e de outros órgãos estaduais e federais, exercer o poder de polícia administrativa e gerenciar a imposição de penalidades; propor, executar e participar de planos e projetos que visem o monitoramento e o controle da qualidade ambiental. Além disso, dada a transversalidade das ações participa, juntamente com os órgãos competentes, dos governos Estadual e Federal no controle, vigilância e fiscalização da produção, armazenamento, transporte, comercialização, uso e destino final de substâncias, bem como do uso de técnicas, métodos e instalações que comportem risco, efetivo ou potencial, para a qualidade de vida e do meio ambiente.

Como medida de gestão, elabora e mantém atualizados os cadastros e regimentos relativos a controle ambiental, bem como divulga para a comunidade, por meio de relatórios anuais, as ações de fiscalização e resultados do controle e monitoramento realizados pela Coordenadoria, inclusive no site da Prefeitura Municipal de Campinas.

Esta Coordenadoria tem, portanto, funções precípuas de controle corretivo e preventivo.

### 5.1. FISCALIZAÇÃO CORRETIVA

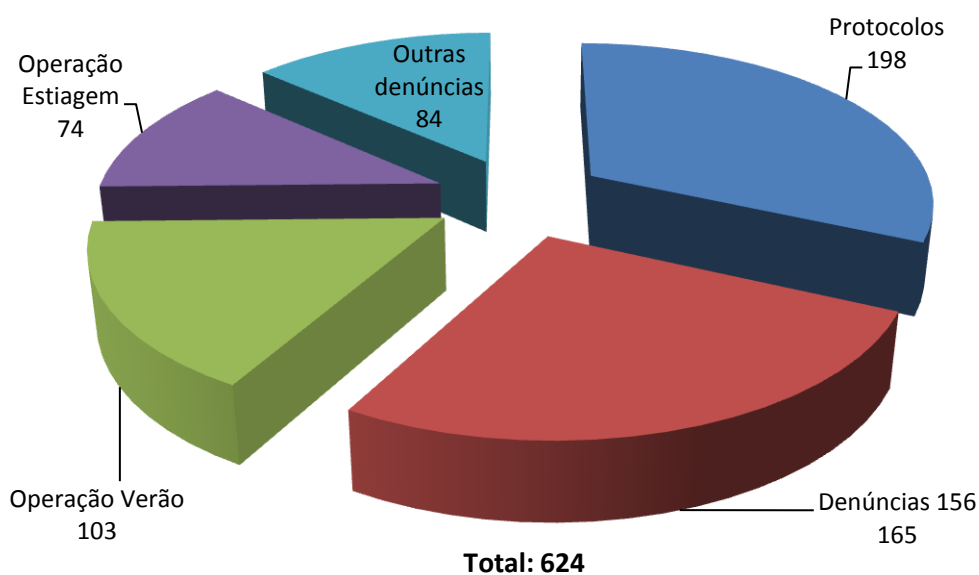
A fiscalização corretiva é a atribuição principal da coordenadoria, demandando esforços de todos os funcionários para proporcionar um atendimento rápido e eficaz às solicitações apresentadas pela sociedade, atuando prioritariamente nas seguintes áreas:

1. Atendimento das demandas da população através de solicitação de 156.

2. Atendimento das demandas dos Departamentos de Licenciamento Ambiental, Verde e Proteção e Bem-Estar Animal.
3. Atendimento de demandas de outras Secretarias e Autarquias como Serviços Públicos, Urbanismo, Planejamento, Infraestrutura, Defesa Civil e SANASA.
4. Atendimento de demandas externas – Câmara de Vereadores, Promotoria de Justiça, Ouvidoria Pública, CETESB.
5. Aplicação da legislação ambiental através de autos de inspeção, advertência, multa, embargo e interdição.

### 5.1.1. Vistorias

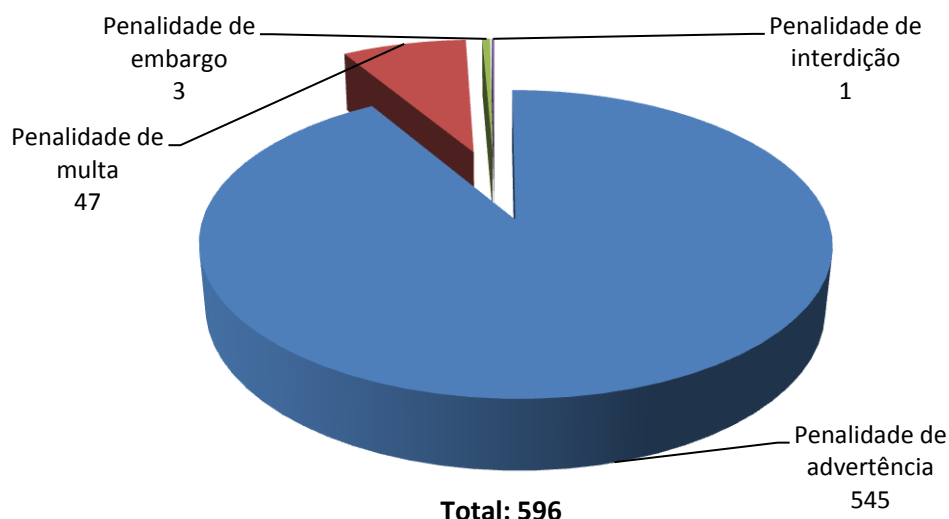
Nos meses de janeiro a junho de 2014 foi realizado um total de 624 vistorias, conforme figura abaixo:



### 5.1.2. Autos de Infração

Amparada pela Lei Complementar 49/2013, a Coordenadoria de Fiscalização Ambiental aplica as penalidades de advertência, multa, embargo e interdição, visando coibir práticas lesivas ao meio ambiente.

No primeiro semestre de 2014 foram aplicadas as seguintes penalidades, num total de 596, conforme explicita a figura abaixo:



Os autos de infração aplicados referem-se a ações que violaram as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente, bem como as exigências técnicas constantes das licenças ambientais.

As principais infrações autuadas foram supressão de vegetação, operação sem as devidas licenças ambientais e movimentação irregular de terra.

Apresentamos abaixo os dados de aplicação e arrecadação dos Autos de Multa:

<b>Autos de Infração – Imposição Penalidade de Multa</b>	
Multas Emitidas	R\$ 852.074,99
Total arrecadado até 01/06/2013	R\$ 78.664,22

Os R\$ 773.410,77 não arrecadados estão divididos nas seguintes situações:

- Prazo para pagamento ou interposição de recurso: R\$ 726.776,49
- Análise de recurso: R\$ 30.430,70
- Inscrito na dívida ativa: R\$ 16.203,58

O valor arrecadado com a aplicação das multas é destinado ao Fundo de Proteção e Recuperação do Meio Ambiente – PROAMB.

A CFA, em todo ano de 2013, aplicou multas no valor de R\$ 890.671,34, valor similar ao do primeiro semestre de 2014 (R\$ 852.074,99).

### 5.1.3. Infraestruturas Básicas para Telecomunicações

A Secretaria do Verde iniciou em 2014 um trabalho para regularização das infraestruturas básicas para implantação de aparelhos de telecomunicação – Estações Rádio Base (ERB), instaladas sem as devidas licenças ambientais.

A participação da CFA neste mutirão se deu através da aplicação da penalidade de Advertência em todas as ERB instaladas na cidade, totalizando 535 autuações.

A advertência tem como exigência técnica a regularização destas instalações frente ao Licenciamento Ambiental.

Ocorre que, após o início das ações de controle ambiental, englobando medidas de licenciamento (muitas relacionadas à regularização ambiental) e fiscalização ambiental, foi publicado a Deliberação Normativa do Consema nº 01/2014 que suprimiu como atividade apta a ser licenciada em nível local equipamentos de infraestrutura de telecomunicações, o que gerou uma demanda junto à Secretaria do Estado do Meio Ambiente, veiculando pedido de continuidade dessa ação (por meio de ato delegatório) ou edição de nova Deliberação, com correção das atividades e empreendimentos suprimidos pela nova normativa para que essa atividade não padeça de controle ambiental. No momento, parecer da Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos indica a perda de competência da SVDS, após a publicação da Deliberação Normativa do Consema nº 01/2014, obrigando a Pasta a interromper as medidas de regularização e fiscalização em curso.

## 5.2. FISCALIZAÇÃO PREVENTIVA

Um dos objetivos desta Coordenadoria é investir em fiscalização preventiva, impedindo a ocorrência de danos ambientais e diminuindo necessidade de aplicação das medidas punitivas.

Este tipo de fiscalização visa informar a sociedade sobre a necessidade de preservar o meio ambiente assim como integrar a fiscalização ambiental com os outros setores da Secretaria e da Prefeitura.

A atuação preventiva tem ocorrido prioritariamente nas seguintes áreas:

1. Operação Verão
2. Operação Estiagem

3. Operação Perigo Aviário
4. Áreas Contaminadas
5. Parceria com a Guarda Municipal de Campinas
6. Projeto Amigos do Céu

### 5.2.1. Operação Verão

Iniciada em outubro de 2013 e finalizada em abril de 2014, tem como objetivo principal verificar a qualidade dos córregos de Campinas, propondo ações de limpeza e desassoreamento, visando impedir inundações. Coordenada pela Defesa Civil, conta também com a participação das Secretarias de Saúde e Serviços Públicos.

Este ano a CFA vistoriou 103 pontos em córregos da cidade, encaminhando relatórios para a Secretaria de Serviços Públicos para a realização das ações de desassoreamento.

### 5.2.2. Operação Estiagem

Iniciou-se em abril, estendendo-se até o mês de outubro, tem como objetivo principal monitorar pontos de descarte de resíduos e queimadas, visando preservar a qualidade do ar.

A CFA participa, em conjunto com a Defesa Civil e o Corpo de Bombeiros, de ações de monitoramento de áreas com risco de incêndio.

Esta Operação também realiza trabalhos de educação ambiental, informando a população sobre os perigos da estiagem e da poluição do ar, através da entrega de folders do projeto.

A fiscalização já esteve em 74 pontos de descarte de resíduos, encaminhando para a Secretaria de Serviços Públicos as informações necessárias para limpeza destas áreas.

### 5.2.3. Operação Perigo Aviário

Em conjunto com a Defesa Civil a CFA monitora semanalmente os arredores dos aeroportos de Viracopos e dos Amarais, identificando pontos de descarte de resíduos que possam atrair aves.

O trabalho iniciou-se em novembro de 2013 e deverá prosseguir em todo ano de 2014. Ao identificar pontos de descarte a CFA informa a Secretaria de Serviços públicos para as providências cabíveis.

#### 5.2.4. Áreas Contaminadas

A CFA iniciou no mês de maio a vistoria nos pontos de áreas contaminadas da cidade visando atualizar as informações do cadastro estadual disponibilizado pela CETESB. O trabalho se estenderá ao longo do ano, tendo sido realizadas trinta vistorias até o momento.

#### 5.2.5. Parceria com a Guarda Municipal de Campinas

A Guarda Municipal (GMC) possui uma guarnição dedicada ao meio ambiente. Em parceria com esta equipe a CFA realiza vistorias em áreas de invasão, areeiros e pontos de captação de água clandestinos, aplicando, além das medidas de polícia administrativa, as de caráter penal.

Um exemplo de ação conjunta deu-se com o foco de coibir a extração irregular de areia nas margens do Ribeirão Anhumas, oportunidade em que se vistoriou três propriedades rurais nos bairros Colônia Tozan e no distrito de Barão Geraldo, na manhã do dia 4 de fevereiro de 2014.



Fonte: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=21993>

### 5.2.6. Projeto Amigos do Céu

Parceria entre a CFA e o Observatório Municipal, visa regulamentar a iluminação noturna na Área de Proteção Ambiental de Campinas – APA Campinas, com o objetivo de minimizar a interferência luminosa na fauna, flora e observação do céu.

### 5.3. CANAIS DE ACESSO À COORDENADORIA SETORIAL DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL - CFA

O cidadão pode e deve colaborar com a fiscalização ambiental, sendo que sugestões ou denúncias podem ser feitas pelo telefone 156 ou pelo e-mail [meioambiente@campinas.sp.gov.br](mailto:meioambiente@campinas.sp.gov.br).

O esforço institucional em apresentar resultados satisfatórios e condizentes com a tônica de desenvolvimento sustentável, prioridade da Gestão Jonas Donizette, é a palavra de ordem permanente em nossas ações rotineiras.

Felizmente contamos com um corpo técnico de excelência e em franca ampliação, que acredita em sua missão, que segue um comando político-institucional claro e objetivo, com dedicação ao trabalho em grupo equiparável a equipes de grandes corporações privadas. Esta equipe é treinada e incentivada a atender ao público e interagir com os Conselhos Municipais, participar de fóruns de debate promovidos pelos órgãos de controle externo e demais segmentos da sociedade.

Pudemos verificar que o brocardo de “quem planta colhe” se efetiva com todo o investimento estrutural e jurídico, resultando em aumento de ações, tanto do ponto de vista quantitativo como qualitativo.

Os avanços atuais em termos de ações da nova SVDS são perceptíveis. Mas temos a consciência de que será necessário fazer cada vez mais.

Com desafios da Gestão Ambiental moderna e conscientes de que os de Campinas são enormes, entendemos que a Cidade pode e deve perseguir o norte de ser a “Capital da Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento Sustentável, esse relatório será atualizado e divulgado a cada semestre dessa gestão, oportunidade em que convidamos as pessoas envolvidas e preocupadas que quiserem colaborar com críticas, sugestões e demandas a acessar nosso site (<http://www.campinas.sp.gov.br/governo/meio-ambiente/>) e utilizar o e-mail [meioambiente@campinas.sp.gov.br](mailto:meioambiente@campinas.sp.gov.br) para a constante melhoria de nossas ações nos próximos semestres. Desde já, nós e as gerações futuras agradecem!

Atenciosamente e à disposição,

***Rogério Menezes***  
**Secretário Municipal do Verde, Meio Ambiente e  
Desenvolvimento Sustentável**



**E-mail: [meioambiente@campinas.sp.gov.br](mailto:meioambiente@campinas.sp.gov.br)**  
**Site: <http://www.campinas.sp.gov.br/governo/meio-ambiente/>**  
**Facebook: [facebook.com/svds.pmc](https://www.facebook.com/svds.pmc)**